Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Pablo Rodrigues Marques

A Academia Científica e a família Paiva:
a ilustração no Rio de Janeiro dos vice-reis (1772 -1789)

Rio de Janeiro

2012

Pablo Rodrigues Marques

A Academia Científica e a família Paiva:
a ilustração no Rio de Janeiro dos vice-reis(1772-1789)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Orientadora: Profª. Dra. Lúcia Maria Bastos P. das Neves

Co-orientador: Prof. Dr. Alex Gonçalves Varela

Rio de Janeiro

2012

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA CCS/A

M357a Marques, Pablo Rodrigues
A Academia Científica e a família Paiva: a ilustração no Rio de Janeiro dos vice-reis (1722-1789) / Pablo Rodrigues Marques. – 2012.
161 f.

Orientadora: Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves.
Coorientador: Alex Gonçalves Varela.
Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Bibliografia.

1. Ciência – Rio de Janeiro (RJ) – História – 1772-1789 – Teses. 2. Política e cultura – Rio de Janeiro (RJ) – 1772-1789 - Teses. I. Neves, Lucia Maria Bastos Pereira das. II. Varela, Alex Gonçalves. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 981 “1722/1789”

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

_____ _____
Assinatura Data

Pablo Rodrigues Marques

A Academia Científica e a família Paiva:
a ilustração no Rio de Janeiro dos vice-reis (1772 -1789)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Aprovado em: 26 de março de 2012.

Banca Examinadora:

_____

Profª. Dra. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (Orientadora)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

_____

Prof. Dr. Alex Gonçalves Varela (Co-orientador)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

_____

Profª. Dra. Lorelai Brilhante Cury
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

_____

Profª. Dra. Maria Rachel G. Fróes da Fonseca
Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ

Rio de Janeiro
2012

AGRADECIMENTOS

Um trabalho como esse não seria possível sem a contribuição de muitos, aos quais torno pública minha gratidão.

À minha orientadora, Prof.ª Dr.ª Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, devo agradecer o exemplo de responsabilidade e disciplina com relação à docência e à pesquisa histórica, além do seu vasto saber, generosamente compartilhado, não apenas comigo, mas com todos os alunos.

Ao meu co-orientador, Prof. Dr. Alex Gonçalves Varela, cuja boa vontade, paciência e cuidado nunca faltaram, e cujo sólido conhecimento em História das Ciências Naturais foi fundamental para a realização dessa dissertação.

Aos demais professores do PPGH, que me ajudaram a ampliar a visão, não só do fazer historiográfico, como também acerca da complexidade humana. Contudo, pela ajuda nos momentos mais tensos, por me estenderem a mão quando eu mais precisei, pelas palavras de ânimo e encorajamento sempre abundantes, um agradecimento especial e carinhoso deve ser dado ao Prof. Dr. Orlando de Barros e à Prof.ª Dr.ª Laura Moutinho Nery, que hoje são mais do que mestres, são amigos do coração.

Às professoras Lorelai Brilhante Kury e Maria Rachel Fróes da Fonseca, pelo cuidado no exame de qualificação e pelas valiosíssimas sugestões, sem as quais a dissertação teria seguido outros caminhos. Seguramente, menos frutíferos.

A todos os amigos e familiares que estiveram torcendo por mim todos esses anos, sempre me apoiando e incentivando desde o primeiro momento, principalmente os meus amigos-irmãos: Márcio Cataldo e Eduardo Oliveira (que testemunharam a minha "metamorfose" de biólogo a historiador), Rodrigo Coutinho, Renato Restier e Raphael Câmara.

Aos alicerces da minha vida: minha querida mãe, Maria Cibele, para quem eu sei o quanto essa conquista significa; minha avó, e segunda mãe, Elza, que sempre fez muito mais do que estava ao seu alcance para que eu tivesse uma boa formação; e minha amada esposa, Talita, meu porto seguro, que compartilhou comigo o peso dessa tarefa sempre com muito amor e compreensão.

Por fim, agradeço ao RACIONAL SUPERIOR, o ser supremo a tudo e a todos, a mestre MANOEL JACINTHO COELHO, nosso pai maior, e a todos os irmãos do MUNDO RACIONAL, que sempre se fizeram presentes, dia e noite, aliviando as angústias, me amparando, protegendo e guiando na senda do bem, da verdade, e da eternidade.

RESUMO

MARQUES, Pablo Rodrigues. *A Academia Científica e a família Paiva*: a ilustração no Rio de Janeiro dos vice-reis (1772-1789). 2012. 161 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

Inserida no contexto português da segunda metade do século XVIII, cenário de importantes mudanças culturais e marcado pela presença centralizadora do marquês de Pombal, a Academia Fluviense Médica, Cirúrgica, Botânica e Farmacêutica, estabelecida no Rio de Janeiro em 1772 sob a proteção do vice-rei, marquês do Lavradio, e direção da família Paiva, constituiu-se ao mesmo tempo como um espaço para a discussão e prática das ciências, produzindo conhecimento de caráter utilitário no âmbito da História Natural com vistas ao revigoramento e diversificação da agricultura colonial; como também um meio para o exercício da política das relações pessoais do Antigo Regime. Analisando as obras do presidente da Academia, José Henriques Ferreira e as de seu irmão, Manoel Joaquim Henriques de Paiva, foi possível compreender algumas implicações sócio-econômicas e, sobretudo, políticas, associadas à forma como se operavam concepções tais como "natureza" e "ciência", que eram fundamentais no setecentos.

Palavras-chave: Academia. Lavradio. História Natural. Henriques de Paiva.

ABSTRACT

Inserted in the portuguese context of the second half of the eighteenth century, which was characterized by significant cultural changes and by the centralizing presence of the Marquis of Pombal, the *Academy Fluviense Medical, Surgical, Botanical and Pharmaceutical,* established in Rio de Janeiro in 1772 under the protection of viceroy, Marquis of Lavradio, and direction of the Paiva family was treated as the same as a space for discussion and practice of science, producing knowledge of utilitarian kind in the Natural History, with the purpose to increase and diversify the colonial agricultural production; but also a means for practicing of the politics of personal relations at the Old Regime. Analyzing the works of the *Academy* president, José Henriques Ferreira and those of his brother, Manoel Joaquim Henriques de Paiva, it was possible to understand some broader socio-economic and especially political, related to how they used concepts as "nature" and "science", which were fundamental in that century.

Keywords: Academy. Lavradio. Natural History. Henriques de Paiva.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....9

1 **AS LUZES EM PORTUGAL: CONTEXTO CULTURAL E POLÍTICO**.....20

1.1 **Atitudes de inovação**.....20

1.2 **Ecletismo, Razão e divulgação**.....28

1.3 **Pombalismo: mercantilismo e Ilustração**.....43

1.4 **As academias ilustradas**.....50

1.5 **Considerações finais do capítulo**.....57

2 **A ACADEMIA FLUVIENSE MÉDICA, CIRÚRGICA BOTÂNICA E FARMACÊUTICA**.....59

2.1 **Lavradio, a família Paiva e a Academia Fluviense**.....59

2.2 **Os estatutos da Academia Fluviense**.....86

3 **JOSÉ HENRIQUES FERREIRA E MANOEL JOAQUIM HENRIQUES DE PAIVA**.....94

3.1 **Trajetórias de vida**.....94

3.1.1 José Henriques Ferreira.....94

3.1.2 Manoel Joaquim Henriques de Paiva.....96

3.2 **Ciência e Natureza nas obras dos irmãos Paiva**.....100

3.2.1 As memórias sobre a cochonilha e a guaxima: José Henriques Ferreira.....100

3.2.1.1 A Dissertação sobre a cochonilha (1776).....100

3.2.1.2 Memória sobre a guaxima (1790).....117

3.2.2 Agricultura, artes e ciências: as luzes de Manoel Joaquim Henriques de Paiva.....123

3.2.2.1 Memória sobre a Ictiocola (1788).....123

3.2.2.2 Máximas gerais sobre a Agricultura, Indústria, e comércio (1789).....128

3.2.2.3 Da dependência que tem a Agricultura, e as artes, ou indústria, da História Natural, da Física, da Química e até da Medicina (1789).....137

4 **CONCLUSÃO**.....142

REFERÊNCIAS.....148

INTRODUÇÃO

Compreendida na temática mais ampla que concerne às manifestações do movimento Ilustrado em Portugal e em seus domínios americanos na segunda metade do século XVIII, a presente pesquisa tem como objeto a *Academia Fluviense Médica, Cirúrgica, Botânica, Farmacêutica*, fundada no Rio de Janeiro sob o amparo do vice-rei do Brasil, o Marquês do Lavradio. A principal atenção está direcionada aos acadêmicos José Henriques Ferreira, médico do vice-rei e presidente da academia, e seu irmão mais novo, o então farmacêutico Manoel Joaquim Henriques de Paiva, que depois ganhou grande reconhecimento como médico. Através de alguns trabalhos dos irmãos Paiva procurar-se-á escrutar como se operavam os conceitos de *Natureza* e *Ciência*, e de que forma estes se relacionavam no contexto de mudanças culturais e políticas que atingiam o Reino de Portugal naquele período, de forma a aprofundar a discussão acerca da relação entre ciência e política no antigo regime.

As balizas temporais desse trabalho compreendem não apenas o período de existência da *Academia Fluviense*, de 1772 a 1779, tendo sido necessário estender-se até o ano de 1789, época em que o Dr. Manoel Joaquim Henriques de Paiva esteve à frente do *Jornal Enciclopédico dedicado à Rainha Nossa senhora*, pois alguns trabalhos que se julgam da maior importância para sanar as questões desta pesquisa foram publicados no periódico.

É necessário apontar que a *Academia Fluviense* despertou interesse, sobretudo, pelo fato de que, antecedendo em sete anos a criação da *Academia Real das Ciências de Lisboa*, seu objetivo declarado consistia em produzir conhecimento sobre a História Natural da colônia enfatizando a utilidade desse conhecimento. Isso difere bastante do perfil de outras associações de letrados que haviam existido no espaço luso-americano, que apesar de reconhecer para alguns casos a ocorrência de uma produção intelectual em História Natural, tal interesse era secundário se comparado às obras literárias, teológicas e aos discursos panegíricos.[1]

---

[1] Segundo Iris Kantor, seguindo a iniciativa da Real Academia de História Portuguesa que foi fundada em 1720, os projetos das Academias Brasílicas dos Esquecidos (1724) e dos Renascidos (1759) ambicionavam escrever a "História geral da América portuguesa", da qual fazia parte a História Natural. Contudo, a ênfase propriamente historiográfica, em um período em que a História ainda não constituía um discurso autônomo da literatura, foi prevalecente. Íris Kantor. *Esquecidos e Renascidos: Historiografia Acadêmica Luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: Editora Hucitec/Centro de Estudos Baianos (UFBA), 2004. pp. 18 e100. Em outro exemplo, no primeiro tomo da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, o Visconde de São Leopoldo noticiou que na Academia dos Felizes, instituída no palácio dos

Tal iniciativa estava em consonância com os propósitos reformistas da Coroa em fortalecer e diversificar a produção agrícola colonial, por meio do apoio a iniciativas que atuassem nesse intuito. Ademais, ainda que seus esforços tenham enfrentado muitos obstáculos a sua efetivação, a mera existência de um espaço de dinamismo cultural como esse, destinado à produção de conhecimento de alto padrão, em uma sociedade limitada pelas restrições que Portugal impunha ao estabelecimento de estudos maiores, é bastante relevante.

Ao longo da pesquisa, chamou a atenção tanto a vasta obra científica[2] como a longa e rica trajetória de Manoel Joaquim Henriques de Paiva que, entre outras coisas, foi diretor de seção de Farmácia da Academia científica do Rio de Janeiro aos vinte anos, formou-se médico na Coimbra reformada de 1781, foi sócio correspondente da Real Academia das Ciências de Lisboa, editor do *Jornal Enciclopédico* entre 1788 e 1792, preso por acusação de jacobinismo em 1809 e degradado para a Bahia, sendo perdoado por D. João VI somente em 1816.

Pode-se perceber por esse breve resumo a sua importância no cenário intelectual português do período em questão, como grande polígrafo erudito e entusiasta da divulgação das ciências, no exercício da medicina e no magistério, mas também pela sua relação com o poder estabelecido, pois antes de ser preso, era detentor de vários cargos, honrarias e mercês, como a de cavaleiro da ordem de Cristo, médico da casa real e a de deputado ordinário da Real Junta do Protomedicato, além de servir também como sensor da Mesa do Desembargo do Paço.[3]

Por ter falecido em 1780, seu irmão, José Henriques Ferreira, deixou uma obra menos numerosa. Contudo, o esforço de Manoel Joaquim Henriques de Paiva em publicar seus

---

governadores do Rio de Janeiro em 1736, o Físico-mor, Dr. Mateus Saraiva, apresentou, além de discursos laudatórios, algumas dissertações com interesses muito variados, entre elas, uma chamada *Polianthea Brasílica*, versando sobre as doenças que grassavam no país e sobre os medicamentos próprios a cada uma, que ele afirmou terem sido descobertos e adquiridos à custa de experiência e observação judiciosa. Outra dissertação, denominada *América Portuguesa mais ilustrada que algum outro domínio deste continente americano* era composta de duas partes: a primeira tinha o curioso objetivo de demonstrar que a presença cristã na América datava do século I; a segunda dizia respeito a História Natural, clima e temperamento, "*por empenho de todos os quatro elementos*". Visconde de São Leopoldo. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é o representante das ideias da ilustração que em diferentes épocas se manifestaram em nosso continente. In: *RIHGB*. Rio de Janeiro, Tomo I, número 2, 1839.

[2] A relação das obras de Manoel Joaquim Henriques de Paiva pode ser encontrada em: Innocencio Francisco da Silva. *Dicionário Bibliográfico Português*. v. VI. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858. p.12-18.

[3] Augusto da Silva Carvalho. As academias científicas do Brasil do século XVIII. *Separata das memórias Academia de Ciências de Lisboa*. Tomo II. Lisboa, 1939. p.22.

trabalhos após a sua morte[4] é indicativo de sua grande importância; pois, segundo João Luís Lisboa, os irmãos Paiva partilhavam da crença de uma medicina esclarecida e ligada ao progresso, o que implica numa relação entre ciência e natureza que não concitava unanimidade naquele tempo, como também pressupõe um entendimento profundo de teoria e prática científicas, que se opunha a uma grande parte da prática médica de então, baseada em medicamentos secretos.[5]

A princípio, além do interesse pela Academia Fluviense, pretendia-se estudar conjuntamente o material produzido no âmbito da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, associação de letrados que ocorrera nessa cidade entre 1786 e 1794, ano em que o então vice-rei, conde de Resende, abre uma devassa contra alguns de seus membros. Esperava-se com isso, acessar alguns juízos de valor e concepções concernentes à prática da ciência e a dimensão política a ela associada.

A historiografia tradicionalmente aponta a Sociedade Literária como a continuação da Academia Fluviense,[6] com base na presença de alguns membros comuns às duas instituições, e no depoimento do acadêmico Jacinto José da Silva Quintão à devassa de 1794, no qual ele confirma claramente essa conexão.[7]

Entretanto, uma maior reflexão sobre o assunto trouxe a certeza de que o tempo que se dispunha era insuficiente para proceder essa análise conjunta. Ademais, ao centrar a atenção nos trabalhos dos irmãos Paiva, foi possível circunscrever melhor a pesquisa historicamente, pois além dos dois referidos autores não terem parte com a Sociedade Literária, os eventos que se seguiram a partir de 1789, com a conflagração da Revolução na França, foram decisivos para que as questões sobre as formas de governo ganhassem vulto. Soma-se a isso o fato de que no ano de 1793 veiculou-se a notícia de uma correspondência enviada ao

---

4 Jose Henriques Ferreira. "Memória sobre a Guaxima". In: *Memórias econômicas da Real Academia das ciências de Lisboa. Tomo I.* Lisboa (1790). Banco de Portugal, 1990. *Discurso crítico, em que se mostra o damno que tem feito aos doentes e aos progressos da medicina em todos os tempos os remédios de segredo e composições occultas, não só por charlatães e vagabundos, mas também pelos médicos que os têm imitado* – Oficina de Filipe da Silva Azavedo. Lisboa, 1785. Sumário da História sobre o descobrimento da cochonilha no Brasil e das observações que sobre ela fez o Dr. José Henriques Ferreira, médico do vice-rei, o Marques do Lavradio. In: *O Patriota.* Rio de Janeiro, n.1, 1813. p.3-13.

5 João Luis Lisboa. *Ciência e política.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1991. p.118-119.

6 Rodolfo Garcia. Introdução à edição de 1941. In: Fabio Lucas et al (org). *Autos da Devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002. p.55.

7 Sobre as obras científicas de Quintão e a sua participação na Sociedade Literária do Rio de Janeiro ver:Maria Rachel G. Fróes da Fonseca. *A única ciência é a pátria: o discurso científico na construção do Brasil e do México (1770-1815).* Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1996. p.133-142.

Presidente do Senado da Câmara, Baltasar da Silva Lisboa, propondo uma conspiração contra o vice-rei.[8]

Seguramente, essa atmosfera acabou contribuindo para maneira truculenta como Resende reagiu à denúncia da existência de discussões de cunho político, realizadas em "casas particulares, mas ainda nos lugares públicos",[9] por alguns membros da Sociedade Literária do Rio de Janeiro em que, segundo a denúncia, se levantavam questões sobre o "governo público dos Estados". Tanto esses questionamentos e preocupações quanto o clima de suspeição generalizada, passavam longe da realidade da Academia Fluviense. Por isso, não foi tão problemático deixar essas análises para um momento posterior.

A questão do impacto da ideias ilustradas no Brasil e sua manifestação por meio das academias começa a ser sublinhada pela historiografia ainda no século XIX com a publicação do primeiro exemplar da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Nela, as qualidades físicas do Brasil aparecem como presságios para a grandeza daqueles que aqui viviam, grandeza que fora obstada pelo despotismo da antiga metrópole, e que várias vezes se materializou na forma de "associações litterarias", das quais o autor, o Visconde de S. Leopoldo destacou a Academia Fluviense como sendo a que "compreendeu e exprimiu melhor as necessidades do Brasil" e onde se tratava de "todos os assuntos que fossem de interesse do Brasil". A aptidão para notabilidade, ou para as luzes, aparece como consequência natural do lugar.[10]

Todavia, essa relação entre Ilustração e sentimento patriótico, ou mesmo Ilustração e independência, perpassa, ainda que com tônicas distintas, boa parte da historiografia brasileira do século XX. Seja como sintoma de crise estrutural do antigo sistema colonial,[11] como formação de uma consciência revolucionária,[12] ou, como é o caso do importante texto de Maria Odila da Silva Dias[13] que procurou na concretude das pesquisas científicas do período,

---

8 Idem, *Ibidem.* p.90.

9 Fabio Lucas et al. *Autos da Devassa*..., *op.cit*. p.37.

10 Visconde de São Leopoldo. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é o representante das ideias da ilustração que em diferentes épocas se manifestaram em nosso continente. *RIHGB*. Rio de Janeiro, Tomo I, numero 2, 1839, p.61; 65.

11 Fernando Novais. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808*). São Paulo: Hucitec, 1983.

12 Carlos Guilherme Mota. *Atitudes de inovação no Brasil 1789/1801*. Lisboa: Horizonte, 1970.

13 "Seus estudos de natureza empírica e objetiva refletiram tão de perto a realidade brasileira, que constituem valor documental mais acessível para o historiador do que a simbologia dos poetas [...]." Em outro trecho: "Suas atividades de

mais do que nas manifestações revolucionárias e republicanas, as origens de uma "cultura brasileira". O fato é que muitas das atribuições que foram feitas aos ilustrados luso-brasileiros do fim do século XVIII jamais deixaram de ser guiadas pela questão das fundações e dos fundamentos desse sentimento de pertença.[14]

Uma direção distinta que merece ser apontada é a contida no trabalho de Arno Wehling sobre as práticas de fomento agrário empreendidas pela coroa portuguesa em fins do século XVIII,[15] que por meio de uma visão estrutural e analítica, investigou articuladamente os vários fatores que influenciaram a questão, atendo-se mais à busca da compreensão dos funcionamentos e forças atuantes, do que por origens: a inserção portuguesa na conjuntura euro-americana, as bases filosóficas subjacentes e a aplicação destas pelo poder régio, manifesto, sobretudo, nas pessoas de seus agentes, principalmente Pombal, Lavradio, Luís de Vasconcelos e Sousa, e D. Rodrigo de Sousa Coutinho; mas também indiretamente, apontando o papel das instituições ligadas ao Estado, como são os casos da Academia Científica do Rio de Janeiro e da Real Academia das Ciências de Lisboa.

Quanto à agremiação colonial, Wehling a interpreta como sendo intrinsecamente relacionada à personalidade e à formação Ilustrada do vice-rei, mas também como uma engrenagem do mecanismo fomentista, fornecendo conhecimento e apoio específicos para a expansão e diversificação das atividades agrícolas voltadas para o fornecimento de matérias-primas para as manufaturas, seguindo a estratégia da substituição de importações.[16]

Partindo das perspectivas de Arno Wehling, que percebeu a Academia Fluviense e o conhecimento por esta produzido a partir da lógica do fomento agrário, associando-o a elementos conjunturais e a suas matrizes filosóficas, esse trabalho pretende contribuir para discussão do papel do conhecimento – dir-se-á, hoje, científico – e daqueles que o produziam, no contexto luso-americano da segunda metade do século XVIII, norteando-se pela questão relativa à articulação das noções de *natureza* e *ciência* encontradas em nos escritos dos

---

pesquisa e exploração, desvendando o interior do Brasil e procurando inovações para o seu progresso material [...] oferecem um interesse mais específico para o estudo das origens de uma cultura brasileira do que a análise das primeiras manifestações revolucionárias e republicanas da colônia". Maria Odila da Silva Dias. Aspectos da lustração no Brasil. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v.278, jan-mar.1968, p.105-170.

[14] Lembremos dos clássicos de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, que constituem os maiores exemplos.

[15] Arno Wehling. O fomentismo português no final do século XVIII: Doutrinas, mecanismos, exemplificações. *RIHGB*. Rio de Janeiro, v.316, Jul-set. 1978. pp.171-278.

[16] Idem, *Ibidem*, pp.196-206/238-248.

Ilustrados José Henriques Ferreira e Manoel Joaquim Henriques de Paiva com o universo político português daquele período.

Para a montagem do quadro teórico, defende-se que, no caso da Academia Fluviense, embora fosse primordialmente um espaço *apolítico*, no sentido que se destinava a discussão e produção de conhecimento científico, era também um espaço para o exercício da política de relações pessoais do Antigo Regime, tanto pela sua ligação direta com o vice-rei, quanto pelas intenções políticas daqueles que o compunham.

Esse perfil é muito distinto daquele traçado por Reinhadt Kosselleck para as academias, cafés e clubes que contribuíram para o desenvolvimento de uma esfera pública de poder em países como Inglaterra e França. Para Koselleck, essas associações, que consistiam inicialmente em espaços de sociabilidade, foram adquirindo caráter político conforme se transfiguravam em espaços privados para discussões públicas que se destinavam à critica ao Antigo Regime.[17]

Desse modo, é possível afirmar que o comportamento daqueles que compunham a Academia Fluviense pode ser melhor caracterizado por aquilo que Norbert Elias, partindo de premissas outras, chamou de "Racionalidade distintiva de corte": "seu caráter específico deriva, em primeiro lugar, do planejamento calculado da estratégia de comportamento em relação a possíveis perdas e ganhos de status e prestígio sob a pressão de uma competição contínua pelo poder".[18]

Somando-se a este ponto de vista, é licito acrescentar o argumento de Ronald Raminelli, destacando a inserção dos naturalistas na Sociedade de Antigo Regime, dentro de uma lógica ambivalente que é própria ao Estado moderno: "O cientista, portanto, não exercia suas funções à parte dos interesses políticos e estratégicos das metrópoles europeias. Para alcançar mercês, ele deveria obedecer a uma etiqueta e se comportar segundo os interesses dos grupos que detinham o controle sobre os recursos materiais".[19]

Por outra via, parte-se de uma afirmação de João Luís Lisboa a qual abre uma nova janela interpretativa, no sentido de permitir uma maior compreensão acerca do tipo de sujeito

---

[17] Reinhart Koselleck. *Crítica e crise. Uma contribuição a patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Eduerj: Contraponto, 1999, pp. 60-61.

[18] Norbert Elias. *A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristicracia de Corte.* Rio de Janeiro. Jorge Zahar editor. 2001. p.110.

[19] Raminelli, *op.cit*., p.135.

histórico que se dedica à ciência. Ele afirma que no século XVIII "ler ciência é ter acesso à natureza".[20] Isto pressupõe uma crença bastante profunda na possibilidade do real conhecimento das coisas, o que imediatamente remete ao que Hans Gumbrecht deu o nome de "pré-condição estrutural para o início da modernidade", a saber: o advento do *observador de primeira ordem*, aquele estabelece uma separação rígida entre sujeito e objeto.[21]

Um outra afirmação de João Luis Lisboa concerne ao papel da agricultura no conjunto das ciências. Lisboa percebe-a, no conjunto das leituras sobre ciência no final do setecentos, como o lugar de convergência de todos os ramos da prática científica, entendida ela mesma como uma ciência prática. Tal posição acabou proporcionando o aparecimento de uma "consciência da necessidade de se conjugar saber e atuação política".[22] Então, é a partir dessa possibilidade que se procederá à análise contextualizada das concepções operantes de "ciência" e "natureza" e suas implicações políticas, nas obras dos irmãos Paiva.

Para o presente trabalho, são três as hipóteses propostas. A primeira corresponde à argumentação de que, apesar do perfil centralizador do governo pombalino e da dependência da Academia Fluviense em relação ao Estado, se tratava de um espaço de produção de conhecimento, em pleno território colonial, atualizado com o que se passava e se discutia nos maiores centros de saber europeus, o que corresponde a uma consequência da renovação filosófica que ocorre ao longo do século XVIII português, reforçando, de uma só monta, a invalidez das teses do isolamento cultural português e da inexistência de atividades científicas na América portuguesa em fins do setecentos.

Na segunda hipótese, argumenta-se que, isoladamente, nem o perfil empreendedor e as aspirações sociais e políticas da família Paiva, como nem a competência e a disposição do vice-rei em apoiá-los são suficientes para explicar a experiência histórica e a importância da Academia Fluviense naquele momento. Para isso, é necessário entender como tais fatores atuaram conjuntamente.

Uma terceira e última hipótese argumenta que nas obras de José Henriques Ferreira e Manoel Joaquim Henriques de Paiva, noções como "natureza" e "ciência", além de dizerem sobre a própria prática de produção do conhecimento, carregavam também um ideal de

---

[20] Lisboa, *op.cit*., p.97.

[21] Nesse caso, Gumbrecht trata da modernidade do século XVI e não ainda da "modernidade epistemológica" de Koselleck. Hans Ulrich Gumbrecht. *A modernização dos sentidos*. São Paulo. Editora 34, 1998. p.12.

[22] Idem, *Ibidem*, p.100.

felicidade, ligado à fruição de bens materiais e a uma ideia de ordenamento com importantes implicações sócio-econômicas e, sobretudo, políticas.

Beneficiária da renovação pela qual vem passando o campo da História política, desde a década de 1970, com os estudos pioneiros do grupo da Universidade de Paris X, capitaneado por René Remond; bem como do avanço das pesquisas em História das Ciências nas últimas décadas, com enfoque para a mudança de perspectiva ocorrida no entendimento da ciência, de conhecimento universal acerca dos fenômenos naturais a "cultura sustentada por uma tradição";[23] a presente dissertação – localizada justamente na interface desses dois campos - foi estruturada em três capítulos, os quais serão comentados a seguir.

No primeiro capítulo, cujo objetivo é primordialmente contextual, a temática mais ampla da pesquisa, concernente às características da Ilustração em Portugal, foi apresentada em três vértices. No primeiro, visando compreender o fenômeno, foram articulados alguns fatores de renovação cultural, tais como o "ecletismo filosófico", professado por vários autores portugueses importantes do período, como Luís António Verney e Teodoro de Almeida; e o "enciclopedismo", relacionado à crença dos efeitos benéficos para a sociedade advindos da ampliação dos conhecimentos "luminosos" para públicos cada vez mais amplos.

Em seguida, foram analisados alguns aspectos do centralizador governo pombalino, no qual essas atitudes de renovação foram simultaneamente refratadas e absorvidas, fato que possibilitou ao historiador Kenneth Maxwell se referir à existência de um "absolutismo lógico", em Pombal.

O último ponto destinou-se a escrutar o papel ocupado pelas academias naquele contexto. Interpreta-se a Academia Fluviense como lugar intersetivo da cultura científica da Ilustração - destinado às práticas das ciências e à produção de conhecimento - e dos interesses do Estado no fortalecimento da economia colonial. No entanto, os interesses em jogo não apresentavam, em absoluto, divergências graves, sendo, antes, interpretados pelos acadêmicos como congruentes.

O segundo capítulo foi dividido em duas partes, a primeira é referente à fundação e a trajetória da Academia Fluviense Médica, Cirúrgica, Botânica e Farmacêutica; e na segunda, a atenção foi concentrada na análise dos seus estatutos. No primeiro tópico, buscou-se

---

[23] Hebe Vessuri. Los papeles culturales de La ciencia em los paises subdesarrollados. In: Juan José Saldaña (Ed.) El perfil dela ciência em América. *Cuadernos de Quipu*, v.1, 1986. p.9. Ver também: Nicholas Jardine & Emma Spary. The natures of the cultural History. In: N. Jardine; J. A. Secord; E. C. Spary (Ed.) *Cultures of Natural History*. Cambridge: Cambridge Univerity Press, 1997. p.8.

dimensionar o papel do marquês do Lavradio e da família Paiva no estabelecimento e no funcionamento da Academia Fluviense. Ligada à questão do estabelecimento da Academia, procedeu-se uma análise historiográfica com algumas das principais referências que trataram, de maneira central ou tangencial, desses assuntos.

A análise da documentação epistolar do vice-rei apontou que a promoção das ciências úteis através dos trabalhos da Academia, tinha, para Lavradio, uma feliz consequência já que os trabalhos da Academia serviam como meio do vice-rei, que já tinha boa reputação de líder militar, fazer-se lembrado na Corte de Lisboa como entusiasta das luzes, por mais esse feito no real serviço. Para a família Paiva, cristãos-novos tradicionalmente relacionados às artes de curar, de perfil cosmopolita e empreendedor, mas que tinha um longo currículo de complicações com o Santo Ofício da Inquisição, o projeto de uma Academia Científica sob proteção da autoridade maior da administração colonial constituía uma ótima forma de obter notoriedade nos círculos cortesãos.

Os breves estatutos, que versavam sobre a organização da Academia, a rotina das sessões, as regras de convívio, questões de estilo e de método, valorizavam a linguagem escrita como meio de distinção, um passaporte para o mundo restrito da g*ens de lettres*, em detrimento das discussões orais. Possuíam como um dos critérios fundamentais para aceitação de matérias, a utilidade que essas propostas proporcionariam. Reflexo da atitude eclética, o método empregado era de livre escolha, de acordo com o objeto estudado, embora se enfatizasse bastante o apreço pela observação e pela experimentação criteriosas.

O terceiro e último capítulo inicia-se com alguns aspectos da vida e da obra dos irmãos José Henriques Ferreira e Manoel Joaquim Henriques de Paiva, seguido do seu objetivo principal que condiz à análise contextualizada de algumas obras dos dois irmãos, como foco para os conceitos de Natureza e Ciência operados nesses trabalhos e suas implicações.

Foram analisados ao todo cinco artigos, sendo duas memórias científicas de autoria de José Henriques nas quais Ferreira defendia a produção em larga escala de alguns produtos específicos, como a cochonilha,[24] inseto que serve utilizado na produção de corante vermelho

---

[24] José Henriques Ferreira. *Dissertação sobre a Coxonilha. História do seu descobrimento na América Portugueza Escrita por Jozé Henriques Ferreira Médico pela Universidade de Coimbra e sócio da academia de Suécia etc etc Oferecida ao Ilmo. e Exmo. Senhor Marquez de Anjeja (...)* (1776) - Loc.: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro– Fundo marquês do Lavradio: RD 41.

para a indústria têxtil; e a planta denominada "guaxima",[25] utilizada na fabricação de cordas. Nesses trabalhos, a concepção utilitária de ciência aparece diretamente associada a um entendimento de natureza ligado à ideia de uma "economia geral da natureza", defendida por Lineu, segundo a qual cada ente possui um lugar e finalidades definidos pelo criador. O argumento principal de Ferreira é o quanto o Estado português se prejudica importando produtos que a natureza luso-americana oferecia gratuitamente.

De Henriques de Paiva foram três os trabalhos analisados, todos publicados no Jornal Enciclopédico dedicado à Rainha nossa senhora entre 1788 e 1789. O primeiro é uma memória sobre a fabricação da cola de peixe, a *ictiocola*,[26] utilizada na indústria e importada pelos portugueses aos russos, mas cuja natureza se mantinha misteriosa. Para sanar a questão, Paiva fez referência aos trabalhos realizados ainda no período da Academia Fluviense por seu pai, António Ribeiro de Paiva, que por meio de um método rigoroso baseado na observação e na experimentação conseguiu dirimir a controvérsia.

Em seguida, foi analisada uma coleção de máximas sobre agricultura, indústria e comércio,[27] nas quais Henriques de Paiva expressou toda sua filiação a doutrina dos fisiocratas franceses, e consequentemente a influência destes para a sua concepção de natureza. Merece destaque a ênfase na interdependência entre as atividades humanas para o bom funcionamento da economia, que tinham no papel de gestor a autoridade soberana, que por sua vez garantia a manutenção da ordem social. Fica evidente também a dependência que todos os setores da economia mantinham em relação ao poder criador da natureza, entendida como a origem de toda a riqueza.

O último artigo de Henriques de Paiva analisado[28] está diretamente relacionado às máximas, podendo ser entendido como uma continuação daquelas. Nesse trabalho, Paiva

---

[25] José Henriques Ferreira. Memória sobre a Guaxima. In: *Memórias econômicas da Real Academia das ciências de Lisboa. Tomo I*. Lisboa (1790). Banco de Portugal, 1990.

[26] Manoel Joaquim Henriques de Paiva. Memória do descobrimento da Ictiocola vulgarmente chamada cola, goma, ou grude de peixe, da sua natureza e preparação. Jornal Enciclopédico de dicado à Rainha N. Senhora. Lisboa. Set, 1789. In: Fernando Egídio Reis. *Felicidade, utilidade e instrução*: *A divulgação científica no Jornal enciclopédico dedicado à rainha 1779; 1788-93; 1806*. Porto: Editora Porto, 2005. p. 59-65.

[27] Manoel Joaquim Henriques de Paiva. Máximas gerais sobre agricultura, Indústria e comercio. Jornal Enciclopédico de dicado à Rainha N. Senhora. Lisboa. Jan., 1789. Idem, *ibidem*, p.137-145.

[28] Manoel Joaquim Henriques de Paiva. Da dependência que tem a agricultura, e as artes, ou indústria, da História natural, da Fysica, da quimica, e até da medicina. *Jornal Enciclopédico dedicado à Rainha N. Senhora*. Lisboa. Mar., 1789. Idem, *ibidem.* p.146-150.

expressa todo seu entusiasmo pela capacidade da razão humana, por meio das disciplinas de História Natural, Física e Química, em compreender o funcionamento da Natureza – entendida como modelo ideal – e submetê-la aos seus misteres. Esse processo de domínio, corolário da civilização, correspondia à condição primordial para que as atividades econômicas alcançassem um funcionamento harmonioso, cabendo a um governo "sábio e iluminado" a promoção desses conhecimentos, por meio do estabelecimento de escolas e da publicação de livros em linguagem adequada à compreensão de todos. Sem isso, o progresso econômico malograria.

Ciência, natureza, sociedade, Estado. Compreender essas noções para a realidade luso-americana do século XVIII exige que se opere bem com outras palavras – com outros conceitos – tais como *utilidade*, *ordem*, *harmonia* e *progresso*. Além de se ter que compreender o peso conferido a valores como *prestígio* e *honra* no Antigo Regime. Tempos de confiança na capacidade transformadora do conhecimento. Transformações profundas, diriam alguns. Tempos em que homens de saber, como José Henriques Ferreira e Manoel Joaquim Henriques de Paiva eram também homens de ação.

1 **AS LUZES EM PORTUGAL: CONTEXTO CULTURAL E POLÍTICO**

1.1 **Atitudes de renovação**

> Enfim, nosso século me parecia tão florescente e tão fértil em bons espíritos como qualquer um dos precedentes. Isso me levava à liberdade de julgar por mim todos os outros e de pensar que não havia doutrina no mundo que fosse tal como antes me haviam feito presumir. Não deixava, contudo, de apreciar os exercícios com os quais somos ocupados nas escolas [...]. Eu acreditava, porém que já havia dedicado bastante tempo às línguas e também à leitura dos livros antigos, com suas histórias e suas fábulas. Na realidade, viajar é quase a mesma coisa que conversar com os homens de outros séculos. De fato, é bom saber alguma coisa dos costumes de diferentes povos para que julguemos os nossos de modo mais sadio e não pensemos que tudo aquilo que diferente de nossos costumes é ridículo e contrário à razão, como estão habituados aqueles que nada viram. Quando, porém, empregamos tempo excessivo em viajar, acabamos por tornar-nos estrangeiros em nossa própria terra e quando somos excessivamente curiosos das coisas que se realizavam nos séculos passados, ficamos geralmente muito ignorantes daquelas que se realizam no presente.[29]

A metafórica e radical afirmação de Descartes no *Discurso do método*, inserida no contexto daquilo que ficou conhecido por "querela entre antigos e modernos", é a demonstração de uma profunda consciência de que aqueles homens estavam a experimentar um novo tempo, um tempo em que era possível questionar a autoridade dos pensadores antigos, de se atentar para o que se andava fazendo naquela geração nos campos dos conhecimentos teóricos e práticos.

Contudo, afirma Paolo Rossi, a ciência do século XVII foi não somente Cartesiana e Galileana, mas também Baconiana. Em disciplinas como a anatomia e a embriologia, a botânica e a fisiologia, a química, a zoologia e a mineralogia, que a esta altura iam se configurando ou surgindo, as relações com os métodos teorizados e aplicados na astronomia e na física eram inexistentes ou estavam por se estabelecer.[30] Entretanto, é curioso imaginar, conforme sugere Rossi, que ao se questionar sobre aquilo que separava a sua época das precedentes, Francis Bacon não fez nenhuma menção à filosofia, por considerar as filosofias dependentes do que acontece no mundo, e que a crença dos filósofos na possibilidade da "criação de mundos" constituía mera ilusão. Segundo o Lorde Chanceler, as grandes viagens

---

[29] René Descartes (1596-1650). *Discurso do método*. Tradução Ciro Mioranza. São Paulo: Escala educacional, 2006. pp.12-13.

[30] Paolo Rossi. *Francis Bacon: Da magia à ciência*. Tradução Aurora Fornoni Bernardini. Londrina: Eduel; Curitiba: Editora da UFPR, 2006. p.59.

oceânicas, a bússola, a pólvora, a imprensa haviam provocado na história humana mudanças maiores do que as exercidas por qualquer Império, por qualquer filosofia, por qualquer estrela.[31]

A insistência de Bacon quanto ao método como meio de classificação e ordenamento, bem como aos experimentos e à observação paciente, sem querer apor "não asas, mas chumbo e pesos ao intelecto humano" exerceram uma função histórica de extrema importância. A ciência, na concepção Baconiana, devia abandonar o terreno da genialidade não controlada de um indivíduo "iluminado" e o caráter secreto e excepcional que os filósofos Herméticos do renascimento lhe conferiram, em prol de um conhecimento elaborado coletivamente, institucionalizado, de pleno acesso e cujo fim é a sua utilidade para o homem.[32]

Isto é, o conhecimento que se pretendesse científico tinha que abrir mão de um ideal humano em vigor desde a época clássica, no qual toda atividade que estivesse relacionada às artes mecânicas era considerado inferior ao labor intelectual e contemplativo. Em outras palavras, os ideais de vida do artesão e do comerciante podem parecer "ignóbeis e contrários à virtude" para uma concepção de ciência que não passa de uma busca desinteressada pela verdade; mas para um mundo onde as invenções mecânicas modificam, dia após dia, a relação dos homens com eles mesmos e com a natureza, o conhecimento não pode estar afastado de sua aplicabilidade prática.[33]

Menos por suas conquistas, haja vista que muitos de seus projetos não lograram êxito, pelo menos não durante a sua vida,[34] e mais pela sua postura diante do conhecimento, pela imagem que projetou sobre o que a ciência poderia ser e sobre o que ela não deveria ser, enfatizando em seu discurso a função da ciência, na vida dos indivíduos e da sociedade, aos homens da ilustração do século XVIII, Francis Bacon vai figurar como um dos seus predecessores diretos.[35] O protesto de D'Alembert contra a superioridade das artes liberais e a proposição de um programa de história das artes como "história dos usos que os homens

---

[31] Idem, *Ibidem,* p.45.

[32] Idem, *ibidem,* p.136.

[33] Idem, *Ibidem,* p.126.

[34] Paolo Rossi chama atenção para o fato da Royal Society de Londres, fundada em 1660, ter sido considerada a concretização da "Casa de Salomão", idealizada por Bacon na obra Nova Atlântida. Idem, *Ibidem,* p.72.

[35] Idem, *Ibidem,* p.121.

fizeram das produções da natureza para satisfazer suas necessidades ou suas curiosidades" era herdeiro explícito da avaliação baconiana das artes mecânicas.[36]

Em Portugal, os primeiros ecos de uma orientação epistemológica moderna são observados a partir de fins do século XVII, quando o círculo erudito referenciado por D. Francisco Xavier de Menezes, Quarto Conde de Ericeira, passou a se reunir para discutir assuntos filosóficos e literários. No entanto, à medida que avançava o século XVIII, ficava cada vez mais definida a polêmica entre os defensores da tradição aristotélico-tomista e aqueles que defendiam a renovação e a ideia de avanço do conhecimento, a partir da assimilação seletiva das novas propostas filosóficas e pedagógicas. Para os tradicionalistas, a filosofia natural jamais ganharia os contornos de "ciência", como defendia o Barão de Verulam, ou como se entende hoje. Nomeadamente, esta era a posição dos arautos da reforma católica, a Companhia de Jesus[37].

Luis António Verney, o mais veemente crítico dentre todos os teóricos portugueses do período[38], cujo polêmico *Verdadeiro método de estudar, para ser útil à República e à Igreja: proporcionado ao estilo e à necessidade de Portugal*, de 1746, foi considerado como o momento decisivo para a Ilustração em Portugal por defender os preceitos epistemológicos newtonianos, considerava os comentadores peripatéticos como mestres de um tipo de ensino "inútil, errôneo e inconsequente".[39] Tal era a consciência de Verney, da provocação e da afronta que seu livro podia significar à pedagogia jesuítica, que, se encontrando em Roma àquela época, e "com receio dos jesuítas romanos, dirigiu-se à Nápoles", onde, segundo biografia feita por António Alberto Banha de Andrade[40], "os inacianos sofriam perseguição da autoridade régia e da eclesiástica", e onde, de fato, acabou conseguindo as autorizações. Paralelamente, consta que delegara a seu irmão, o padre oratoriano Diogo Verney, a missão de levar uma cópia manuscrita às mãos de alguns mestres da Congregação do Oratório de

---

36 Idem, *ibidem*, p.126.

37 Francisco Contente Domingues. *Ilustração e catolicismo: Teodoro de Almeida*. Lisboa. Edições Colibri, 1994. p.59.

38 Pedro Calafate. *A Ideia de natureza no século XVIII em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994. p.48.

39 Idem, *Ibidem*, p.38.

40 António Alberto Banha de Andrade. *Verney e a cultura de seu tempo*. Coimbra: Imprensa Universitária, 1965. p.172, 173.

Lisboa, de quem fazia bom juízo.[41]

No entanto, ao tentar entrar com as cópias napolitanas em Portugal, não conseguira escapar à censura do Santo Ofício, pelos livros terem sido estampados no exterior. Apreendida pelas malhas inquisitoriais, não restou a Verney senão a alternativa da fraude:

> Reimprimiu o livro onde quis, tirando-lhe as licenças da autoridade regia e eclesiástica de Nápoles, e a pôs-lhe o nome de novo editor: António Balle, de Valença. Na carta de António Balle aos padres da Companhia de Jesus explicava-se tudo singelamente e protestavam-se os mais vivos sentimentos de admiração pela ordem: "Certo Religiozo da Universidade de Coimbra, omem mui douto, como mostra nas suas cartas, pediu a um religiozo italiano, seu amigo, que vivia em Lisboa, que lhe desse algumas instrusoens em todo gênero de estudos". O que o Barbadinho executa...". Desta vez o livro correu.[42]

As artimanhas de Verney para conseguir que seu método chegasse às mãos dos portugueses, de preferência, antes que o ano escolar começasse, mostram o quanto ele cria na necessidade de suas palavras para a reforma nos estudos (que julgava por absolutamente obsoletos), e, por conseguinte, de toda a sociedade. Em carta de 7 de abril de 1744 a um amigo, nada menos que o historiador e filósofo italiano Ludovico Antonio Muratori, explicava seu profundo desejo de ajudar a mocidade: "Escrevi em vernáculo algumas cousas sobre as letras humanas, a fim de destruir muitos preconceitos dos nossos, instruindo-os sobre o que devem fazer e o que devem ignorar".[43]

Nos trechos a seguir, observa-se Verney a criticar justamente a inutilidade do peripato para a formação da juventude, bem como a declarar a ignorância de muitos mestres escolásticos e sua "erudição esquisita", que repudia os autores modernos, como Descartes, Gassendi, Galilei e Newton, sem ao menos terem travado contato com suas obras, apenas valendo-se das opiniões de terceiros:

> Eu verdadeiramente não sei se as escolas de Filosofia deste reino têm pior método que as escolas baixas. [...] Os pobres rapazes passam os seus três e quatro anos lendo arengas mui compridas; e saem dali sem saberem o que leram, nem o com que se divertiram. Falo do estilo das Universidades: porque o das outras escolas é o mesmo quanto à matéria [...] Perguntava eu em certa ocasião a um mestre, que me parecia bom homem; e cujo defeito, cuido eu, que era não malicia, mas ignorância: tem V.P. lido nos originais, a doutrina de Descartes, Galilei,

---

41 Por escrito de Sua Majestade, de 27 de abril, a Câmara Real de Santa Clara, ficou autorizada à conceder a solicitada licença que, de facto concedeu, e ficou registada in *Registro Regalis Jurisdictionis*, folhas 12. Cumprida a primeira formalidade, ficava faltando ainda o beneplácito da autoridade eclesiástica (...) A 11 de maio foi concedida a licença eclesiástica e as formalidades foram cumpridas. Apud Idem, *Ibidem*, p.172.

42 Idem, *Ibidem*, p.174.

43 Idem, *Ibidem*, p. 168.

> Gazendo [*sic*], Newton? [...] diz, Não senhor. [...] Muito bem: Pois diga-me, entende V.P. na sua consciência, que pode ser juiz nesta matéria, sem ter examinado as razões de ambas as partes: e muito mais formar uma censura tão rigorosa, como é condenar a religião dos que seguem essa filosofia? [...] Os que tem erudição esquisita, sabem que no mundo ouve um Descartes; e alguns deles, mais raro que mosca branca, leu alguma coisa dos Princípios, ou Meditações Metafísicas [...].[44]

Em trecho um pouco mais à frente, verifica-se a impressionante contundência com a qual Verney sai em defesa de Descartes, ainda que deixe muito bem estabelecido que não se considere seu seguidor. O mérito e o valor do pensador francês estavam exatamente na capacidade de *inventar* um sistema de pensamento, tarefa de extrema dificuldade, quando outros apenas repetem. E ainda que o sistema cartesiano fosse "mais engenhoso do que verdadeiro", as transformações por que fora responsável, e mesmo seus erros, eram dignos de consideração, pois que impeliram ao movimento a roda do conhecimento humano, quanto mais não seja, pelo simples esforço que outros empreenderam em tentar refutá-lo:

> [...] Em certa jornada que eu fiz tive a sorte de encontrar um religioso que tivera a felicidade de ler Descartes: o qual, conhecendo que eu era estrangeiro, entrou logo na matéria, e todo tempo que durou a ceia, empregou ele em provar que segundo a doutrina do tal filósofo, a eucaristia estava somente nos nossos olhos. Veja V. P. como este entendia bem a doutrina dos Cartesianos! [...] Eu, certamente não sou cartesiano, por que me persuado que em muitas coisas o tal sistema é mais engenhoso do que verdadeiro: mas confesso a V. P. que não posso falar no tal filósofo sem grandíssima veneração. Este grande homem, na matemática foi insigne, inventou algumas coisas até ali ignoradas, e promoveu outras com felicidade. Em matéria de filosofia, acho que foi inventor de um sistema novo. Isto não parece nada, aos ignorantes. Mas aos homens que entendem, qual é a dificuldade de inventar, e inventar com tanta propriedade que ainda depois de descobertas as máquinas, é sinal de um engenho elevadíssimo e dum grande critério. Além disso foi ele que abriu a porta para a reforma dos estudos: pois ainda que Bacon de Verulamio, e Galileu Galilei tivessem indicado o método, de fazer progressos na física, e alguns outros o fossem imitando. É certo porém que Descartes foi o primeiro que fez um sistema ou inventou hipótese para explicar todos os fenômenos naturais: e por este principio abriu a porta a outros para a reforma das ciências. E ainda que em tudo não acertasse, é certo que se ele não fosse o primeiro, outros não teriam o cuidado de emendar seus erros e de adiantar os estudos como estão hoje.[45]

Fica clara, pelo citado, a pouquíssima conta em que Verney tinha os escolásticos, cuja absoluta inépcia, segundo seu julgamento, obstava a missão que lhes fora confiada, a de serem os tutores do povo. Por isso, pode-se sublinhar que para a mudança do estado de coisas de que ele se ressente, era sumamente importante que os filósofos fossem formados de maneira a reconhecer o valor da criação intelectual propelida pela curiosidade e mediada pela

---

[44] Luís Antonio Verney. *Verdadeiro método de estudar: Para ser útil à republica e à Igreja: Proporcionado ao estilo, e à necessidade de Portugal*. Tomo I. Valensa: Na oficina de Antonio Balle, 1746, Carta VIII, p.277-279. http://books.google.com.br/ (acesso em 20/07/2011).

[45] Idem, *Ibidem*, p.280.

experiência, e consequentemente, estimulados a tal, pois somente dessa maneira o conhecimento poderia avançar. Consequentemente é possível notar que a admiração – ou veneração, como ele mesmo fala – pela inventividade e pela engenhosidade do método cartesiano, não transforma Descartes em uma "Autorictas" que não se pode refutar. A *provisoriedade* do conhecimento não é aí entendida como *precariedade*, antes, porém, como *progressividade*, cuja força reside na consciência de seus limites.

Todavia, e apesar dos exageros retóricos de Verney, é importante especificar que a manutenção do método escolástico nas instituições de ensino dirigidas pelos jesuítas consistia em uma opção consciente por um modelo cuja validade cria-se inquestionável. Isso não significava, absolutamente, que alguns entre os irmãos de Santo Ignácio não tivessem travado contato com novas doutrinas que se estavam propagando em outras partes. O que pode ser comprovado pela repercussão dos trabalhos de Descartes em alguns exemplos individuais, que, por conta disso, foram severamente combatidos, não apenas pela Ordem, mas também pela Santa Sé, como fora o caso dos cursos de física ministrados por Francisco Soares Lusitano e António Cordeiro.[46]

Ainda no grupo dos modernos, vale destacar o papel da Congregação do Oratório de São Felipe Néri, fundada em Roma em 1565 por aquele que lhe dá o nome, e confirmada pelo Sumo Pontífice em 1612. Os primórdios de sua história em Portugal estão ligados aos esforços do padre Bartolomeu de Quental para estabelecer uma associação de leigos e clérigos sem obrigação de votos, dedicados a alguns propósitos específicos: espirituais, em primeiro lugar, pela ênfase dada à oração silenciosa e à moderação; assistenciais e pedagógicos depois. A provisão dos representantes da Sé de Lisboa e o Alvará Real, dando autorização para a sua efetiva existência ocorreram em 1668, quando passaram a adotar o nome de Congregação dos clérigos do Oratório de Nossa Senhora da Assunção[47]. Observe, no trecho do documento que marca o nascimento da Ordem em Portugal, que seus estatutos normativos ainda não se haviam confeccionado:

> Nós Deão e Cabido da Santa Sé Metropolitana desta cidade de Lisboa, Sede Vacante etc., aos que esta nossa provisão virem fazemos saber que o Padre Bartholomeu do Quental nos enviou a dizer por sua petição, que elle com alguns companheiros clérigos intentavam com o favor

---

[46] O *Cursus philosophicus* de Francisco Soares Lusitano (1651), é apontado como primeira alusão a Descartes feita por um autor português. Uma obra de mesmo nome é atribuída a António Cordeiro, que com as suspeitas de Roma só foi publicada muitos anos depois (1714). Francisco Contente Domingues. *Op.cit*., pp. 36-37.

[47] Idem, *Ibidem*, p.17.

> divino fazer nesta cidade um recolhimento, assim para clérigos, que querem tratar da sua vida mais reformada, como para bem das almas, a que de todo se haviam de aplicar: [...] Havemos por bem conceder licença, para que possa fazer, e erigir de novo um recolhimento nesta cidade, no sitio mais acomodado, onde possam viver congregados e alli residirem, e exercitarem as obrigações da sua instituição, e observância de suas missões (...); e visto não haverem ainda mais pessoas nomeadas do que o suplicante, não terem sítio nomeado, nem estarem acabados os estatutos por onde se devem reger, tendo consideração a ser só uma clausura voluntária, sem obrigação de voto; e nesta fórmula concedemos licença para se fundar a dita congregação [...].[48]

A ausência dos estatutos, de que fala a provisão acima, foi motivo de uma discussão cuja resolução começava a aparecer no decreto papal de 1671 por onde se estabelecia a vinculação da Congregação de Quental às normas da que regiam o Oratório italiano e, por meio destes, eram reafirmados os propósitos apontados, principalmente a recusa aos excessos, à plena liberdade para se sair ou entrar na congregação e à ênfase conferida aos estudos das letras "conforme seu talento e necessidade".[49] Segundo Francisco Contente Domingues, é possível afirmar que os oratorianos estavam embasados por alicerces políticos e culturais bem distintos dos inacianos, cuja posição de braço do poder papal inserido no seio do Estado significava a consubstanciação do espírito tridentino, manifesta nos muitos colégios que se espalhavam não apenas em Portugal ou mesmo na Europa, mas também nos territórios ultramarinos, o que lhes conferia verdadeira hegemonia no campo pedagógico[50].

Outrossim, não se pode deixar de ressaltar que o favor e a proteção de D. João V, a partir de 1709, dotaram a Congregação do Oratório de uma liberdade de movimentação que o próprio peso político da Companhia de Jesus dificultava, ainda que se pretendesse alguma reorientação. Como provas dessas diferenças, apontam-se a doação aos Néris de meios materiais substanciosos, como o Palácio das Necessidades, cujo início da construção data de 1745, mas concluído apenas em 1750. No ano seguinte, D. José I confirmara a doação de seu pai ainda financiando a instalação do magnífico gabinete de física experimental. Em contrapartida, através do Edital de 23 de setembro de 1712, encaminhado ao reitor da Universidade de Coimbra, que era dirigida pelos jesuítas, D. João V ordenava que não se consentisse em introduzir nas cadeiras de filosofia "outra forma de lição da que até agora se

---

48 Provisão da Sé de Lisboa de 8 de Janeiro de 1668, autorizando a formação da Congregação. Apud Vicente Ferreira de Souza Brandão. *Recopilação histórico-biographica do venerável padre Bartholomeu do Quental, fundador da congregação dos padres congregados do Oratório e dos Irmãos congregantes de N. Sa. das Saudades e São Felipe Néri*. Lisboa: Tipografia de José Baptista Morando, 1867. p.12.

49 Domingues, *op.cit*, p.15-19.

50 Idem, *ibidem*, p.29.

observava, e mandam os estatutos”[51].

O tom de resposta do decreto faz supor que àquela altura já houvesse indícios de reivindicação quanto à introdução de novas matérias, mas dois fatores são apontados por Domingues como decisivos para sua impossibilidade, o fato da Companhia, e por via de consequência, a Universidade, ser comandada pelos quadros mais arredios à renovação, bem como a influência junto ao Rei de um dos mais conservadores entre os irmãos do Santo Ignácio, que veio diretamente da Itália para ser reitor do Colégio de Santo Antão, logo em seguida, assumindo as funções de Conselheiro científico do rei, Giovanni Battista Carbone.[52]

Por outro lado, no apêndice aos estatutos que regiam os oratorianos,[53] embora se encontrassem determinações contra a introdução de “doutrinas novas e pouco firmes, principalmente nas matérias moraes”, nada havia que restringisse a liberdade de pensamento quanto à Filosofia Natural, o que certamente contrastava com a rigidez normativa da Companhia de Jesus[54]. Além disso, vale acrescentar que o magistério oratoriano estava envolvido em uma orientação pedagógica que defendia a ampliação do conhecimento para além de seus muros, como fica claro na realização de conferências públicas. [55]

É no âmbito dos Néris que, a partir de 1737, o padre João Baptista inicia os ensinamentos de física newtoniana, definindo uma primazia da qual os próprios congregados sempre reclamaram. Certo ou não, o que aponta Domingues é que muito do que se veio a conhecer em Portugal daquilo que se produzia no exterior, no âmbito da Filosofia Natural, se deveu à ação da Congregação do Oratório, cuja influência estava baseada no prestígio do magistério e dos escritos de seus mais afamados mestres: João Baptista e sua mais importante obra, denominada *Philosophia aristotelica restituta e illustrata quá experimentis qua ratiociniis nuper inventis*, publicada em 1748, e, principalmente, seu discípulo Teodoro de Almeida, com a monumental *Recreação filosófica, ou diálogo sobre filosofia natural para instrução de pessoas curiosas que não frequentaram as aulas*, cujo primeiro volume saiu em

---

51 Idem, *Ibidem*, p.31.

52 Idem, *Ibidem*, p.31.

53 Appendiz aos Estatutos da Congregação do Oratório de Nossa Senhora da Assumpção Erigida ad instar da de São Felipe Neri. Apud Domingues, *op. cit*., p.31.

54 Idem, *Ibidem*, p.26.

55 Idem, *ibidem*, p.28.

1751.[56] Se comparada a outros importantes trabalhos que saíram durante a década de 40 do século XVIII, como o citado "*método*", de Verney, a *Lógica racional, geométrica e analítica,* de Azevedo Fortes (1744), e a tradução portuguesa em resumo de dois volumes do *Teatro crítico universal*, do espanhol Benito Feijoo (1746-1748),[57] que certamente contribuíram para que determinados temas e autores da filosofia moderna fossem mais conhecidos, a obra dos oratorianos se destacava pelo papel de vulgarização desses novos postulados da Filosofia Natural, a partir de uma prévia seleção daquilo que não feria os fundamentos da sua fé.[58]

Pedro Calafate defende, por sua vez, que tal esforço de conciliação, entre a moderna ciência experimental e a teologia natural, isto é, a tentativa de articular o conhecimento dos atributos da natureza com o conhecimento dos atributos de seu autor não configurava, pois, para os que viveram e pensaram a realidade do século XVIII, uma degradação da verdade ou da racionalidade, mas uma "redescrição" da realidade de acordo com as exigências de religiosidade que radicavam fundo no seu pensamento.[59]

Considerada a mais extensa obra portuguesa de caráter *enciclopédico*, isto é, norteada por um espírito sistemático, os dez volumes da *Recreação filosófica* demoraram praticamente meio século para serem concluídos, atravessando conjunturas tão diversas quanto o foram o autoritarismo de Pombal e a reorientação do período mariano, acompanhando a marcha da história lusitana e contribuindo para transformar o quadro cultural em Portugal. Dois fatores devem ser destacados a respeito desta obra: em primeiro lugar, o próprio título, que é indicativo do programa de socialização do saber, referido anteriormente, em que pela primeira vez tal orientação aparece como prioridade. É justamente pela defesa de que a filosofia podia e devia ser transmitida para além daqueles recintos normalmente tidos por adequados, que seus críticos vão acusar Teodoro de Almeida de faltar com a merecida seriedade que ao estudo filosófico se devia.[60] Em seguida, o seu grande êxito editorial ajudara a consolidar um posicionamento caracterizado pela historiografia como "a mais representativa atitude filosófica dos teóricos portugueses da ilustração, representando em seu conjunto e projeção

---

[56] Idem, *Ibidem,* p.45.

[57] Idem, *ibidem*. p.39.

[58] Idem, *ibidem,* p.40.

[59] Pedro Calafate. *História do pensamento filosófico português: as luzes.* v. 3. Lisboa: Editorial Caminho, 2001.p.305.

[60] Domingues, *op.cit*. p.47.

correspondente, a expressão de um dinamismo que se pretendeu fonte de inovação",[61] ou simplesmente como "o primeiro padrão de referência da filosofia portuguesa do setecentos"[62]: o *ecletismo.*

1.2 Ecletismo, Razão e Divulgação

Basicamente, a atitude eclética consistia em uma tentativa de harmonização de diversos sistemas de pensamento, adotando um ou outro à medida que sua adaptação fosse necessária para explicar os fenômenos ou compreender os domínios do conhecimento, sem compromisso pré-estabelecido com qualquer um. Em outras palavras, ser eclético significava afirmar a liberdade intelectual da filosofia, que aceitava somente aquilo que julgava condizente com os princípios da razão. Uma libertação conquistada e voluntária das "autorictates" do pensamento aristolélico-tomista, mas também da metafísica cartesiana[63].

De fato, a relação que passava a existir entre o exercício da filosofia e os resultados obtidos a partir da investigação científica deixava transparecer o caráter de processo contínuo do conhecimento, que se enriquecia à medida de novas aquisições, o que colocava os ecléticos em rota de colisão direta ao que se conhecia como *espírito de sistema*, e consequentemente, ao seu respectivo modelo de inteligibilidade preso ao conceito de uma razão dedutiva[64].

Foi Bacon quem primeiro polemizou acerca da prática de elaboração de modelos teóricos que tentassem abarcar todos os fenômenos naturais. As ditas "antecipações da natureza", para Bacon, apareciam como sendo uma "violência contra os sentidos": "As antecipações da natureza são suficientemente sólidas quanto ao consenso, se com efeito os homens endoidecessem juntos, de modo conforme, poderiam bastante bem se darem entre si

---

61 Pedro Calafate. *Metamorfoses da palavra. Estudos sobre o pensamento português e brasileiro*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998. p.217.

62 J.S da Silva Dias. O ecletismo em Portugal no século XVIII. *Revista Portuguesa de Pedagogia*. Lisboa, ano IV, 1972, pp.3-24. *Apud* Domingues, op.cit., p.59.

63 Domingues, *op.cit.*, p.59.

64 Calafate, *Metamorfoses da Palavra...*, *op.cit*., p.218.

[…]”.[65] Johannes Keppler, no seu *Dissertatio cum nuncio sidereo* defende o procedimento:

> O arquiteto deste mundo é maior do que aquele que o contempla – uma vez que ele tira de si mesmo as razões de sua construção, enquanto este mal conhece, e a muito custo, as razões expressas da sua própria construção, não há dúvidas de que aqueles que, com seu engenho, concebem as causas das coisas antes que as coisas se mostrem aos sentidos são mais semelhantes ao arquiteto do que todos os outros que pensam nas causas após terem visto a coisa.[66]

O exemplo de Torricelli é ainda mais curioso, pois demonstra não só a consciência de sua artificialidade, como também uma certa má fé:

> Eu finjo ou suponho que algum corpo se mova para cima ou para baixo segundo a conhecida proporção, e horizontalmente, com o movimento equável. Quando [se] isto ocorrer, eu digo que seguirá tudo aquilo que disse Galileu, e eu ainda. Se depois as bolas de chumbo, de ferro, de pedra não observarem aquela suposta direção, azar, nós diremos que não falamos delas.[67]

Entretanto, foi sob a arrebatadora influência de Newton, que o próprio termo, *sistema*, passou gradativamente a ganhar uma forte conotação negativa, apontando, no fim, para uma espécie de “patologia do espírito”, que remetia a uma situação e a uma sensação de imobilidade intolerável para aqueles que professavam o ecletismo.[68] Em exemplos de Teodoro de Almeida: “Na explicação de qualquer ponto protesto não me atar a nenhuma escola, nem seguir cegamente nenhum autor determinado, mas o que sinceramente entender que mais se chega à verdade”.[69] E Verney: “o verdadeiro sistema moderno é não ter sistema algum”.[70]

Segundo Calafate, os níveis de ecletismo entre os autores podiam variar significativamente, mas para fins de melhor compreensão, propõe a existência de dois grupos fundamentais. No primeiro, a postura eclética tentava conciliar algumas características do método escolástico com inovações do pensamento moderno. Por isso mesmo, as críticas sobre

---

[65] R.L.Ellis et al(org.) *The Works of Francis Bacon*. v.I. Londres, 1887-92. pp.161-169. *Apud* Rossi, *op.cit.*, p.61.

[66] Idem, *Ibide*m, p.60.

[67] Idem, *Ibide*m, p.61.

[68] Calafate, *Metamorfoses da Palavra...*, *op.cit.*, p.217.

[69] Teodoro de Almeida. *Recreação filosófica, ou diálogo sobre filosofia natural para instrução de pessoas curiosas que não frequentaram as aulas*. *Apud* Domingues, *op.cit*. p.60.

[70] *Apud* Domingues, *op.cit*. p.60.

a obsolescência aos métodos tradicionais eram executadas com mais parcimônia, o que configura um ecletismo moderado. Os melhores exemplos de um pensamento identificado a esse grupo podem ser encontrados nas obras do franciscano Frei Manuel do Cenáculo.[71]

Exemplificando essa crítica sutil, é possível mostrar Manuel do Cenáculo em dois posicionamentos. O primeiro diz respeito a um autor pragmático, que reconhece existir uma ordem mecânica na natureza, cabendo à física e à matemática tanto a tarefa de desvelá-la como a de pô-la ao serviço do homem, e por isso mesmo, a pura atividade contemplativa é vista em sua obra como "triste ignorância". Em outro momento, ao afirmar que "A Natureza é Deus", Cenáculo o faz segundo um entendimento de que "a Natureza é em Deus uma fonte e um centro de leis originais, princípio de muitas outras que são regras de justiça e de virtude".[72] Ou seja, a Natureza é vista abstratamente, como um princípio, como uma força ativa, uma fonte originária, não como a totalidade da criação. Esta noção, que tinha suas raízes na antiguidade clássica, fora vinculada à escolástica por São Tomás de Aquino por meio da distinção que este estabeleceu entre *natureza naturante e natureza naturada.* A coerência entre as duas perspectivas do Irmão de São Francisco de Assis estava na consideração da possibilidade de aceder à consistência material da natureza física através da ciência, mas antes de tudo, sublinhando a necessidade de "espiritualizar a materialidade dos objetos"[73]:

> Não é somente a vista material que há de empregar-se na constituição da terra, no que ela produz e em tudo quanto a cerca: nossa alma há de tirar dela o suco louvável que espiritualize a materialidade dos objetos, unindo em harmonia a moralidade e o ser físico dos objetos.[74]

Na segunda vertente do ecletismo filosófico, observa-se um desprendimento mais acentuado e uma crítica um tanto mais mordaz. É um ecletismo mais radical de que se trata, e sua radicalidade se manifesta na defesa incisiva das potencialidades do presente, denotando, por conseguinte, uma maior consciência de seu papel inovador. Em contrapartida, Pedro

---

[71] Calafate. *Metamorfoses da Palavra...*, *op.cit*., p. 217.

[72] Frei Manuel do Cenáculo. *Instrução Pastoral do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Beja Sobre As Virtudes da Ordem Natural*. Lisboa: Oficina Tipográfica, 1785. *Apud* Calafate. *A ideia de Natureza...*, *op.cit.*, p. 71.

[73] Calafate. *A ideia de natureza...*, *op.cit*., pp.70-71.

[74] Frei Manuel do Cenáculo. *Instrução Pastoral do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Beja Sobre a Religião Revelada*. Lisboa: Oficina Tipográfica, 1785. Apud Idem, I*bidem,* p.73.

Calafate advoga que esta postura está muito longe de significar um corte abrupto com a tradição, nos planos fundamentais da relação que se estabelecia entre Deus, o homem e a natureza. Esta é a posição que pode ser encontrada nas obras de Verney[75]. No primeiro exemplo, encontra-se a defesa de uma física baseada na observação minuciosa; no segundo, a ordem natural é vista na sua relação com a finalidade transcendente:

> E que se chamem filósofos esses tais! E que condenem os que observam miudamente a Natureza! Se a física é o conhecimento da Natureza, quem mais observou a Natureza [o fez] com discursos aéreos? Tanto sabe um puro peripatético dos efeitos naturais, quanto sabe um cego, de cores. Ambos falam do que não viram: um porque não tem olhos, o outro porque os não quer ter.[76]
> Daqui se segue que a ordem, sem nenhuma causa inteligente, não pode ser concebida. Com efeito, a ordem sem fim é nula, o fim sem causa inteligente e constituída para este fim, deve ser tido como nulo. Com efeito, as coisas que carecem de ter um fim nulo. Por exemplo, a pedra ao cair do alto não tem por fim cair para a terra, mas caiu porque isso foi estabelecido pelas leis da natureza. Daqui segue-se que todas as partes do mundo postas em ordem para certos efeitos ou fins, são estabelecidas por alguma mente. Que cada uma das partes da natureza seja estabelecida para certos fins é evidente na maior parte das coisas. Nas outras que não são tão evidentes, tal realidade foi demonstrada pelos filósofos, principalmente pelos modernos.[77]

Portanto, como parte de um século altamente complexo e repleto de transformações de vulto, o ecletismo não poderia lhe ser diferente, pois que dispunha de um dinamismo e uma vitalidade que fundamentais. –Em autores como Verney, Teodoro de Almeida e Manuel do Cenáculo, fica muito bem estabelecida a ideia de que o movimento estava intrínseco não apenas à materialidade das coisas, antes, porém, consistia na essência do conhecimento.[78]

Há que se atentar ainda que a liberdade que competia ao juízo humano era aquela que tornava a postura eclética possível, este era o seu limite. A existência de uma fronteira entre as "matérias naturaes", disponível à interferência dos homens, e as matérias teológicas, para as quais bastavam a "luz da fé e a autoridade da Igreja". Era a única questão impassível de controvérsia, filosofia de um lado, teologia de outro.[79]

Sua origem remonta, pelo menos no período moderno, às proposições contidas no

---

[75] Calafate. *Metamorfoses da Palavra...*, *op.cit*., p.218.

[76] Luís Antonio Verney. *Op.cit*., p. 29.

[77] Luís Antonio Verney. *De Re Metaphysica ad usum Lusitanorum Adolescentium, libri quatuor* (1753). Lisboa: ex Tipografia Rodericiii, 1765. *Apud* Calafate. *A ideia de Natureza...*, *op.cit.*, p.50.

[78] Calafate. *Metamorfoses da palavra...*, *op.cit*., p.218.

[79] Domingues. *Op.cit*., p.60.

pensamento de Francis Bacon, em que o problema das relações da independência da religião perante a pesquisa científica aparece como um dos temas centrais. Entretanto, adverte Paolo Rossi que existe um fenômeno histórico específico contra o qual Bacon pretende polemizar. De um lado está uma vertente do aristotelismo que identifica o Deus da revelação cristã com o primeiro motor da filosofia natural, de outro um platonismo que pretendia misturar elementos míticos e elementos racionais, por consequência, misturando religião e ciência:[80]

> Alguns modernos incorreram em tal inanidade, que com grande leviandade, tentaram construir uma filosofia natural sobre o primeiro capítulo do Gênese, sobre o livro de Jó e sobre outros livros das sagradas escrituras, buscando assim os mortos entre os vivos. É da maior importância coibir-se e frear esta inanidade, tanto mais que dessa mescla danosa de coisas divinas e humanas não só surge uma filosofia absurda, como também uma religião herética. Em vista do que é sobremodo salutar outorgar-se, com sóbrio espírito, à fé o que a fé pertence.[81]

Deste modo, nas Escrituras estava contida a vontade de Deus e a revelação de seu poder. Já o Livro da Natureza nada tinha a revelar sobre tais temas, portanto, deveria ser escrito pela mão do homem por meio da razão.[82]

Porém, como já deve ficado evidente por alguns exemplos citados, nas obras de Verney e Teodoro de Almeida, o que se entendia por *razão* não afastava, em absoluto, a presença divina. Antes, correspondia à capacidade de que era dotado o homem para aceder à ordem natural, uma ordem derivada da mente de Deus, o que significava conceber a lógica da criação divina por sua intencionalidade ("todas as partes do mundo postas em ordem para certos efeitos ou fins, são estabelecidas por alguma mente").

Desse modo, a metáfora do "livro", aponta tanto para a existência de uma "linguagem" única, que condiz a um critério de objetividade, onde se insere a possibilidade do desenvolvimento das ciências, bem como para a fusão com a dimensão simbólica das criaturas, que tange a um critério de finalidade, indicando a utilidade e dignidade do conhecimento científico.[83] Teodoro de Almeida enumera as excelências de se estudar a

---

80 Rossi. *Op.cit.,* p.155.

81 Francis Bacon. *Novum Organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza (1620).*Coleção "Os pensadores". Volume XIII. Tradução José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Ed.Abril Cultural, 1973. p.40.

82 Alex Gonçalves Varela. *Atividades Científicas na "Bela e Bárbara" Capitania de São Paulo. (1796-1823)*. São Paulo: Annablume, 2009. p. 37.

83 Pedro Calafate. *A ideia de natureza.... Op.cit.,* p. 46-47; 51; 54; 155.

natureza à luz da física experimental: em primeiro lugar, beleza e deleite, que do ponto de vista estético, são proporcionados ao observador do *espetáculo da natureza*[84]; em seguida, a utilidade das ciências (de acordo com ideal ilustrado); e por fim, uma compreensão mais profunda da obra de Deus, responsável enriquecimento da religião[85]:

> parece-me, senhores, que não há nada matéria mais proporcionada a suscitar entendimento do que a presente; a luz que é formosura do mundo; as cores, aquele brilhante ornato com que a mão do criador enfeitou as suas criaturas, a vista dos olhos, que é o mais suave encanto da alma, as maravilhas da óptica, as invenções da dioptria; [...]. As searas ao longe, vestidas de um agradável verde que o vento ondeia, imitando as ondas alteradas; os bosques frondosos, mais sombrios; as vinhas floridas, enfeitadas; as hortas alegres e patentes, farão um inimitável jardim, por onde, com gosto e com variedade, se espalham os olhos: levanta-os ele [espectador] ao céu a louvar o criador.[86]

Neste outro fragmento, pertencente à *Recreação Filosófica*, Teodoro de Almeida lança mão da metáfora dos espelhos para explicar sobre a grandiosidade da criação e, consequentemente, do seu autor, indicando que a atitude científica, perscrutando e identificando a lógica, as propriedades e utilidade da natureza, é causa dignificante para o homem, que passa a reconhecer a suprema inteligência:

> A primeira obrigação do Homem para com Deus é fazer diligência para o conhecer, porque sendo isto a coisa mais natural a toda criatura discursiva, há espíritos tão pesados e humildes e abatidos que, à maneira de jumentos, nunca tiram os olhos da terra que com seus pés vão pisando, nem levantam a cabeça para o céu, em ordem de conhecer o principio de onde lhes veio ser; Deus, porém, formando o universo e prevendo esta indigna condição destes homens, semeou essa mesma terra que pisam de uns pequenos espelhos, em que reverberam os seus divinos atributos, de forma que o conhecimento de Deus lhes entra pelo mesmos olhos que eles teimam em não tirar da terra em que pisam [...] e deste modo vêm a conhecer Deus quando menos cuidavam.[87]

Se na Física portuguesa dos setecentos a referência especular era uma constante, o mesmo não se podia dizer da História Natural, cujo espaço, bastante limitado na obras de

---

84 Referência ao titulo da obra do abade Pluche, *O espetáculo da natureza (1743)* – para Pluche, integrando-se todas as conquistas da filosofia natural, que quebra os limites do finito e do fragmentário, pela integração da natureza física num mais vasto edifício, que nos fala de um Deus criador e dos seu atributos. Nesta estrita dimensão, a ciência experimental poderá continuar a render homenagem ao criador, mas o texto do universo pode ser apresentado como um criptograma que importa decifra numa linguagem estritamente quantitativa. Calafate. *História do pensamento filosófico*.... *Op.cit*., p.325.

85 Idem, *Ibidem*, p.325.

86 Teodoro de Almeida: *Oração que recitou o P. M. Theodoro de Almeida na primeira conferência de filosofia experimental no ano de 1757*. *Apud* Idem, *Ibidem*, p.326.

87 Teodoro de Almeida*: Recreação Filosófica*..., *Apud* Idem, *Ibidem*, p.326.

Verney e Teodoro de Almeida, se expandiu a partir da década de 1770 com as modificações curriculares da Universidade de Coimbra e com a criação da Academia Real das Ciências de Lisboa. A menor importância dada a temas como o da harmonia e da ordem, que tinham claras implicações metafísicas, tornava, nos trabalhos de História Natural, as considerações simbólicas menores e mais suaves. Em vez de relações meramente matemáticas, os naturalistas tinham suas preocupações voltadas para a observação descritiva e taxonômica.[88]

Ao dizer, porém, que a harmonia entre ciência e religião tendia a ser dissipada, sobretudo, pelo fato de se estar constituindo o que Calafate denominou de "discurso de culto ao objeto e à sua descrição", também é necessário salientar o quanto esse peso atribuído ao componente simbólico podia variar. Observe o que diz um fragmento dos estatutos da Universidade de Coimbra, de 1772, e logo em seguida, uma memória científica do grande naturalista Domenico Vandelli:[89]

> [...] e como as especulações tranquilas do gabinete e os conhecimentos adquiridos pelos livros não podem formar um naturalista completo; terá o lente o grande cuidado e atenção em formar seus discípulos no gosto e na arte de observar, para se fazerem verdadeiramente hábeis na historia do mundo sensível, pelo grande livro da mesma natureza.[90]
> [Um museu de História Natural é] um livro aberto no qual o observador se instrui e facilmente a memória vem pelos olhos a atenção e o prazer da vista. A admiração que faz nascer tantas produções naturais, não pode deixar de nos conduzir a admirar e temer aquele do qual estas tem a sua existência.[91]

Para Calafate, os estatutos têm influência da obra do naturalista francês Georges Louis Leclerc, mais conhecido por seu título, Conde de Buffon, na qual se percebia que a relação entre natureza e divindade parecia traduzir essencialmente uma ressonância cultural, "uma pertença a valores e a quadros culturais que se mantinham ativos", mas que, perante o "discurso do objeto", diminuíam de importância. Da grandiosidade de Deus, a metáfora do espetáculo passava a sugerir o incomensurável trabalho e a persistência exigidos de quem pretendesse estudá-lo. A ciência, para Buffon, buscava seu sentido na sua eficiência de uma leitura analítica da natureza. Isto é, o objeto da História Natural começava e terminava na

---

88 Idem, *Ibidem*, p.359.

89 Idem, *Ibidem*, p.360.

90 Estatutos da Universidade de Coimbra (1772). *Apud* Idem, *ibidem*, p.363.

91 Domenico Vandelli. *Memória V. Da utilidade dos museus de História Natural*. *Apud* Idem, *Ibidem*, p.364.

própria natureza.[92]Contudo, vale ressaltar que esse esforço analítico para se compreender a natureza visava um maior domínio sobre ela, para que esse domínio resultasse em melhorias efetivas para o gênero humano, o que significava, em última análise, um aprimoramento do estado de civilização. Buffon foi, dentre todos os naturalistas do século XVIII, o que mais insistiu nesse aspecto empreendedor do homem, na sua legitimidade como aquele que transforma e aperfeiçoa a paisagem natural, extraindo as potencialidades de seus componentes. Portanto, a História natural, e, consequentemente, a agricultura, eram considerados promotores da polidez e da civilidade.[93]

Já em Vandelli, para quem a História Natural também compreendia o progresso e acúmulo de conhecimentos utilitários, a perspectiva de edificação do homem pelo estreitamento de seus laços com o criador não se perdera. Em vez de uma simples atitude prudente ou estratégica, Calafate explica a atitude de Vandelli através da sua pertença a determinados quadros culturais nos quais a religião é catalisadora do conhecimento científico, nos quais a natureza assume uma dignidade que extravasa os limites do natural.[94]

De maneira um pouco diferente, Thomas Hankins afirma que, à medida que as conquistas da ciência foram se avolumando em finais do século XVII, o critério de finalidade começava a substituir os argumentos racionais *a priori*, promovendo uma mudança qualitativa no modelo de racionalidade:

> A razão deslocou-se dos métodos da lógica formal para os das ciências naturais e as leis da razão tornaram-se idênticas às leis da natureza. Esta mudança provocou também uma alteração na forma de apreender o mundo natural. Uma vez que as leis da natureza eram escolhidas livremente por Deus para a sua obra, só podiam ser conhecidas através da experimentação; nenhum argumento lógico poderia, por si só, penetrar o livre-arbítrio de Deus. Assim, no século XVIII, a experimentação tornou-se parte integrante da abordagem racional da natureza.[95]

No entanto, para Hankins, a própria Ilustração do século XVIII era um produto dessa mutação ocorrida décadas antes, de uma ideia de "razão" entendida como *inteligência perfeita* para outra, vista como *lei da natureza*. Todavia, por essa modificação ter sido originada a

---

92 Idem, *Ibidem*, p.360.

93 Lorelai Brilhante Kury. Entre Utopia e pragmatismo: A História Natural no Iluminismo tardio. In: Luís Carlos Soares (org.). *Da revolução científica à big (business) science*.São Paulo/Niterói: Hucitec/Eduff, 2001.p.116.

94 Idem, *Ibidem*, p.364.

95 Thomas L. Hankins. *Ciência e Iluminismo*. Porto: Porto Editora, 2002. p.3.

partir da formulação da presença de um Deus ordenador, como fica patente não apenas nas obras dos ilustrados portugueses, mas também em trabalhos de diversos grupos de homens de ciência na França e Inglaterra, identificados à tendência filosófica e científica conhecida como "utilitarismo devoto" (como é o exemplo de Pluche),[96] o esforço de algumas figuras célebres da Ilustração, como Denis Diderot e o barão d'Holbach, em negar a existência de qualquer Deus espiritual, originava dois paradoxos que os homens das luzes nunca foram capazes de resolver completamente. O primeiro destes dizia respeito à relação entre a objetividade da ciência e a ética que se poderia extrair do avanço do conhecimento:

> Na medida em que as leis da natureza deveriam ser descobertas através da experimentação e da observação, elas eram meramente descritivas. [...] Revelavam aquilo que é, mas não aquilo que devia ser. Com base na lei da gravitação universal, de Newton, os astrônomos podiam prever o movimento dos planetas, mas não podiam afirmar se a gravitação era, em si mesma, boa ou má. [...] Viver de acordo com a natureza seria simplesmente viver. [...] Mas os filósofos do Iluminismo esperavam mais da natureza. Para eles, as leis da Natureza continham imperativos morais.[97]

-Um segundo paradoxo se formava no âmbito da aplicação das leis naturais, entre uma a ideia de uma natureza determinadora dos fenômenos e o avanço da liberdade humana:

> O objetivo destes filósofos era encontrar leis que regessem os fenômenos naturais e que pudessem prever, total e exatamente, os acontecimentos futuros. A tentativa de atingir este objetivo não era senão uma procura de um maior determinismo na natureza. Mas ao mesmo tempo, pensava-se que as leis da natureza, quando aplicadas ao homem, conferiam uma maior liberdade, em particular, liberdade em relação humana arbitrária. [...] No entanto, parece haver uma contradição na existência de leis da natureza que determinam completamente os acontecimentos no mundo físico e, simultaneamente, libertam o homem.[98]

A gravidade da existência destes paradoxos se esvanecia perante àquilo que tornava a Ilustração um processo e distinguia os *philosophes* daqueles que os precederam: "compromisso com uma causa".[99] Isto, porque, ainda que se pudesse admitir que a ciência fosse objetiva e desprovida de qualquer conteúdo ético, essa mesma objetividade tornava o

---

96 Referência ao termo cunhado por Jacques Roger na obra *Les Sciences de la vie dans la pensée française du XVIIIe. siècle.* Paris: Albin Michel, 1993. *Apud* Lorelai Kury. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol. 11 (suplemento 1), 2004. p.110.

97 Hankins. *Op.cit*., p.6.

98 Idem, *Ibidem*, pp.6-7

.

99 Robert Darnton. *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p.19.

filósofo natural um homem de virtude, desde que a objetividade fosse entendida como o oposto do egoísmo e da ambição.[100]Dessa forma, considerando ou não a presença, interferência ou mesmo existência do ser criador e incriado no ordenamento natural, esse homem de ciência do século XVIII, do alto da liberdade que seu ecletismo proporcionava, e munido de um imperativo moral, se transfigurava em um homem de ação, geralmente envolvido com projetos e propostas reformadoras da sociedade. Esse era o mais elevado entre todos os empreendimentos, a criação de uma ciência que, por meio da razão, reformulasse a sociedade baseada em princípios científicos e objetivos.[101]

É de fundamental importância sublinhar que o entendimento acerca do termo *ecletismo* que ora se defende, nada tem da negativa conotação tradicionalmente atribuida ao conceito, como se o caminho através do qual Portugal incorporara as luzes do século, fosse uma anomalia ou uma apropriação acanhada e comprometida, querendo dizer, *limitada*, de uma Ilustração transpirenaica supostamente livre desses constrangimentos. –Para que se compreenda melhor essa questão, a lúcida avaliação de Flávio R. de Carvalho[102] explica que o extraordinário lugar-comum que se tornou a interpretação do Portugal obscurantista e decadente, ressentido da prosperidade e da modernidade alheias, foi gestado pelo acúmulo de algumas visões que têm sua origem na geração de 1870, cujo exemplo de Antero de Quental é lapidar:

> Nos últimos dois séculos não produziu a Península um único homem superior, que se possa pôr ao lado dos grandes criadores da ciência moderna: não saiu da Península uma só das grandes descobertas intelectuais, que são a maior obra e a maior honra do espírito moderno. Durante 200 anos de fecunda elaboração, reforma a Europa culta as ciências antigas, cria seis ou sete ciências novas, a anatomia, a fisiologia, a química, a mecânica celeste, o cálculo diferencial, a crítica histórica, a geologia: aparecem os Newton, os Descartes, os Bacon, os Leibniz, os Harvey, os Buffon, os Ducange, os Lavoisier, os Vico – onde está, entre os nomes destes e dos outros verdadeiros heróis da epopeia do pensamento, um nome espanhol ou português? Que nome espanhol ou português se liga à descoberta duma grande lei científica, dum sistema, dum fato capital? A Europa culta engrandeceu-se, nobilitou-se, subiu sobretudo pela ciência: foi sobretudo pela falta de ciência que nós descemos, que nos degradamos, que nos anulamos. A alma moderna morrera dentro em nós completamente.[103]

---

[100] Hankins. *Op.cit*., p.7.

[101] Idem, *Ibidem*, p.8.

[102] Flávio Rey de Carvalho. *Um iluminismo português? – A reforma da Universidade de Coimbra (1772).* São Paulo: Annablume, 2008.

[103] *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos.* Discurso proferido por Antero de Quental, numa sala do Casino Lisbonense, em Lisboa, no dia 27 de Maio de 1871, durante a 1.ª sessão das Conferências Democráticas. Disponível em: http://aulaportuguesonline.no.sapo.pt/causas.htm. (acessado em 15/07/2011).

Nesse trecho do longo discurso de Quental fica claro o ressentimento pela ausência de um grande nome do conhecimento entre os peninsulares, pois esta era segundo sua opinião, uma das piores consequências do obscurantismo em que foram mergulhados os povos ibéricos como decorrência do alinhamento ao catolicismo tridentino, do qual a Companhia de Jesus era um dos porta-vozes, de onde conclui que o cristianismo reformado -dos povos germânicos era um fator dinamizador da economia e da cultura, e a intolerante ortodoxia romana, que expulsara e queimara nos autos de fé "Judeus e Mouros, raças inteligentes, industriosas, a quem a indústria e o pensamento peninsulares tanto deveram, e cuja expulsão tem quase as proporções duma calamidade nacional", era fator de estagnação, em todos os sentidos:

> Rasga-se porém o século XVI, tão prodigioso de revelações, e com ele aparece no mundo a Reforma, seguida por quase todos os povos de raça germânica. Esta situação cria para os povos latinos, que se conservavam aliados a Roma, uma necessidade instante, que era ao mesmo tempo um grande problema. Tornava-se necessário responder aos ataques dos protestantes, mostrar ao mundo que o espírito religioso não morrera no seio das raças latinas, que debaixo da corrupção romana havia alma e vontade [...]. Em Roma, porém, a solução que se dava ao problema tinha um bem diferente caráter. O ódio e a cólera dominavam os corações dos sucessores dos apóstolos [...] Pensava-se que era necessário fortificar a ortodoxia, concentrando todas as forças, disciplinando e centralizando [...]. Esta opinião [para não dizer este partido] triunfou, e foi esse triunfo uma verdadeira calamidade para as nações católicas [...]. Se houvessem alcançado essa reforma, teríamos nós talvez, Espanhóis e Portugueses, escapado à decadência. Quem pode hoje negar que é em grande parte à reforma que os povos reformados devem os **progressos** morais que os colocaram naturalmente à frente da **civilização**? Contraste significativo que nos apresenta hoje o mundo! As nações mais inteligente, mais moralizadas, mais pacíficas e mais industriosas são aquelas que seguiram a **revolução** religiosa do século XVI: Alemanha, Holanda, Inglaterra, Estados Unidos, Suíça. As mais decadentes são exactamente as mais católicas! Com a Reforma estaríamos hoje talvez, à altura dessas nações; estaríamos livres, prósperos, inteligentes, morais... mas Roma teria caído![104]

Quental expressa, nesse espantoso trecho, a combinação de alguns elementos que propositalmente foram destacados. A utilização do par progresso-civilização indica, segundo Flávio Carvalho, a sua ligação ideológica à concepção Hegeliana de história, teleologicamente orientada, transformando a história europeia em história humana, Europa de cuja superioridade e exemplaridade não se punha em dúvida[105].

Logo em seguida, o termo *revolução* substitui por um momento o termo *reforma*, sugerindo que o advento das novas igrejas cristãs do século XVI significara uma secção radical com o passado, um passo decisivo para a construção da modernidade europeia, do qual

---

[104] Idem, *Ibidem*, (grifos nossos).

[105] Carvalho. *Op.cit*.p27.

os ibéricos, em especial, os portugueses, foram privados. Tendo em perspectiva a visão idealizada de uma Europa luminosa, Quental defendia que assim como a religião fora revolucionada pelos "germânicos" outrora, a superação dessa defasagem e a consequente aquisição da feição característica do século (XIX), segundo cria, uma feição revolucionária na direção do socialismo, dependia de um esforço superlativo de ruptura.

Não obstante, é oportuna uma pequena digressão. Como aponta Krishan Kumar, surpreendente é perceber o tanto de permanências da concepção cristã de História que a ideia de modernidade carrega. Fora justamente o cristianismo, concentrando-se em um evento único, irrepetível e incomparável (a vinda de Cristo), que atribuíra, pela primeira vez, algum significado à história humana, derrubando a concepção naturalista, cíclica, típica dos antigos, para quem o tempo era regular e repetitivo, uma imagem em eterno movimento da eternidade . A divisão do tempo em antes e depois de Cristo e a promessa do segundo advento no juízo final, tornaram passado, presente e futuro interligados em uma linearidade compreensível, uma história de pecado e redenção que ocorre em tempo humano, não apenas cronológico, mas orientado pelo seu desfecho. Toda a jornada dos seres humanos sobre a face da terra, com suas dificuldades e seus augúrios, passa a ser compreendida como preparação e espera para o fim triunfal, que virá não se sabe quando, mas virá. O que torna a história uma espécie de "profecia às avessas", fazendo com que os eventos e os períodos do passado ganhem significado unicamente por sua contribuição para a construção do futuro.[106]

Por outro lado, percebe-se no texto de Antero de Quental, além da teleologia cristã, a complexa coexistência de duas perspectivas que deveriam ser mutuamente excludentes: o fenômeno que Koselleck chamou de "temporalização", isto é, a formação do tempo histórico como um cronótopo específico[107], que é justamente o que forma a modernidade enquanto percepção temporal, calcada na desconexão com o passado entendido como espaço de experiências (nesse caso específico, a realidade portuguesa desde o século XVI); e do alargamento indefinido do futuro como horizonte de expectativas (a partir da instauração de uma sociedade socialista). A outra perspectiva está ligada à concepção renascentista de história, aquela que interpreta o passado longínquo como exemplo a ser seguido, sendo,

---

[106] Kumar. *Op.cit*., p.81.

[107] Hans Ulrich Gumbrecht. *A modernização dos sentidos*. São Paulo: Editora 34. p.15-17. Ver também, Reinhardt Koselleck. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.* Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

portanto, “mestra da vida”. No caso, o mesmo Quental, que, em 1871, dá boas vindas ao futuro socialista, lembra-se nostalgicamente do protagonismo dos povos peninsulares na Idade Média e do vanguardismo no alvorecer dos tempos modernos.

Com o advento da república portuguesa, algumas décadas depois, historiadores nacionalistas foram responsáveis por absorver e reeditar o discurso romântico do drama cultural português face à modernidade europeia.[108] Nesse contexto, ainda que o ensaísta Antônio Sérgio possa ser considerado uma voz dissonante, sua ênfase no papel dos ditos “Estrangeirados” na assimilação de novas perspectivas do conhecimento, como fora o caso de Verney, Ribeiro Sanches e alguns outros, aceita pacificamente a interpretação oitocentista da defasagem portuguesa, ajudando a solidificar essa construção historiográfica como verdade inconteste.[109]

Sobretudo, deve-se salientar, no entanto, a utilização indiscriminada de uma noção limitadora da Ilustração como um conjunto de ideias autônomas e descarnadas, e agentes em harmonia, cujas pequenas diferenças regionais não prejudicavam a unidade do movimento e da “família filosófica”. Grandes nomes, como Ernst Cassirer, Paul Hazard e Peter Gay ajudaram a fortalecer essa ideia de uma Ilustração *una*:

> Na realidade, pela língua que fala e escreve, pela qualidade do seu espírito, pelos seus hábitos, por todo o seu ser, o príncipe de Ligne pertence à elite que encontra por todo o lado e que por toda parte, lhe provoca a ilusão de lhe sentir em família [...] Uma mesma corrente circula, então através de toda a Europa ocidental, realizando uma unidade espiritual comparável à da renascença...[110]
> Houve muitos filósofos no século XVIII, mas somente um iluminismo. Uma desorientada, informal e totalmente desorganizada coalizão de críticos culturais, céticos religiosos e reformistas políticos, de Edimburgo a Nápoles, de Paris a Berlim, de Boston à Filadélfia, os filósofos fizeram um clamoroso coro, e existiram algumas vozes dissonantes entre eles, mas o que é notável é a harmonia dos mesmos, não as suas eventuais discordâncias. O homem do Ilunminismo unido num vasto e ambicioso programa, um programa de secularismo, humanidade e, sobretudo, liberdade, liberdade em todas as suas muitas formas.[111]

Foi com base nessa perspectiva reducionista, em que o pensamento ilustrado perde a sua perspectiva plural e a sua característica de processo em andamento – como pressupõe o

---

[108] Domingues, *op.cit*. p.32.

[109] Carvalho. *Op.cit*. p.28.

[110] Hazard. *O pensamento europeu no século XVIII*. 3ª Ed. Lisboa: Editorial Presença, 1989. p.407.

[111] Peter Gay. *The Enlightenment: an interpretation. The rise of modern paganism*. Nova Iorque: Vintage Books, 1966. *Apud* Carvalho. *Op.cit*, p.29.

vocábulo e conceito alemão Aufklärung (esclarecimento)[112] – que uma comparação canhestra se operou, tendo em vista um pretenso descompasso português perante a Europa de além Pirineus que a historiografia precedente havia feito o favor de legitimar, e através do qual se procederam as várias adjetivações, obviamente pejorativas, pelas quais as luzes portuguesas foram qualificadas até recentemente.[113]

Fazendo menção a uma dessas qualificações, o *ecletismo*, é necessário dizer que, segundo julgamento de Pedro Calafate, este possuía uma face obscura, em que a defesa de um método eficiente e claro criava uma ilusão de imparcialidade que a bem da verdade se traduzia em "policiamento das doutrinas", um esquema de controle seguro e fechado que pretendia evitar disputas, controvérsias e a diversidade de opiniões. Dessa forma, servia aos propósitos do absolutismo ilustrado do período pombalin.[114]

A despeito disso, pode-se pensar no uso do termo *ecletismo* tal como tem sido abordado até aqui, positivamente, a partir de uma perspectiva condizente com a dos próprios contemporâneos, visto que na *Enciclopédia*, em artigo de Diderot, *eclética* significava a postura metodológica correta ao filósofo que recusava a submeter-se à autoridade intelectual e, consequentemente, a vincular-se a apenas uma doutrina, exatamente como aparece em todos exemplos mencionados, o que demonstra, pelo menos por essa via, que não faz sentido falar em insularidade ou defasagem cultural, pois se os ilustrados portugueses eram ecléticos, não eram os únicos.[115]

Mesmo o qualificativo "pragmático", tão repetidamente imposto exclusivamente às luzes portuguesas desde o trabalho consagrado de Maria Odila Leite da Silva Dias, *Aspectos da Ilustração no Brasil* (1968),[116] condizia, na verdade, a um movimento de toda a disciplina

---

[112] Para Kant, não há conclusão para este processo, o entendimento humano está constante aperfeiçoamento, o que fica evidente no trecho a seguir: "*Quando nós perguntamos "Vivemos agora numa época esclarecida?". A resposta é "Não", mas vivemos numa época de esclarecimento*". Immanuel Kant. Resposta à pergunta: Que é esclarecimento? ("*was ist Aufklärung?"),* 1784. In: *Textos seletos*. Petrópolis: Vozes, edição bilíngue (português-alemão), 1985.

[113] Flavio Rey de Carvalho aponta os termos *ecletismo, Iluminismo católico e ilustração de compromisso* como exemplos dessas qualificações enviezantes. *Op. cit*., pp.25-37.

[114] Pedro Calafate diz que método, no sentido utilizado, se refere a "uma ordem de transmissão de conteúdos de ensino, a luz de uma episteme de brevidade e de clareza", tal como aparece na obra de Verney. Calafate. *Metamorfoses da palavra..., op.cit*., p.221.

[115] Idem, *ibidem*. p.38.

[116] Maria Odila Leite da Silva Dias. Aspectos da lustração no Brasil. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro: V.278, p.105-170, jan-mar. 1968.

da História Natural, durante as últimas décadas do século XVIII. Naquele período, a crítica científica ao conhecimento diletante e de pura curiosidade, fazia com que os museus e jardins botânicos substituíssem o lugar ocupado outrora pelos gabinetes de curiosidades e jardins, criados para o deleite aristocrático.[117]

Vale mencionar que, aliada a essa atitude eclética e utilitarista, desde a *Recreação filosófica*, a ideia da diversificação e catalogação sistemática dos conhecimentos, acompanhada de uma vertente pedagógica em que a divulgação desses mesmos conhecimentos estava presente em solo português. A atividade repressiva de Pombal fez, porém, com que o espaço para a difusão das ciências se reduzisse consideravelmente com o desaparecimento dos periódicos de 1768 a 1777. Com o *Jornal enciclopédico dedicado à Rainha Nossa Senhora, e destinado para a instrucção geral, com a notícia dos novos descobrimentos em todas as áreas,* que saiu pela primeira vez em 1779, mesmo ano de surgimento da Academia Real das Ciências de Lisboa, essa lacuna parece ser preenchida.

Em constantes dificuldades editoriais, o jornal foi forçado a uma ocorrência intermitente. O segundo número saíra quase dez anos depois do primeiro (1788), tendo um período relativamente regular de funcionamento até 1791, já sob a direção de Manoel Joaquim Henriques de Paiva. Depois disto, consta apenas a publicação de mais uma última edição, em 1806. Primeiro periódico português com esse caráter, seus propósitos consistiam em divulgar conhecimentos de utilidade, fossem produções nacionais, fossem estrangeiras, de uma forma mais rápida para um público cada vez mais amplo e diversificado, desde pesquisadores e homens de ciência até agricultores, que adquirindo estas luzes, tirariam melhor proveito de sua atividade. No fragmento abaixo, respectivo ao primeiro número de 1779, verificam-se tais objetivos "ilustrados" e nobres: a publicação de conhecimentos úteis, como puro desejo de "zelar pela felicidade pública".

> Sim, amados compatriotas, o nosso zelo pela felicidade pública é puro e é sincero:entramos nessa empresa, porque se nos presenteou a mais conducente ao objeto, que nos excitava, e para conseguir por ela o fim proposto, a fizemos dependente da contribuição de todos, os que são por ela excitados por semelhantes estímulos. O nosso plano achou geral aprovação; mas quem não aprovará o projeto de comunicar cada mês ao público a notícia de tudo o que pode ser útil? E não podendo alguém negar a utilidade desta obra, que se empenhará em desacreditá-la, sem condenar-se ao remorso de ter impedido o fim a que ela se dirige? [...] Já no seu prospecto que se publicou, convidamos a este fim todas as pessoas instruídas, e zelosas do bem da pátria [...] se nos faltam os talentos, para executar completamente, pode supri-los a

[117] Kury. *op.cit*., p.113. Ver também: Lorelai Kury & Carlos Ziller Camenietzki. Ordem e Natureza: Coleções e cultura científica na Europa moderna. *Anais do Museu Histórico nacional*. Rio de Janeiro, v.29, 1997.

> contribuição de pessoas hábeis.
> [...] Ainda que tenhamos correspondentes nos outros países, de onde nos são comunicadas todas as novas produções, já dissemos, que não nos serviremos das notícias estrangeiras, se não na falta das peças nacionais; porque projetamos um jornal português, que seja não só um veículo de instrução para os ignorantes, mas uma ocasião de se exercitarem os instruídos. O nosso cuidado será ajuntar os materiais, e comunicá-los pronta, e exatamente ao público.[118]

Esse perfil *enciclopédico*, pode-se afirmar, corresponde a um espírito de fins do século XVIII e boa parte do século XIX, momento em que o discurso especializado e o discurso de divulgação ainda não estavam completamente definidos.[119]

No entanto, embora se admita que as edições científicas, no geral, dificilmente eram separadas de uma intenção pedagógica, já que a definição dos objetos de investigação científica à época se dava por via de seu caráter utilitário, e isso necessariamente informa uma pretensão de aplicação social do conhecimento, ainda sim, a simples existência de uma linguagem específica para o domínio científico, um código próprio que pressupunha uma determinada competência ou nível de leitura, indicava que se tratava de leituras de divulgação restrita. Os propósitos de socialização das novidades, que vinham surgindo em campos como a agricultura e a medicina, se chocavam com a inércia e os bloqueios sociais e mentais. No fundo, era a confrontação entre uma concepção e uma prática que via na socialização do conhecimento a virtude maior, e outra que estranhava ou temia as consequências que o uso dos conhecimentos humanos poderia ter com o alargamento da quantidade e dos tipos de leitores.[120]

Nas obras marcadas pelo enciclopedismo, a preocupação com a divulgação era especialmente reforçada pelo cariz não especializado e pela seleção prévia de assuntos que aos olhos dos editores seriam mais interessantes para o leitor, buscando assim sobrepor os obstáculos acima mencionados.[121] No entanto, e, sobretudo em Portugal, o pequeno número de letrados e a precariedade do sistema educacional constituíam um agravante para a conquista de um público mais amplo e diversificado. O alcance estava restrito, na melhor das hipóteses, aos grupos sociais privilegiados ou aqueles em que a atividade econômica ou

---

[118] *Jornal Enciclopédico Dedicado à Rainha Nossa senhora*. "Ao público". Caderno I, julho de 1779. In: Fernando Egídio Reis. *Felicidade, utilidade e instrução: A divulgação científica no Jornal enciclopédico dedicado à rainha 1779; 1788-93; 1806*. Porto: Editora Porto, 2005. p.46.

[119] Idem, *Ibidem*. p.10.

[120] João Luis Lisboa. *Ciência e Política: ler nos finais do Antigo Regime*. Lisboa: Instituto nacional de Investigação Científica, 1991. p.132.

[121] Idem, *Ibidem*. p.138.

profissional envolvia a capacidade de ler e escrever.[122]

1.3 **Pombalismo: mercantilismo e Ilustração**

Em 1750, ao tomar posse como ministro do rei D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, vinha de uma importante experiência diplomática que fora possível graças à interveniência de seu tio, João da Mota e Silva, o Cardeal da Mota, tido como o primeiro-ministro *de fato* de D. João V. Isto é tanto mais importante caso se atente que o pai de Pombal havia caído em desgraça na corte por apresentar progenitores falsos, e uma nomeação de Carvalho e Melo para a diplomacia podia significar o restabelecimento da honra da família.

Sua primeira missão fora em Londres (1739/1743), depois em Viena (1745/1750); anos em que uma das principais preocupações que nortearam sua ação, a aliança com a Inglaterra, já lhe havia tomado o pensamento. Fato que é perfeitamente compreensível e mesmo justificado, pois como nos diz Kenneth Maxwell, aqueles foram anos cruciais "para a cristalização de ideias e mitologias expansionistas na Grã-Bretanha".[123] A atitude ofensiva inglesa em relação aos territórios espanhóis reforçara para Carvalho e Melo o pensamento de que mais dia, menos dia, seria a vez do Brasil: "a inveja do nosso Brasil, tão forte nos corações britânicos, no final irá levá-los a atacar a América Portuguesa".[124]

Anos também em que se conscientizaram a arrogante e descuidada certeza com a qual os ingleses consideravam a antiga relação luso-britânica.[125] Somando-se a alguns contemporâneos que havia tempos punham em questão as causas da coadjuvância lusa no concerto europeu,[126] estabelecendo um debate com foco para o seu papel no sistema político internacional e nas restrições e opções com as quais teria que conviver,[127] Pombal via não só a

---

[122] Reis. *Op.cit*. p.2.
[123] Kenneth Maxwell. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo. 2ª Ed.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p.4.
[124] Ofício de Carvalho e Melo, Londres, 8 de Julho de 1741. *Apud* Maxwell. *Op.cit*., p.4.
[125] Idem, *Ibidem*, p.6.
[126] Dentre os quais, podemos destacar Verney; o famoso médico cristão-novo António Nunes Ribeiro Sanches, autor de "*Dificuldade que tem um velho reino de emendar-se*" e "*Cartas sobre a educação da mocidade*" (1760), e com o qual Pombal estabelecera contatos em Viena; como também o diplomata D. Luís da Cunha, em cujo famoso *Testamento político* indica Carvalho e Melo para o ministério, e de onde este último vai retirar muito de sua orientação posterior.
[127] Maxwell. *Op.cit*., p.16.

ação inglesa em quase tudo, como, em contra partida, começava a reunir e processar informações sobre o que ele cria serem as razões da sua superioridade comercial e naval, de maneira a construir um projeto reformador para dar conta de tais questões. Consta que sua biblioteca em Londres dispunha de um vasto material, composto por autores do mercantilismo clássico, relatórios sobre diversos gêneros do comércio colonial, como tabaco e açúcar, mineração, estabelecimento e funcionamento de manufaturas de tecidos de lã, farta legislação sobre o assunto, registro alfandegário, e, acima de tudo, muita documentação acerca das companhias de comércio britânicas.[128]

Ainda que a autoria do "*Discurso político sobre as vantagens que o reino pode tirar de sua desgraça*" ou "*profecia política*", outrora atribuída a Pombal, seja hoje assunto superado[129], pode-se encampar a interpretação de Francisco Falcon como tendo este sido encomendado por Carvalho e Melo, e correspondendo provavelmente a algumas de suas conclusões. Do ponto de vista econômico, foram apontados o escoamento do ouro do Brasil para pagar por bens manufaturados ingleses, a remessa praticamente integral dos lucros obtidos pelos comerciantes britânicos situados no Porto e em Lisboa, bem como os juros ganhos em crédito comercial, taxas de frete e seguros, originados não só do comércio recíproco como também de uma grande parte do comércio colonial português.[130]

Além da assimétrica relação com a Inglaterra, devemos ressaltar o reconhecimento por Pombal, valendo-se do pensamento de D. Luís da Cunha, de graves problemas de origem interna, como a parca população e a falta do espírito de iniciativa, e ainda, os excessivos número e força das ordens religiosas, mormente os jesuítas. Dessa forma, munido de experiência, de contatos (com figuras proeminentes das ciências e da política) e com um conjunto de ideias bem formulado, só lhe estava faltando a conspiração do acaso, que lhe veio de mãos dadas com a desgraça de Lisboa, destruída em 1755 pelo terremoto, por cujas consequências, segundo Maxwell, D. José I lhe conferira autoridade virtualmente completa.[131]

Alvo de críticas severas, logo após a morte do rei, daqueles que se encontravam fora de sua órbita; resgatado pelos liberais da década de 1820, que o entenderam como o primeiro fôlego de abertura rumo às conquistas de então, batalhando contra o obscurantismo que tolhia

---

128 Idem, *Ibidem,* p.6.

129 Francisco Falcon sublinha que o texto é uma tradução de um texto com mesmo título em francês, cuja autoria é atribuída a Ange Goudar, famoso entre o grupo dos agraristas, e publicado em Haia, em 1756. Francisco J. Calazans Falcon. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada, 2ª Ed.* São Paulo: Ática, 1993. pp. 261-272.

130 Maxwell. *Op.cit.*, p.7.

131 Idem, *Ibidem,*p.4.

o país; satanizado novamente pelos críticos do fim daquele século até meados do seguinte; Pombal e sua obra tiveram muitos julgamentos posteriores. Na opinião de Francisco Falcon, essa visão historiográfica que dá um sentido demasiado tradicional, qualificando ou desqualificando Pombal, atribuindo um peso desproporcional ao ministro e dissolvendo a época em um todo indefinido, não contribui para a compreensão do "caráter pombalino" do período.[132] Por isso, sugere que seu governo e as reformas que pelas quais foi responsável devem ser entendidos em uma especificidade histórica constituída pela articulação de três elementos principais: 1- o posicionamento peculiar de Portugal na torrente dos processos que caracterizaram o que genericamente se denomina de "tempos modernos"; 2- o mercantilismo; e 3- o movimento ilustrado.[133]

Analisados de outra forma, esses elementos são colocados por Maxwell em termos das dualidades que marcaram o período: "o conflito da tradição com as forças da mudança e da inovação, a luta entre a religião antiga e do racionalismo novo da idade da lógica, o desejo de voltar a ser grandioso com base na riqueza da América do Sul, mas com a nostalgia sempre presente das glórias passadas do oriente, o conflito entre os meios despóticos os objetivos esclarecidos."[134]

Sobre estes meios, não há ilusões em relação ao caráter centralizador do Marquês, todavia é de um *absolutismo lógico* de que se trata.[135] Ainda que no âmbito do discurso possamos encontrar com mais facilidade as formas de pensamento da Ilustração, na prática, a razão que predomina é a razão de Estado. Modernização do aparelho administrativo e do Exército, aumento do controle fiscal, perseguição aos Jesuítas; tudo de forma a enfraquecer a nobreza e o estamento religioso, beneficiados durante o governo de D. João V pelo afrouxamento da presença do poder do Estado sobre vários setores da sociedade, decorrente, em última análise, do fausto gerado pelo afluxo aurífero do Brasil.[136]

A criação de companhias de comércio fez parte da luta contra os setores

---

[132] Falcon. *Op.cit*., p.224.

[133] A passagem da transcendência à imanência, como dado mais geral, e os processos de secularização, racionalização e individualização caracterizam o núcleo da experiência moderna. Contanto, Portugal durante todo esse período se viu embaraçado por sérios óbices a esse enquadramento. Falcon. *Op.cit*., pp.149 e 210.

[134] Maxwell. *Op.cit*., p.38.

[135] Idem, *Ibidem*, p.19.

[136] Falcon. *Op.cit*., p.371.

antimonopolistas e, segundo Falcon, denotou a opção de Carvalho e Melo pelo mercantilismo de tipo clássico, no qual, um pequeno grupo de grandes comerciantes e contratadores, com estreita associação com o poder, detêm exclusividade sobre as atividades comerciais e produtivas. O resultado esperado era a aniquilação daqueles que prosperavam à custa da ruína de Portugal, como os grupos de comerciantes ingleses situados em Lisboa, e mesmo os nacionais, mas que mantinham associação com eles.[137] Esse aspecto também fica evidenciado pela emergência de uma nova oligarquia manufatureira metropolitana, privilegiada com monopólios e isenções, mas principalmente, beneficiada pelo déficit na balança comercial causado pelo arrefecimento da produção aurífera e pela queda no preço do açúcar.[138]

Não se pode esquecer a relação existente entre os fatores político-diplomáticos e econômicos, no que concerne ao tratamento conferido pelo governo pombalino ao território luso-americano. A renovada preocupação de Pombal, no contexto da guerra dos Sete Anos, com a integridade das possessões americanas de Portugal, com base nos êxitos militares da Inglaterra frente à Espanha e França em suas respectivas colônias, somada às incursões castelhanas na fronteira do Rio Grande do Sul, ocasionou uma reformulação administrativa e defensiva no Brasil. Convencido da vulnerabilidade deste território, Pombal instaurou um sistema de cooperação militar mútua e criando juntas da fazenda nas capitanias (incorporando ao aparato fiscal colonial indivíduos abastados das regiões em questão, o que por fim era um dos motivos do mau funcionamento do sistema pelo notório choque de interesses). Também foi importante a transferência do vice-reinado para o Rio de Janeiro e, por fim, o que interessa particularmente à nossa pesquisa, o estímulo ao potencial econômico agro-exportador destes territórios, tanto a partir de uma estratégia de substituição de importações, como também para atender à demanda de matérias primas para as manufaturas.[139] Para Maxwell, esses procedimentos constituíam uma inovação na política colonial portuguesa, indicando uma contradição nas práticas clássicas do mercantilismo.[140]

Merece destaque, naquele contexto, o empenho de D. Luís de Almeida Soares Alarcão Eça e Melo Silva e Mascarenhas, da varonia dos Almeidas, quinto conde de Avintes, porém

---

[137] Idem, *Ibidem*, p.375.

[138] Maxwell. *Op. cit.*, p.144.

[139] Arno Wehling. O fomentismo português no final do século XVIII: Doutrinas, mecanismos, exemplificações. *Revista do Instituto Histórico e geográfico Brasileiro.* Rio de Janeiro, v.316, Jul-set. 1978, p.238.

[140] Maxwell. *Op.cit*., p.134.

mais conhecido pelo seu outro título, o de segundo Marquês do Lavradio, governador da Bahia entre 1768 e 69 e vice-rei do Brasil de 1769 à 1778. Embora seja considerado um homem de vastas luzes e valorizador das ciências, sua formação fora predominantemente ligada às artes da guerra, nas quais teve papel de destaque durante toda a vida.[141]

De início, o seu tio-avô, o cardeal D. Tomás de Almeida, primeiro patriarca de Lisboa, direcionou-lhe os estudos ao nomear como seu preceptor um abade francês de quem não se sabe o nome, mas cuja permanência em Portugal estava atrelada à indicação de D. Luís da Cunha, figura célebre da diplomacia portuguesa e, como foi apontado anteriormente, uma das influências intelectuais de Pombal. Por meio de seu parentesco com a nobreza espanhola, em 1749, o herdeiro dos Almeidas fora enviado à Madri a pedido de seu pai, de forma a completar seus estudos, e em seguida à Paris, onde, sabe-se, recebera ensinamentos militares com possível ênfase em fortificações, visto que esteve em contato com um engenheiro francês especialista no assunto que prestara serviços à coroa portuguesa. Em 1761, passara a comandar o regimento de Cascais, com cujos êxitos na campanha peninsular, no ano seguinte, fora recompensado com a patente de brigadeiro.[142]

A nomeação de Lavradio para o governo da Bahia, alguns anos depois, representara uma grande oportunidade para recuperar-se das dificuldades que passara ao assumir as dívidas da família com a morte de seu pai, D. Antônio, em 1760, alguns meses depois que este assumira, justamente, o governo desta mesma capitania. Vale lembrar que os êxitos obtidos no comando do regimento só fizeram aumentar esses reveses financeiros, pois a participação no real serviço se fazia às suas próprias custas, e de sua casa.[143]

Entre outras medidas, criou-se a 18 de fevereiro de 1772, sob os auspícios deste vice-rei, a Academia Fluviense Médica, Cirúrgica, Botânica e Farmacêutica, também conhecida por Academia Científica do Rio de Janeiro, cujo presidente era seu médico, José Henriques Ferreira. O propósito desta Academia alinhava-se à segunda de suas quatro diretrizes para o governo do Brasil, enunciadas, alguns meses depois, em um ofício a Martinho de Melo e

---

[141] Fabiano Villaça dos Santos. O Marquês do Lavradio e os rumos da colonização na América portuguesa: notas sobre o vice-rei e sua ação administrativa (1768-1779). In: Cláudia B. Heynemann & Renata W. Santos do Vale (org). *Temas Luso-brasileiros no Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010. p.41.

[142] Idem, *Ibidem*, p.37.

[143] Idem, *Ibidem*, p.38.

Castro,[144] justamente a que propunha a promoção da diversificação da agricultura de exportação. Sua atuação voltava-se para a produção de conhecimento técnico acerca de gêneros potencialmente cultiváveis e economicamente viáveis de que se tivesse notícia. Pode-se considerar que os incentivos à produção agrícola foram um primeiro momento das políticas do fomentismo português do fim do século XVIII, que atingiriam seu auge durante o ministério de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o principal nome do reformismo ilustrado português pós-pombalino. Com ele, a consciência da dependência do território luso-americano para a metrópole fica evidenciada nos discursos que profere na Real Academia de Ciências das Lisboa,[145] criada dois anos após a morte de D. José I e, consequente demissão de Pombal.

Mantendo-se as devidas proporções, pode-se sugerir que a Real Academia estava para a política de Sousa Coutinho assim como a Academia Científica do Rio de Janeiro para os propósitos de Lavradio. Contudo, a maior diferença entre estas associações não se deve apenas às dimensões de seus projetos, mais amplos na associação lisboeta, ou mesmo à sua longevidade. Antes, porém, pelo momento histórico e pela significação que disso decorre.

A agremiação de Lavradio estava submetida aos limites impostos pela centralização pombalina e sua existência só foi possível durante o período da administração vice-régia de seu protetor. Warren Dean viu nesse fato algo de "descontinuidade administrativa",[146] uma das dificuldades de se implantar as ciências em um lugar marcado pelas restrições da condição colonial. Nesse sentido, é oportuno pontuar o que Carlos Ziller Camenietzki argutamente expõe no que está implícito na ideia de *condição de colônia*, presente no que Caio Prado Jr. chamou de "sentido da colonização". Nessa expressão, está a aceitação tácita de que existe uma lógica própria da sociedade colonial e um propósito para a sua existência, o de um espaço de onde se extrai riquezas, que, por si só, obstavam o desenvolvimento de atividades intelectuais e científicas. Isto é correto se for observado que a própria sociedade colonial não se via como uma mera fornecedora de riquezas destinadas à metrópole, pois vivia

---

[144] As outras diretrizes eram: o fortalecimento da centralidade do vice-reinado em relação às demais capitanias, a maior organização do sistema dos terços e ordenanças na região do Rio Grande, em guerra com o território espanhol, e a necessidade de probidade e Ilustração dos governantes do Brasil, de modo a combater a corrupção e a incivilidade das populações coloniais. Idem, *Ibidem*, p.42.

[145] D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Memórias sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América. *Apud* Guilherme Pereira das Neves. Del Imperio Luso-Brasileño al Imperio del Brasil (1789-1822). In: A. Annino et al (org). *De los Imperios a las Naciones: Iberoamerica*. Zaragoza: IberCaja, 1994, p.175.

[146] Warren Dean. *A Ferro e fogo: a história de devastação da mata atlântica*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, p.136.

com sua complexidade, produzia cultura e se inseria no conjunto dos domínios de Portugal com face própria.[147] Entretanto, as dificuldades realmente existiam, principalmente dada a proibição da existência de cursos superiores e de feitura de obras impressas.

Para Oswaldo Munteal, as mudanças ocorridas a partir da ascensão de D. Maria I, antes de serem entendidas em termos absolutos de ruptura e continuidade, devem ser perpassadas pela ideia do processo de burocratização do Estado português, identificado no caráter compartilhado do poder, orientado por instituições a serviço do poder régio. Por certo, foi uma forma de dominação estatal bem distinta do pombalismo, autoritário e centralizador. As bases orientadoras deste novo Estado seriam expressas em iniciativas pragmáticas e cientificistas. De onde se pode compreender a importância da Academia Real, na qual estavam presentes as figuras mais importantes de Portugal no campo das ciências, muitas, remanescentes do grupo pombalino, como é o caso do naturalista Domenico Vandelli e do próprio D. Rodrigo.[148]

Tanto na fase pombalina quanto na posterior, a prática de fomento compreendia três aspectos: técnicos – difusão de informação especializada, envio de sementes e exemplares originais aos lavradores; econômicas – medidas visando favorecer a produção e extração de matérias primas, garantia de preços e da compra da produção pelo Estado; e políticas – particularmente, a legislação protecionista. Durante o período de Lavradio e de seu sucessor Luis de Vasconcelos e Sousa, que também apoiou uma agremiação de feição ilustrada – a Sociedade Literária do Rio de Janeiro (1786) – esse sistema funcionou razoavelmente, logrando algum êxito na introdução de tinturas industriais, como a cochonilha e o anil, e outros tipos de matérias-primas como o linho. Alternativas como as fibras de guaxima e cânhamo foram tentadas, como também a produção de arroz foi incentivada.

Os enormes gastos com a guerra no sul e as dificuldades logísticas contribuíram para desestruturar o mecanismo, retirando os recursos necessários à manutenção dos incentivos. No período pós-pombalino, segundo Wehling, eliminados os fatores negativos do rigorismo doutrinário de Pombal, esperava-se poder seguir uma política eficaz de substituição de

---

[147] Carlos Ziller Camenietzki. Problemas de história da ciência na época colonial: a colônia segundo Caio Prado Jr. In: Ana Maria Ribeiro de Andrade. *Ciência em perspectiva: ensaios, estudos e debates*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e ciências afins, 2003, p. 101-102.

[148] Oswaldo Munteal Filho. Despotismo e cultura científica no mundo de Queluz. In: Lená Medeiros de Menezes; Denise Rollenberg; Oswaldo Munteal filho (org). *Olhares sobre o político: novos ângulos, novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002. p.98.

importações. Seguramente, essa prática de fomento não se explicaria sem o papel das Academias Científicas[149], e, por via de consequência, daqueles que as compuseram.

1.4. As academias ilustradas

O aparecimento, a partir de inícios do século XVII, de modelos de organização institucionalizados, portanto, bem diferentes daqueles em que até aquele momento se inseriam os homens de ciência, e cuja tendência de crescimento não cessou por centenas de anos, constituiu fator determinante para a modificação do panorama da produção e da comunicação de conhecimento, dos âmbitos local e regional, ao nacional, e mesmo transnacional.[150] Mesmo que se saiba de exemplos anteriores, foi a partir dos trabalhos da Accademia Del Cimento, fundada na Florença dos Médici, em 1657, por Ferdinando II, Grão-Duque da Toscana, que surgiu o modelo mais tarde adotado tanto pelas importantes Royal Society inglesa, quanto pela Académie de Sciences de Paris, aquele que valorizava a pesquisa em equipe e metodologia experimental como forma de abordagem científica. Na instituição italiana, os assuntos tratados concerniam tanto a questões daquilo que hoje se conhece como "ciência de base", a matérias que tinham interesses utilitários imediatos. Ia-se das investigações atmosféricas às propriedades da luz, da água e do som, passando também pelos mistérios dos fenômenos da eletricidade e do magnetismo. Com o fim dos trabalhos, dez anos depois, finda também a posição da Itália como o primeiro centro de investigação científica da Europa, posição doravante dividida entre França e Inglaterra.[151] Apesar de contar com o apoio financeiro integral da Coroa, como não acontecia com a sua congênere inglesa, afirma Domingues, que durante os primeiros tempos e seus respectivos funcionamentos, a academia parisiense ainda não havia feito jus a sua fama no tocante à relevância de sua produção científica.[152]

---

[149] Wehling. *Op.cit*. p.240.

[150] Domingues. *Op.cit*., p.107

.

[151] Idem, *Ibidem*, p.108.

[152] Idem, Ibidem, p.109.

Entretanto, o nível de especialização naqueles tempos ainda era muito baixo, de tal forma que Voltaire, em suas cartas filosóficas (1734), criticara duramente os acadêmicos ingleses por esta falta:

> A Academia das Ciências [francesa] está sabiamente limitada ao estudo da natureza, que, de fato, é um campo suficientemente vasto para ocupar cinquenta ou sessenta pessoas. A de Londres mistura, indiferentemente, a literatura com a física. Parece-me melhor que ter uma academia apenas para as letras, para que nada seja confundido, e onde não se veja uma dissertação sobre penteados dos romanos ao lado de uma centena de novas curvas.[153]

Não obstante, bem lembra Hankins quando diz que foram as tradições clássica e humanista que remeteram a filosofia natural para a categoria das letras e da literatura, e que a separação total das ciências desse grupo só ficou evidenciada no século XIX. Durante o movimento ilustrado, como demonstra o texto de Voltaire, a consciência de que o conhecimento científico constituía um campo particular, com propósitos e meios singulares, já estava em andamento, mas a associação dessas categorias ainda aparece com frequência, inclusive no título da *Encyclopedie*, já que homens das luzes gostavam de ser chamados de "homens de letras" pertencentes a uma "república das letras".[154] Não apenas por isso, mas a própria ideia de enciclopedismo como um resumo sistemático de todo o conhecimento humano, obra maior de toda a ilustração, significava a materialização de um projeto e de uma ideia bem mais antigos, que remonta, pelo menos, aos renascentistas, que, interessados por todas as formas de conhecimento cujo centro era o próprio homem, temiam a perda de uma visão coordenada, de conjunto, acerca desse mesmo homem, perda que resultaria numa inútil fragmentação do conhecimento.[155]

Segundo Maria Rachel Fróes da Fonseca, o fato de não haverem Universidades nos territórios coloniais portugueses torna ainda mais importante o surgimento nestes, de associações como as academias e congêneres, pois atuando como espaços de produção de conhecimento, discussão e aprimoramento intelectual, e também, de sociabilidades, contribuíam para um maior dinamismo cultural, encaminhando novos padrões e valores.[156] De

---

[153] Voltaire. "Sobre as academias". *Cartas filosóficas ou cartas de Londres sobre os Ingleses* (1734). *Apud* Iris Kantor. *Esquecidos e Renascidos: Historiografia Acadêmica Luso-brasileira* (1724-1759). São Paulo: Hucitec, 2004. p.25.

[154] Hankins, *op.cit*., p. 8.

[155] Francisco J. Calazans Falcon. *Iluminismo*. 4ª. ed. São Paulo: Ática,1994. p.80.

[156] Maria Rachel Fróes da Fonseca. O associativismo científico no Brasil (1771-1829) e a promoção das ciências e da

certa forma, esta também é a opinião contida no clássico texto de Maria Odila Leite da Silva Dias, quando essa autora procura na concretude das pesquisas científicas do período, mais do que nas manifestações revolucionárias e republicanas, as origens de uma "cultura brasileira".

> [...] Suas atividades de pesquisa e exploração, desvendando o interior do Brasil e procurando inovações para o seu progresso material [...] oferecem um interesse mais específico para o estudo das origens de uma cultura brasileira do que a análise das primeiras manifestações revolucionárias e republicanas da colônia.[157]

Outro dado importante, diz respeito ao fato de que estas associações atuavam também como instâncias promotoras de algum nível de autoconsciência de grupo, num período em que os homens de ciência ainda não se encontravam compondo um grupo social específico, como Voltaire deixa patente para o caso da Royal Society. Pode-se explicar daí o seu caráter coletivo, admitindo em sua composição indivíduos com formação e preocupações tão distintas como médicos, poetas e bacharéis, para tratar de questões as mais variadas, mesmo que o seu propósito declarado fosse científico.[158]

Como ponto principal destas associações, perseguia-se a utilidade do conhecimento em favor do público e em sentido progressivo de acordo com os princípios ilustrados. No entanto, Ângela Domingues ressalta que à luz do pensamento político setecentista, o soberano era considerado responsável pela felicidade e bem-estar social, moral e econômico, tanto reinóis quanto crioulos. São abundantes na legislação deste século as referidas noções de progresso, felicidade e bem-estar, de forma que com base nessas ideias a coroa justificava e legitimava a sua atuação e de seus representantes, e em torno delas é que foram articulados os programas reformistas. Portanto, de acordo com essa visão, *os interesses dos súditos e do Estado tornavam-se uma só coisa*, porquanto era possível dizer que uma economia sólida (isto é, um Estado próspero) significava consecutivamente a prosperidade dos povos, e uma administração eficaz e justa corresponderia à tranquilidade social.[159]

---

felicidade da nação. In: Vera Lúcia Bottrel Tostes [editor]. *Seminário Internacional D. João VI. Um Rei Aclamado na América, 2000,* Rio de Janeiro. Museu Histórico Nacional, 1999. p. 126.

[157] Maria Odila da Silva Dias. Aspectos da lustração no Brasil. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro. V.278, p.105-170, jan-mar.1968.

[158] Fonseca, *op.cit*, p. 126.

[159] Ângela Domingues. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a construção de redes de informação no império português em finais do setecentos. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. VIII (suplemento), 2001, P. 823-838.

Desse modo, se é correto afirmar que "esses homens" eram "fervorosamente patriotas", conforme as palavras de Antônio Cândido,[160] então, deve-se compreender esse compromisso com a sociedade, sem desconsiderar a sua associação com as iniciativas do Estado, pois é este que subvenciona as academias científicas, como aparece implícito nesse trecho de José Bonifácio de Andrada e Silva:

> Seria inútil querer demonstrar-vos as grandes utilidades que a Europa tem tirado do estabelecimento das corporações literárias de todo o gênero, e mui principalmente das Academias Científicas. [...] O aumento ou decadência das letras em qualquer nação é o critério mais seguro para ajuizarmos da sua civilização e prosperidade; porque as causas que promovem as ciências e as artes, são as mesmas que fomentam e adiantam a felicidade das nações.[161]

Presentes na península Ibérica desde o século anterior, nas conquistas portuguesas da América, estas associações de letrados podem ser observadas a partir de 1724, com a Academia dos Esquecidos, criada em Salvador, seguindo o exemplo da Academia Real de História Portuguesa, fundada por D. João V, em 1720. Mais adiante, surgiram no Rio de Janeiro a Academia dos Felizes (1736) e dos Seletos (1752) e, em 1759, a Academia dos Renascidos, novamente em Salvador. Apesar de todas serem denominadas como "Academias", de fato, a maioria constituía apenas "atos acadêmicos", ocorrendo em determinadas circunstâncias e ligadas a eventos precisos, possuindo, na maior parte das vezes, caráter laudatório e comemorativo de figuras ilustres, servindo para o cultivo da *Belles lettres,* da civilidade e da vida do espírito.[162]

Os trabalhos da Academia dos Seletos, por exemplo, destinavam-se à "gloriosa exaltação e promoção do Ilustríssimo e Excelentíssimo senhor de Gomes Freire de Andrade", Conde de Bobadela, governador e capitão-general das capitanias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, quando da nomeação deste para o cargo de comissário real para a resolução das questões de fronteira na região sul. O material produzido foi coligido em "Júbilos da América" e publicado em Lisboa pelo doutor Manuel Tavares de Siqueira e Sá, em 1754. Neste volume, os acadêmicos se dedicaram à "publica demonstração do quanto

---

[160] Antônio Cândido de Melo e Souza. *Formação da Literatura Brasileira: Momentos decisivos*. São Paulo: Livraria Martins Ed., 1959. V. I, pp.237-238. *Apud* Fonseca, *op.cit*, p.125.

[161] José Bonifácio de Andrada e Silva. "Discurso, contendo a história da Academia Real das ciências de 25 de junho de 1814 até 25 de junho de 1815". In: Edgard de Cerqueira (colig.) *Obras Científicas de, políticas e sociais de J.B. de Andrada e Silva*. Santos. 1964, p.354. *Apud* Fonseca, *op.cit.,* p.126.

[162] Maria Beatriz Nizza da Silva. O papel das academias no Brasil colonial. *Revista da SBPH,* São Paulo, n.1, 1983, p.4.

vivem completamente satisfeitos com o feliz governo" de Bobadela, em elogios, sonetos e romances que destacassem a suas virtudes morais e feitos dignos de louvor. O conúbio das virtudes cristãs e militares em uma pessoa como Gomes Freire, deixa transparecer, para Berenice Cavalcante, a valorização pelos acadêmicos de uma certa ideia de civilidade e polidez, e a busca progressiva pela perfectibilidade humana, ancorada no valor da concórdia, a partir do qual, se reformaria a sociedade.[163]

Por outro lado, tanto Iris Kantor, que estudou as Academias dos Esquecidos e dos Renascidos,[164] quanto Ronald Raminelli, que investigou a ligação entre os naturalistas e o poder em fins do século XVIII,[165] acentuam que mais do que mera bajulação, a sociabilidade intelectual proporcionada por essas Academias e a publicação de panegíricos e memórias, constituíam uma forma de propaganda que podia ser potencializada pelas atividades acadêmicas, de modo a serem vistos como bons e úteis servidores da coroa. Nesse horizonte, a contrapartida das mercês régias era um fator mobilizante de muita importância. Com o desafio de escrever uma "História Geral da América Portuguesa", dividida em suas várias vertentes (natural, inclusive), tanto Esquecidos quanto Renascidos justificavam sua empreitada, como mandam as Luzes do século, pela pública utilidade de se averiguar a verdade, por meio das crônicas, dos relatos de viagem, das histórias e memórias particulares, caracterizando uma maneira melhor de reafirmar lealdade ao soberano do que erguer uma estátua equestre de metal precioso em cada praça pública. Para transformar o continente americano em objeto historiográfico, estes acadêmicos lograram instaurar procedimentos que relativizassem o peso da tradição clássica ocidental e ao mesmo tempo permitissem a universalização da experiência americana. A reiteração de uma linguagem providencialista (milagres, profecias e visões) foi tomada por Iris Kantor como uma eficiente estratégia discursiva para qualificar a experiência colonizadora de forma distinta dos estigmas de inferioridade natural e humana dos americanos, ou seja, a defesa de uma identidade

---

[163] Berenice Cavalcante. Os letrados da sociedade colonial: As academias e a cultura do iluminismo no final do século XVIII. *Acervo. Revista do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro*, v.8, n 01/02, 1995. p.55-60.

[164] Íris Kantor. *Esquecidos e Renascidos: Historiografia acadêmica luso-brasileira (1724-1759)*. São Paulo: HUCITEC, 2004. p.98.

[165] Ronald Raminelli. *Viagens ultramarinas: Monarquias, vassalos e governo à distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

americanista.[166]

Ainda que trabalhos descritivos de História Natural possam ser encontrados entre as produções das demais academias brasílicas, a temática científica, por sua vez, só passa a receber maior destaque com a criação da Academia Científica do Rio de Janeiro, apoiada pelo Marquês do Lavradio. Em 1772, à época de sua fundação, era composta – como sugere o nome – basicamente por médicos, cirurgiões e farmacêuticos. Pelos seus estatutos, a Academia se dividia em seções relativas a cada uma das matérias de que se tratava, sendo um diretor designado para as respectivas seções. Na seção de medicina, o diretor era o próprio presidente, José Henriques Ferreira; na de Botânica, o boticário Antônio Ribeiro de Paiva, seu pai; na de farmácia, seu irmão mais novo, Manoel Joaquim Henriques de Paiva, à época, farmacêutico, mas que tornou-se famoso mais tarde como médico e como um dos editores do Jornal Enciclopédico. Por último, na seção de cirurgia, era diretor o cirurgião aprovado Maurício da Costa. O secretário era o cirurgião Luiz Borges Salgado.[167]

Na sessão inaugural, no palácio dos vice-reis, cada um dos diretores proferiu um discurso de abertura frisando os propósitos práticos a que a academia poderia se prestar, tanto para a promoção da saúde quanto para proveito do Estado e do público, através da produção de conhecimento específico. Estabeleceram um horto botânico ao lado do antigo Colégio dos Jesuítas no alto do morro do Castelo, do qual se serviam para experimentos práticos.[168]

Durante a sua existência, encontrava-se regularidade bissemanal das reuniões. Manteve relações de fraternidade com os círculos de ciência europeus, como a Real Academia de Ciências da Suécia e seu ilustre membro, o pai da Taxonomia, Carlos Lineu, além da proximidade com o afamado médico Antônio Nunes Ribeiro Sanches, que era primo afastado de Antônio Ribeiro de Paiva.

Segundo Bella Herson, as famílias Paiva, Henriques, Sanches, Nunes, entre outras, todas provenientes da mesma região, de onde se destacam as vilas de Castelo Branco e Penamacor, pertenciam a um mesmo *Domus* de cristãos-novos, como uma longa tradição nas práticas das artes de cura e nas ciências da natureza, e um igualmente longo histórico de perseguição pelo santo ofício da Inquisição, como fora o caso do próprio Antonio Ribeiro de

---

[166] Kantor. *Op.cit.*, p. 219.

[167] Augusto da Silva Carvalho. As academias científicas do Brasil do século XVIII. *Separata das memórias Academia de Ciências de Lisboa*. Tomo II. Lisboa, 1939.

[168] Idem, *ibidem*.

Paiva, processado em 1746 por práticas judaizantes, posto sob tortura várias vezes de modo a delatar todos os parentes próximos, sendo, por fim, privado de seus bens. A trajetória posterior da família Paiva, principalmente através das eminentes carreiras de José Henriques e Manoel Joaquim, permite inferir sobre a sua capacidade de superação e adaptação em meio à adversidade.[169]

Já em 1779, ao fim da administração de Lavradio, a Academia encerra os trabalhos, para ser reencarnada, em 1786, com a denominação de Sociedade Literária do Rio de Janeiro, já sob a proteção do novo vice-rei, Luís de Vasconcelos e Sousa, sendo presidente o cirurgião Ildefonso da Costa e Abreu, que havia feito parte da primeira agremiação. Consta que se sediava no andar de baixo da casa de Manoel Ignácio da Silva Alvarenga, poeta árcade e professor régio de retórica.[170] –No entanto, Paulo César dos Reis defende que o nexo de continuidade, estabelecido pela historiografia, entre as duas associações, deve ser relativizado ao se comparar o quadro de sócios de ambas e também a distância temporal que as separam.[171]

Em 1794, sob os efeitos da conturbada conjuntura internacional e também com a lembrança recente do processo dos inconfidentes das Minas Gerais, suspeitas da elaboração de um plano sedicioso recaíram sobre vários participantes da Sociedade Literária, entre eles Silva Alvarenga, o professor de Grego João Marques Pinto, o jovem bacharel Mariano José Pereira da Fonseca, futuro Marquês de Maricá e o médico Jacinto José da Silva Quintão.[172]

As conhecidas truculência e obscuridade do então vice-rei, Conde de Resende, fizeram-no abrir uma devassa, por conta da qual lhes foi decretada a prisão que se estendeu por quase três anos, durante os quais, muito pouco se provou contra eles, embora fosse inegável a presença em seus bens, de obras defesas como as de Raynal e Mably, cujo caráter ameaçador era questionado por Silva Alvarenga.[173]

---

[169] Bella Herson. *Cristãos Novos e seus descendentes na medicina brasileira (1500/1850).* São Paulo: Edusp, 1996. p.179.

[170] Fonseca, *op.cit.* p.129.

[171] Paulo César Reis. *Os intelectuais e a circularidade Cultural na América Portuguesa: O caso da Academia Científica do Rio de Janeiro (1771-1779).* Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense. Niterói (RJ), 2006. p.96.

[172] Sobre a devassa da Sociedade Literária ver: Afonso Carlos Marques dos Santos. *No Rascunho da -Nação: Inconfidência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Sec. Mun. de cultura, turismo e esportes. 1992.

[173] Maria Rachel Fróes da Fonseca. *"A única ciência é a pátria": o discurso científico na construção do Brasil e do México (1770-1815).* Tese (Doutorado em História). – FFLHC/USP. São Paulo:1996. p. 98. Ver também: Ignácio Miguel Pinto

É fundamental pontuar acerca do poder conferido ao livro no Antigo Regime, pela crença de sua grande influência no comportamento dos homens, daí ser necessária a censura sobre eles e da repressão para quem os propagava. O perigo residia na possibilidade de que a circulação de determinadas obras e, consequentemente das ideias nelas contidas, promovesse a dissolução dos pilares da sociedade, através do questionamento dos fundamentos da autoridade estabelecida, da vacilação para com a fé na verdade revelada pela religião e pela introdução de costumes moralmente desviantes.[174]

No entanto, durante a sua defesa, os membros da Sociedade Literária apelaram para o caráter utilitarista de suas pesquisas, indicando as culturas comerciais, técnicas agrícolas e outros produtos introduzidos graças aos seus trabalhos. Ou seja, muito longe de um plano de sedição, os associados declaravam estar em perfeita sintonia com as iniciativas governamentais. As correspondências entre Mariano e Vandelli, a amizade de Silva Alvarenga com o poeta Basílio da Gama, que tinha boas relações na Corte e, principalmente, o intermédio de D. Rodrigo de Sousa Coutinho não deixam dúvidas disso.[175]

1.5 **Considerações finais do capítulo**

Procurou-se demonstrar, ao longo do capítulo, algumas faces do contexto português setecentista, privilegiando as mudanças culturais em curso, sobretudo a partir da década de 1740, com o advento de uma postura *eclética* em relação às matrizes filosóficas, presente nas obras de homens como Verney, Teodoro de Almeida e Manuel do Cenáculo. –Tal postura

---

Campello. Relação dos livros apreendidos ao bacharel Mariano José Pereira da Fonseca – sequestro feito em 1794. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t.63, p.15-18, Rio de Janeiro, 1901.

[174] Luiz Carlos Villalta dá o exemplo de uma correspondência a Rainha D. Maria I, provavelmente do fim da década de 1770, na qual o seu autor, ocultado pelo pseudônimo Monsieur de La front D'aunis, supostamente um idoso clérigo francês "de caráter sólido, inimigo de todo o espírito de aventura e intriga", e que devotava amor às augustas casas de Bragança e Bourbon, denuncia uma conjuração de escritores que pretendiam, com as suas obras, espalhar a blasfêmia e a apostasia, ajudados por impressores e distribuidores. Uma vez no reino, tais obras, várias de Rousseau, teriam consequências funestas, caso chegassem aos estados ultramarinos, pois ameaçariam a submissão destes à coroa portuguesa, visto o exemplo das colônias inglesas, que haviam repudiado seu rei. Luiz Carlos Villalta. Os livreiros, os livros proibidos e as livrarias em Portugal sob o olhar do Antigo Regime (1753-1807). In: Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (org). *Livros e impressos: retratos do setecentos e do oitocentos.* Rio de Janeiro: Eduerj, 2009. p.223-225.

[175] Lorelai Brilhante Kury & Oswaldo Munteal Filho. Cultura científica e sociabilidade intelectual no Brasil setecentista: Um estudo acerca da sociedade literária do Rio de Janeiro. *Acervo..., op.cit*., p, 112.

denota ao mesmo tempo audácia, pois que fruto de uma vontade de renovação; argúcia para lidar com os fatores limitantes dessa livre escolha e também uma vinculação às matrizes de pensamento mais antigas. Some-se a isso o surgimento de uma preocupação crescente com o problema da divulgação do conhecimento, consequência imediata de uma postura científica que define os objetos a serem investigados a partir de sua utilidade, o que condiz a um fenômeno europeu, não apenas português.

Um segundo elemento, de caráter pronunciadamente político, articula-se ao primeiro, de natureza cultural, que é o peso que o Estado Pombalino exerce sobre essas tendências. Estado que se move no somatório gerado pela orientação de dois vetores: a prática mercantil e a influência do movimento ilustrado. A resultante dessa soma vetorial é um absolutismo lógico, mas que muitas vezes é contraditório: ao mesmo tempo em que pretende promover o avanço das ciências, diminui o espaço para a divulgação científica; com o intuito de desenvolver a economia, o faz através de um grupo privilegiado; dizendo pertencer a uma época da razão, age, antes por meio da razão de Estado. Sobre as reformas de Pombal, escrevera, certa vez o pensador português António Ribeiro dos Santos (1745-1818):

> Este ministro quis um impossível político; quis civilizar a nação e ao mesmo tempo fazê-la escrava; quis espalhar a luz das ciências filosóficas e ao mesmo tempo elevar o poder real ao despotismo; inculcou muito o estudo do direito natural e das gentes e do direito público universal e lhes erigiu cadeiras na Universidade; mas não via que dava luzes aos povos para conhecer por elas que o poder soberano era unicamente estabelecido para o bem comum da nação e não do príncipe, e que tinha limites e balizas em que se devia conter.[176]

Um último elemento caminha por entre os dois primeiros, as academias letradas, mais especificamente, a Academia Científica do Rio de Janeiro, escolhida por objetivar-se aos estudos de história natural antes de qualquer outra coisa. O espaço criado durante a marcante administração do Marquês do Lavradio era tanto resultado da renovação cultural, por onde podemos entender as características da Ilustração que geralmente lhe são ressaltadas, por exemplo, a ênfase conferida à utilidade que seus trabalhos tinham para o bem público; como também um braço do projeto metropolitano de estímulo ao incremento e à diversificação da agricultura colonial, daí a dependência da figura de um vice-rei para a existência da Academia.

---

[176] Villalta, *op.cit*., p.257-258.

2 A ACADEMIA FLUVIENSE, MÉDICA, CIRÚRGICA, BOTÂNICA E FARMACÊUTICA

2.1. Lavradio, a família Paiva e a Academia Fluviense

A 18 de fevereiro de 1772 era inaugurada oficial e publicamente a Academia Fluviense Médica, Cirúrgica, Botânica e Farmacêutica no palácio dos vice-reis, no Rio de Janeiro, contando, segundo aponta Manoel Joaquim Henriques de Paiva, com *um brilhante concurso de pessoas, de diferentes hierarquias,*[177] de onde poderia supor-se, como era comum para cerimônias desta natureza, a presença dos setores mais abastados da sociedade de então, tais como funcionários régios, comerciantes, fazendeiros ou bacharéis, que de pronto aceitaram o convite do Marquês do Lavradio para prestigiar tão ilustre iniciativa, que, em última análise, era realizada em benefício de todos, como se cria.

Muito embora seja sabido que do bom êxito de um governo no ultramar também dependia as relações do representante da coroa com a sociedade, e o surgimento de uma Academia para a promoção das Ciências em pleno espaço colonial constituísse um excelente gesto de boas intenções, o ponto é que o marquês do Lavradio, desde que chegara ao Rio de Janeiro, anos antes, reclamara e desconfiara da bajulação exacerbada com que os portugueses fluminenses lhe receberam, o que, seguramente, era reforçado pelo estado de saúde:

> as ruas se achavam excelentemente armadas, a Sé o estava igualmente, o acompanhamento muito numeroso, e luzido de forma que se eu cresse nessas cousas poderia estar sumamente satisfeito; houveram [*sic*] seis dias de luminárias e algumas ruas estavam magníficas porque além das luzes que tinham nas janelas, as paredes eram cobertas de placas com vários lustres pelo meio da rua, e em um das noites em que fui com o senhor Conde vice-rei ver este obséquio o acrescentaram com bastante fogo de artifício, e muito fogo do ar, tem havido três dias de outeiro de três de ópera, alternando-se esses dois divertimentos entre si [...] Porém, todos estes divertimentos todos estes obséquios, todas estas podres e abomináveis bajulações não têm tido o poder de fazer a minha satisfação nem por um só instante, é bem verdade que também para isso poderá ter concorrido e eu logo ao terceiro dia da minha chegada principiei a padecer alguma moléstia, que me tem dado bastante cuidado, porque aqui são bastantemente

[177] Manoel Joaquim Henriques de Paiva. Summario da História do descobrimento da Cochonilha no Brasil, e das observações que sobre Ella fez no Rio de Janeiro o Dr. José Henriques Ferreira, médico do vice-rei e Marquês do Lavradio. In: *O Patriota: Jornal, Litterario, Politico e Mercantil, etc. do Rio de Janeiro.*Janeiro de 1814, p. 4. Disponível em http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/opatriota/patriota_1814_3_n1.pdf (acesso em 31/10/2011).

> [*sic*] vulgares as desta qualidade [...].[178]

-No entanto, a documentação encontrada não permite especificar a presença de outras pessoas além dos membros fundadores e da pessoa do próprio vice-rei, até porque, trata-se de um artigo publicado mais de quarenta anos após os acontecimentos narrados.

Apenas algumas semanas após o início dos trabalhos da Academia Fluviense, escrevia entusiasmado o Marquês do Lavradio ao Marquês de Angeja, que na correspondência é tratado como um curioso dos assuntos sobre História Natural e um colecionador de espécimes de todo gênero:

> Como Vossa Excelência se interessa de cousas desta natureza devo dar a Vossa Excelência a notícia que vendo eu o pouco caso que na América se fazia de suas preciosidades que não fossem ouro, ou diamante tendo todo este Estado tantas [...] e ainda mais importantes, e úteis [...] que até os mesmos habitantes deste mesmo continente as ignoravam, perdendo as grandes utilidades que daqui lhe pode resultar, e até faltando-lhe a humanidade com muitos socorros com que se podem fazer mais perduráveis as vidas [...] por efeito da admiráveis plantas, e raízes, óleos, bálsamos, e gomas de que é cheio todo este continente, no qual a maior parte são desconhecidos, e alguns que já se conhecem se não tem comunicado a mais parte alguma, e a estes lhe dão usos muito impróprios dos que deviam ter, deixando por esta causa de aproveitar mais este ramo de comércio, e termos mais aquele socorro para a nossa duração, resolvi-me a fazer um ajuntamento de médicos, cirurgiões, botânicos e farmacêuticos, e alguns curiosos, assim desta capital, como dos sertões desta capitania, formando eles uma assembleia ou academia, para se examinarem todas as cousas que puderem encontrar neste continente pertencentes aos 3 reinos: vegetal, animal e mineral, fazendo-se-lhe todas as análises, e mais observações que couberem no possível, para ir se dando ao público em todos os meses uma completa notícia dos descobertos que forem fazendo, parecendo-me que deste modo poderei conseguir fazer ao Estado e à Pátria, não só um serviço utilíssimo mas até concorrer para que não continuemos a passar pela vergonha de que os estrangeiros sejam só os que nos instruam, e se aproveitem dessas preciosidades que nós temos.[179]

O trecho condensa de maneira exemplar, uma série de informações que envolvem a Academia Fluviense, sua fundação, seus propósitos e justificativas, além da relação do vice-rei com os círculos cortesãos.

Pode-se começar a análise pelas ligações entre os dois marqueses. Segundo Fabiano Vilaça dos Santos, o 2º Marquês do Lavradio era um homem bastante preocupado com o juízo que do seu desempenho se fazia na corte, mesmo porque, em uma sociedade cuja racionalidade estava embasada pela noção de prestígio, conforme a clássica análise de Norbert Elias,[180] a nomeação de um governo nos territórios coloniais, ao mesmo tempo em que era

---

[178] D. Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão Eça e Melo Silva e Mascarenhas, 5º Conde de Avintes e 2º Marquês do Lavradio. Carta de amizade ao Chanceler Conselheiro na Bahia, em 8 de dezembro de 1769. In: *Cartas do Rio de Janeiro: 1769-1776.* Rio de Janeiro: Instituto Estadual do Livro, 1978. p. 5.

[179] Marquês do Lavradio. Carta ao Marquês de Angeja, em 6 de março de 1772. Idem, *Ibidem*, p. 96.

[180] Norbert Elias. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 110.

possibilitada pela herança, cabida ao titular da linhagem, do valor e da honra dos antepassados pelos seus feitos e serviços prestados à coroa, reforçava, por esta mesma lógica, o nome da casa nas esferas de poder em benefício dos descendentes.[181]

Além disso, a relação assaz tensa do Marquês de Pombal com a nobreza mais antiga ligada ao santo ofício da inquisição, e que se julgava pura de sangue - daí a alcunha de "puritanos", isto é, sem nenhuma ligação consanguínea, por longínqua que fosse, com judeus ou mouros - foi agravada com um alvará datado de 5 de outubro de 1768, que determinava que as famílias puritanas com filhos em condições de casar tinham um prazo de quatro meses para o ajuste dos casamentos com membros de famílias alijadas de seus círculos de aliados. Para a Casa de Lavradio, em particular, a questão desse combate de Pombal contra o "puritanismo" estava no centro de suas preocupações, pois das famílias "alijadas", a de Lavradio foi a que mais concedeu filhas para o casamento com famílias puritanas, como fora o caso de D. Teresa Francisca de Almeida, primeira filha D. Luís de Almeida, casada em janeiro de 1768 (ou seja, antes do alvará) com D. José Xavier de Noronha Camões de Albuquerque de Sousa Moniz, 5º conde de Vila Verde e 4º marquês de Angeja, tenente-general, conselheiro de Estado e governador das Armas da Corte.[182]

Deste modo, as relações do vice-rei com o marquês de Angeja tornavam este último um interlocutor importante na corte de Lisboa, através de quem seria possível saber sobre a sua reputação e a de seu governo no Brasil, bem como seria um meio de propagandear os seus feitos.

Esta conclusão acaba por remeter à discussão para a questão que trata da idealização e da fundação da Academia Fluviense. Em alguns trechos da correspondência de 6 de março de 1772, o marquês do Lavradio deixa bem claro que se arroga o lugar de idealizador e de mantenedor da Academia, ocupando um papel ativo e decisivo para a existência desta. Na frase "vendo eu o pouco caso que na América se fazia de suas preciosidades", fica transparente que a conclusão de formar a associação partiu de uma observação do vice-rei acerca das potencialidades americanas e da pouca perspicácia e iniciativa dos colonos para com estas, bem como de sua ignorância, conforme está explicito em: "a estes lhe dão usos

---

[181] Fabiano Vilaça dos Santos. Mediações entre a fidalguia portuguesa e o Marquês de Pombal: o exemplo da Casa de Lavradio. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 48, 2004, p. 301-329.

[182] Idem, *Ibidem.* p. 313.

muito impróprios dos que deviam ter".[183] Tal comportamento acabava por resultar em vários prejuízos, tanto para a coroa quanto para a própria população local.

Corroborando com o exposto, o vice-rei afirma mais adiante, sem deixar nenhum espaço para dúvidas, que a fundação da Academia se devia a uma resolução sua, na qualidade de representante da Coroa, estando os acadêmicos restritos a cumprir o que lhes fora ordenado, sendo o mérito, portanto, primordialmente seu: "resolvi-me a fazer um ajuntamento de médicos, cirurgiões, botânicos e farmacêuticos, e alguns curiosos". Depois combina essa informação com o intento de que tudo culminasse em pública utilidade e em grandeza da pátria, já que se estava a dispor legitimamente dos recursos que até então, só os estrangeiros (leia-se os espanhóis) estavam se aproveitando: "deste modo poderei conseguir fazer ao Estado e à Pátria, não só um serviço utilíssimo mas até concorrer para que não continuemos a passar pela vergonha de que os estrangeiros sejam só os que nos instruam, e se aproveitem dessas preciosidades que nós temos".[184]

Naquele momento, é válida uma pequena digressão, pois que esse tipo de justificativa, na qual a disputa com os espanhóis, ou outros estrangeiros, pelo comércio dos produtos coloniais, aparece recorrentemente em alguns textos produzidos no âmbito da Academia. O que é perfeitamente compreensível, graças à situação de declínio econômico experimentada por Portugal e sua colônia americana durante as décadas de 1760 e 1770 com a queda na produção aurífera das Minas Gerais, que a esta altura dos acontecimentos recrudescia-se ano a ano, somando-se isto à competição externa pelo mercado dos gêneros agrícolas de exportação, como é o caso do açúcar, cujo preço variou muito durante o período. Se de um lado o conflito com os espanhóis nas fronteiras do sul do Brasil também teve sua importância para o agravamento do quadro, de outro, a crescente demanda europeia por matérias primas industriais, como as tinturas e as fibras vegetais, e a situação de alta de preço desses gêneros, por conta das perturbações geradas pela guerra de independência americana, significou um momento propício para tentativas de superação da crise.[185]

Entende-se, por esse motivo, o interesse primaz por estudos que resultassem na diversificação da produção, como aponta Lavradio, para que dessa forma não se deixasse "de

---

[183] Marquês do Lavradio. Carta ao Marquês de Angeja, em 6 de março de 1772. *Op.cit*., p. 96.

[184] Idem, *Ibidem*, p.96.

[185] Arno Wehling. O fomentismo português no final do século XVIII: Doutrinas, Mecanismos, Exemplificações. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 316, jul-set. 1978, pp. 185, 234-238.

aproveitar mais este ramo de comércio". Comércio, que, a despeito de se tratar de uma associação de profissionais de cura, aparece na frase antecedendo a busca por produtos com propriedades medicinais indicada em expressões como "e termos mais aquele socorro para a nossa duração", o que não deixa de ser bastante curioso. Dessa forma, é oportuno citar um trecho do discurso botânico que ofereceu à Academia Fluviense o boticário António Ribeiro de Paiva na cerimônia inaugural, no qual criticava a atividade dos ervanários e a fragilidade da formação dos boticários:

> Muitas vezes fui ao Rossio onde estão estes homens a vendê-las e vi trazerem e darem umas por outras, não só diferentes, mas contrárias em virtude, como por exemplo, Encorpioides por coroa de rei, uma adstringente e outra emoliente, a Matricária por a Artemísia [...], o Trovisco purgante e venenoso, havendo o legítimo que é a vulgar aroeira, a raiz de Norsa Negra por mechoacão, e o pior é que, ainda esta mandam vir de fora havendo tanta em Portugal [...] muitas gomas e finalmente infinitas cousas que não me refiro por brevidade, mas somente não posso deixar de falar na resina, aqui chamada Ietubá que é a legítima goma animecopal que nos trazem e vendem os estrangeiros por bom preço tendo nós tanta, e dela se veio utilizar um estrangeiro que esteve em Pernambuco, o qual, apresentando à sua Majestade como descoberto seu, lhe concedeu há pouco tempo o privilégio dele só poder levar e vender pelo tempo de dez anos.[186]

Repare bem a semelhança entre os argumentos do senhor António Ribeiro de Paiva, e aqueles que deu o marquês do Lavradio na correspondência que mandou ao marquês de Angeja, apenas duas semanas depois. Enquanto o vice-rei descreve os habitantes da América portuguesa como tão ignorantes e displicentes para com as maravilhas desta parte do mundo, de tal forma que a alguns produtos naturais "dão usos muito impróprios dos que deviam ter", Antonio Ribeiro de Paiva critica os ervanários, dizendo que os viu "trazerem e darem umas por outras, não só diferentes, mas contrárias em virtude". Em outro ponto, o boticário ao expor o que considerou o pior, isto é, pagar por aquilo que se tem gratuitamente, deu como exemplo o caso ocorrido com um estrangeiro, cuja má-fé combinou perfeitamente com a credulidade das autoridades, das quais obteve direitos exclusivos para comerciar aos portugueses um gênero achado em território português! Tal e qual o vice-rei quando este fala da "vergonha" pela qual passavam os portugueses quando os estrangeiros se aproveitam daquilo que os pertencem.

---

[186] Discurso Botânico recitado na sala do Ilmo. e Exmo. Sr. Marquez do Lavradio, Vice-rei do Estado do Brazil por António Ribeiro de Paiva, boticário aprovado, e dos partidos de Sua Magestade Fidelissima, desta cidade do Rio de Janeiro, diretor de botânica Academia Fluviense... (excerto). In: Augusto da Silva Carvalho. *As academias científicas do Brasil do século XVIII*. Separata das memórias Academia de Ciências de Lisboa. Tomo II. Lisboa, 1939.

É bem possível que o relato de Antônio Ribeiro de Paiva tenha servido de base para a redação do vice-rei, dada a clara relação entre os dois textos, e, sobretudo, pelo fato de que o boticário se referia explicitamente a situações vistas e vividas, inclusive, apontando lugares, nomes de produtos, suas propriedades e os erros específicos de uso e classificação cometidos por aqueles que deviam ser experimentados no assunto. Isso contrasta bastante com o tom genérico presente na redação da correspondência de Lavradio, cuja intenção, ao que tudo indica, consistia em convencer o marquês de Angeja e, consequentemente, a corte de Lisboa, de que erigir uma Academia Científica no espaço colonial teria partido de seu gênio e perspicácia, como homem de luzes e iniciativa, vassalo leal e cioso de suas responsabilidades no real serviço.

Muito longe de negar ou diminuir a importância que o vice-rei teve para a existência da Academia Fluviense, deve-se, entretanto, analisar outros relatos que tocam nesse ponto, como o artigo publicado por Manoel Joaquim Henriques de Paiva no jornal O Patriota, em 1814, já mencionado, onde o famoso médico faz o resumo de uma memória de História Natural produzida por seu irmão mais velho, o Dr. José Henriques Ferreira, durante o primeiro ano de trabalho daquela associação, memória que – detalhe que merece destaque – fora dedicada e destinada ao marquês de Angeja. Na introdução de Manoel Joaquim Henriques de Paiva consta o seguinte:

> Havendo o vice-rei do Brasil, o Marquês do Lavradio, de saudosa memória, aprovado a proposta, que, em dezembro de 1771, lhe fez o seu médico, o Dr. José Henrique[s] Ferreira, sobre a importância, que havia de conferir com outras pessoas entendidas a respeito de algumas matérias de História Natural, de Física, e Química, de agricultura, de Medicina e de Cirurgia e de Farmácia, do interesse do Brasil [...].[187]

De maneira bem explícita e sem nenhum melindre, o trecho acima revela outra ótica sobre o mesmo assunto, pois agora o papel de idealizador da Academia passava a ser daquele que veio a ser seu presidente, José Henriques Ferreira. Homem das relações pessoais de Lavradio, acompanhara o vice-rei como médico desde sua partida de Portugal, e cuja família, cristã-nova, tinha tradição nas ciências da natureza e nas artes de curar. Em resposta a uma correspondência de Henriques Ferreira, na qual este dava a notícia da formação da Academia, escrevia, de Paris, o grande médico Antônio Nunes Ribeiro Sanches, um dos sábios portugueses mais importantes do século XVIII, que tinha relações de parentesco com a

[187] Paiva, *op.cit*., p.3.

família Paiva:

> O haver se formado essa Academia por insinuação de vossa mercê e estabelecer-se pela inteligente proteção do Exmo. Sr. Marquês do Lavradio, acho de maior consequência para o comércio do Reino, se em Lisboa quiserem entrar no gênio das nações que pensam a sua conservação e aumento, do que até agora estamos muito atrasados.[188]

À primeira vista, a questão acerca de quem partiu a ideia e a motivação para a criação da Academia Fluviense pode parece um detalhe insignificante, um mero preciosismo. Todavia, na historiografia, esse pequeno detalhe aparece algumas vezes atrelado à maneira como as sucessivas gerações foram significando, de acordo com diferentes propósitos e pontos de vista, o papel da Academia Fluviense e do governo do marquês do Lavradio no contexto do Brasil, ou da América Portuguesa, ou ainda, do império português, da segunda metade do século XVIII.

No primeiro volume da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de 1839, o visconde de São Leopoldo afirmava que essa instituição era "representante das ideias de Ilustração, que em diferentes épocas se manifestaram em nosso continente". Seu argumento principal era de que as qualidades naturais e geográficas privilegiadas do Brasil, com toda sorte de climas e paisagens, com portos naturais e rios navegáveis, ideais para o comércio, e infinitas riquezas a serem descobertas, o comprometiam a ter, e a seus habitantes, necessariamente, um papel de destaque na história da humanidade. Um "centro de luzes e civilização", dizia ele, que seriam trazidas pelas nações cultas e polidas, e aqui reverberariam. Estas nações, interessadas nos lucros do comércio e ávidas por ciências, encontrariam aqui o talento natural dos brasileiros para ilustrar-se. Talento esse que fora tolhido por séculos pelo governo colonial, receoso das suas consequências, mas que em escassas oportunidades, se revelava em indivíduos e associações "científicas".[189]

Como um dos principais exemplos, figura a Academia Fluviense. Tendo por testemunho o artigo de Manoel Joaquim Henriques de Paiva, de 1814, é dito que a fundação da associação se devera a solicitações do médico do vice-rei e fora instituída sob os auspícios deste último, bem como "a que melhor compreendeu e exprimiu as necessidades do Brasil",

---

[188] Arquivo Nacional – Fundo marquês do Lavradio: RD 41. José Henriques Ferreira. *Dizertação (sic) sobre a Coxonilha História do seu descobrimento na América Portugueza Escrita por Jozé Henriques Ferreira Médico pela Universidade de Coimbra e sócio da academia de Suécia etc etc Oferecida ao Ilmo. e Exmo. Senhor Marquez de Anjeja (...)* (1772). Fl.33.

[189] Visconde de São Leopoldo. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é o representante das ideias da ilustração que em diferentes épocas se manifestaram em nosso continente. In: *RIHGB*. Rio de Janeiro, Tomo I, nº 2, 1839. p. 64.

por certo, uma ideia autorizada pela expressão "do interesse do Brasil", no artigo de Henriques de Paiva. Não obstante, de todo o passado colonial do Brasil, o visconde de São de São Leopoldo, teve que reservar um lugar de exceção para alguns ilustres peninsulares, como Alexandre de Gusmão, reputado como possuidor de "vistas mais vastas", por onde é possível apontar um pequeno detalhe, mas que faz toda a diferença.[190]

Talvez fosse também considerada um caso excepcional; ou por conta do artigo de 1814 não indicar nada a respeito; ou mesmo por silêncio conveniente: o fato é que o visconde não mencionara que de todos os membros da família Paiva, que ocuparam além da presidência, vários postos de direção da Academia Fluviense, nenhum havia nascido em terras americanas. A única exceção, e um tanto canhestra, é o próprio Manoel Henriques de Paiva, que, condenado ao degredo por acusações de jacobinismo, em 1809, e perdoado pelo rei em 1816, optou pela nacionalidade brasileira quando do advento da emancipação política.[191]

Contudo, o momento da publicação de seu artigo (1814), em um jornal que, apesar de ser sugestivamente denominado Patriota, mas no qual essa expressão quase não aparece, dado o seu perigoso convite à ação política,[192] era bem diferente tanto daquele em que a Academia Fluviense fora instituída, na década de 1770, quanto daquele que viu o surgimento do Brasil independente. Tratava-se de uma atmosfera ainda marcada pelo furacão revolucionário que varreu a Europa desde o fim do século anterior, pela presença da corte portuguesa nos trópicos, decorrência daquele furacão, e pelos ecos do projeto imperial luso-brasileiro, ainda que sua figura de proa, D. Rodrigo de Souza Coutinho, houvesse falecido havia pouco tempo.

Por isso, como chama a atenção Marco Morel, dos vários sentidos possíveis para o período, marcado por redefinições, ou mesmo indefinições, o termo *pátria* (este sim, bastante presente) aparece como um *espaço de atuação intelectual*; de lealdade e de proximidade como o monarca, caracterizando um *patriotismo de tipo imperial*; um *local de nascimento*; ou como espaço onde se promove e para quem se promove o *progresso econômico e científico*.[193]

Ou seja, o visconde de São Leopoldo, dispondo de algumas informações e ignorando

---

[190] Idem, *Ibidem*, p.62.

[191] Maria Renilda Nery Barreto. *Instituições, médicos e populações enfermas em Salvador e Lisboa (1808–1851)*. Tese. Doutorado em História das Ciências e da Saúde. Casa de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, 2005. p.38.

[192] Marco Morel. Pátrias polissêmicas: República das letras e imprensa na crise do Império Português na América. In: Lorelai Kury (org.). *Iluminismo e Império no Brasil: o Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. pp.15-20.

[193] Idem, *Ibidem.* p.22-23.

outras, munido de um sentimento e um compromisso, juntou os pontos de maneira a fortalecer a sua tese: através de um jornal chamado O Patriota, um médico brasileiro, ainda que por vontade, relatou a existência de uma Academia científica em solo fluminense, instituída por sugestão do seu irmão e da qual ele mesmo havia participado, que trabalhou para o interesse do Brasil. Só não viu ou não quis ver, que na época da existência dessa associação, bem como e, talvez ainda mais, no período joanino, dizer que algo era de interesse do Brasil era também afirmar que era de interesse de Portugal, ainda mais se tratando de um veículo publicado pela imprensa régia, e em cujos assinantes encontravam-se vários membros da corte e a própria princesa D. Carlota Joaquina.

Quase duas décadas mais tarde, Francisco Adolfo de Varnhagen, em sua imortal *História Geral do Brasil*, fazia uma avaliação histórica bem diferente do período colonial como um todo, e, mais particularmente, da segunda metade do século XVIII. Para Varnhagen, o período do reinado de D. José I, monarca caracterizado como "benigno, verdadeiro e probo", como também possuidor de uma "firmeza de caráter" imprescindível aos governantes; e consequentemente, do governo de seu plenipotenciário ministro, o "hábil" e "grande estadista" marquês de Pombal, havia sido um período de muitos adiantamentos para o território do Brasil, pelo grande escopo de reformas introduzidas por este, que atingiram as mais variadas áreas:[194]

> Na instrução e obras públicas, no comércio, lavoura e indústria, na navegação, na arrecadação da fazenda e na governação do Estado, na organização militar, em úteis reformas judiciais, em providências benéficas e criativas, o dedo gigânteo de Pombal ficou assinalado neste país.[195]

Nessa avaliação, os erros e excessos do lado da metrópole não eram negados, antes, porém, imputados a alguns agentes considerados "menos observantes das leis", agindo, assim, com injustiça, incoerência e ignorância. Por essa razão, nenhuma das culpas recaía sobre o rei, que zelava pelo caminhar correto e justo da administração, para o bem de todos. Varnhagen argumenta que não podia se chamar de despótico um governo que garantia tanta liberdade: às câmaras municipais, aos magistrados, às ordens religiosas; e até por conta dessa liberdade é que se constrangia a função dos governadores, limitados por tantas "peias", que tornavam a

---

[194] Francisco Adolfo de Varnhagen. *História Geral do Brasil*. Tomo IV. 8ª edição integral. São Paulo: Ed. Melhoramentos/ Instituto Nacional do Livro, 1975. pp.234-235.

[195] Idem, *Ibidem*, p.237.

administração do território demasiadamente descentralizada, com "tendências feudais", em suas palavras.[196]

De fato, Varnhagen era um defensor da centralização política, que segundo seu ponto de vista, diminuía o peso sobre os governados, ao contrário da descentralização, que deixava fluir o caráter terrível das paixões humanas. Concluía, então, que "não era por excesso de autoridade que pecava a boa administração da justiça", mas pela prepotência e desmando dos capitães-mores locais, que se arrogavam direitos que não lhes cabiam.[197] É tentador ver na explicação de Varnhagen um quê de hobbesianismo, já que, para Hobbes, a única forma de evitar a *bellum ominuim contra omnes* e, para o caso brasileiro, também a consequente desagregação do território – visto que o jovem Estado passara pouco tempo antes pelas muitas revoltas que marcaram o período regencial – era através de um governo forte e justo, à feição de um pai, que tirava dos ombros da sociedade o fardo das decisões políticas e tomava para si essa dura responsabilidade.

Por conseguinte, não é difícil de entender a maneira bastante elogiosa com que é visto o governo vice-régio do marquês do Lavradio, braço do rei no território colonial, cujo "tino governativo" o fizera agir com "zelo e inteligência" para com todos os ramos da administração, desde os cuidados com a guerra no sul, passando pelo embelezamento da capital, ao favorecimento dos estudos, do comércio e da agricultura, muito úteis ao "adiantamento" do Brasil.

Há que se reconhecer, que o próprio Varnhagen é quem assume que "pouco diremos a respeito" das Academias ocorridas no Brasil durante o reinado de D. José I. De fato, o seu relato sobre a fundação da Academia Fluviense é bastante objetivo e também bem claro: "A Academia Científica foi instituída no Rio de Janeiro em fevereiro de 1772, pelo médico do vice-rei Lavradio, José Henriques Ferreira, que foi dela presidente". Ressente-se da ausência de maiores detalhes do funcionamento e dos propósitos dessa Academia, mas de uma coisa não resta dúvida: ainda que o vice-rei tivesse todos os atributos que Varnhagen alardeava, cabia a seu médico o mérito pela instauração da Academia Fluviense.

Contudo, nas notas que Rodolfo Garcia escreveu às 7ª e 8ª edições, de 1962 e 1975, respectivamente, da *História Geral do Brasil*, baseado nos dados fornecidos por dois

---

[196] Idem, *Ibidem*, p. 250.

[197] Idem, *Ibidem*, p. 250.

trabalhos de Manoel Joaquim Henriques de Paiva: o já citado artigo de 1814, e uma coleção de memórias econômicas sobre agricultura, artes e comércio, publicadas pela Academia Real das Ciências de Lisboa, em 1790, consta uma versão um pouco mais dilatada e também diferente acerca da existência da Academia Fluviense. Nessa nota, fica transparente que, entre as habilidades de Lavradio como governante, estava a de saber ouvir as sugestões de seus subordinados, ficando o relato da fundação da Academia Fluviense da seguinte forma:

> A Academia Científica foi instituída no Rio de Janeiro pelo vice-rei marquês de Lavradio, por proposta de seu médico, Dr. José Henriques Ferreira, que lhe fazia ver a necessidade que havia, para interesse do Brasil, de conferir com pessoas ilustradas, as matérias de História Natural, de Física e Química, agricultura, medicina, cirurgia e farmácia.[198]

Do trecho, algumas pequenas sutilezas merecem ser destacadas. Em primeiro lugar, mesmo que idealizada por José Henriques Ferreira, a Academia fora *instituída* pelo vice-rei, o que ressalta a importância do papel da autoridade do marquês, diferente do que expôs Varnhagen. Não se tratava apenas de uma autorização, ou de um apoio do gestor do rei, mas sim, que a Academia era sua responsabilidade, sendo, portanto, uma iniciativa "oficial", ligada necessariamente a sua estada no vice-reinado. Eis porque do fim da associação concomitantemente ao fim de seu governo no Rio de Janeiro.

Em seguida, novamente aparece que a fundação da Academia dava-se pela sua necessidade para o *interesse do Brasil*, o que, seguindo a lógica que Varnhagen havia adotado no texto original, e de forma oposta à linha de raciocínio do visconde de São Leopoldo, era uma prova das boas intenções e cuidados da coroa portuguesa, que, através de seu sábio representante, promovia ações para felicidade dos seus súditos americanos. Em outras tantas coisas, isso já constituía razão suficiente para que devessem os brasileiros gratidão aos seus colonizadores, por encaminhar os primeiros passos do Brasil à civilização, de que, no entanto, ainda se carecia mais:

> se o Brasil, pelos nomes das famílias e pela língua vernácula, há de testemunhar sempre qual foi o tutor europeu que lhe encaminhou os passos, na infância de sua civilização, também Portugal não se esquecerá jamais dos socorros que lhe ministrou o seu pupilo americano [...]. Não cremos razoável, nem generoso, nem nobre, nem animador da colonização europeia de que tanto carecemos, lembrar de parte a parte só o que há de queixa, sem pôr ao lado o muito que pede louvor e gratidão [...].[199]

---

[198] Nota VII de Rodolfo Garcia à seção XLV do tomo IV da *História Geral do Brasil*. Idem, *Ibidem*, p.265.

[199] Idem, *Ibidem*, pp.248-249.

Avançando mais de um século da primeira edição da obra de Varnhagen, porém próxima temporalmente da edição onde se encontram as notas e a revisão de Rodolfo Garcia, vale destacar o importante texto de Maria Odila Leite da Silva Dias, publicado pela primeira vez em 1968, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, intitulado "Aspectos da Ilustração no Brasil".[200] Nesse artigo, a autora investigou algumas manifestações do chamado espírito ilustrado, presentes nas obras de vários autores nascidos no Brasil de fins do século XVIII, avançando pelo século seguinte, os quais estudaram em universidades como Coimbra, Montpellier ou Edimburgo, principalmente a partir de 1772, e cuja característica peculiar era o pendor para os estudos científicos.

De maneira bastante original, a autora argumentou que, embora a mentalidade das Luzes fosse expressa, entre outras coisas, por meio de uma atitude cosmopolita, a concretude das pesquisas científicas desses ilustrados refletiu tão de perto a realidade do Brasil que constitui material de pesquisa mais interessante do que as obras poéticas e os movimentos de inconfidência para que se procure as origens do que ela chamou de "cultura brasileira".[201] Isso se devia à preocupação que, segundo Silva Dias, esses ilustrados demonstraram com a aplicação do conhecimento à resolução de problemas concretos relacionados às dificuldades materiais do Brasil, o que deixa transparecer que a autora via nessa preocupação um sentimento de pertencimento. Resta saber o quanto lhe induziu a esta conclusão o título do jornal (O Patriota) de que ela se serviu largamente como fonte documental.

No início do artigo, Silva Dias argumenta que foi pela experiência europeia e o consequente contato com obras de autores como Voltaire, Diderot e D'Alembert, que os estudantes brasileiros vieram a assimilar e desenvolver uma determinada ética, ligada às Luzes, segunda a qual, os homens podiam aspirar à felicidade na terra, um tipo de felicidade diretamente relacionada ao progresso das condições materiais de existência. Daí o papel do homem de ciência e do conhecimento produzido por este, cuja utilidade estava na base dessa noção de felicidade. Mesmo sim, um pouco mais adiante, a autora encampa o que Sérgio Buarque de Holanda havia dito a respeito do pragmatismo como uma peculiaridade cultural

---

[200] Maria Odila da Silva Dias. Aspectos da lustração no Brasil. *RIHGB.* Rio de Janeiro, v. 278, p. 105-170, jan-mar.1968.

[201] Idem, *Ibidem,* p.40.

portuguesa, a "característica de toda uma cultura".[202]

Embora seu foco principal estivesse nas primeiras gerações de estudiosos formados a partir das reformas curriculares da Universidade de Coimbra, conhecida na historiografia pela alcunha de *geração de 1790*, termo que só apareceu alguns anos mais tarde em um artigo do historiador britânico Kenneth Maxwell,[203] Silva Dias afirmava que esse novo espírito havia penetrado em Portugal já em meados do século XVIII, expresso por meio das obras de Ribeiro Sanches e Verney, que ao apontar para os vícios e os erros na formação dos jovens, propunham a ênfase nas ciências experimentais e na História Natural para a produção de um saber pragmaticamente orientado.[204]

No tocante à Academia Fluviense, Silva Dias aponta para o papel que desempenhou o Estado português, desde os tempos de Pombal, formulando "uma política de Estado bem determinada", patrocinando a publicação de conhecimento especializado, as memórias econômicas, para fomentar a diversificação da produção, com vistas a superar o momento de crise. Nessa linha, tanto o marquês do Lavradio quanto o seu sucessor, Luís de Vasconcelos e Souza foram os que puseram em execução determinações que partiram da coroa, sendo a Academia Fluviense uma simples decorrência dessas determinações:

> a coroa procurou desenvolver na colônia o estudo das ciências naturais, da física, da química e da agricultura, aprovando a fundação da Academia Científica do Rio de Janeiro (1772-1779) [...] De fato, graças aos trabalhos dessa academia que se difundiu no Rio de Janeiro a cultura do anil, do cacau, da cochonilha, do café e que começaram os levantamentos sistemáticos da flora brasileira. Sob seus auspícios, publicaram-se Lisboa alguns tratados de História Natural do Brasil.[205]

No trecho, embora a expressão *aprovando a fundação* indique que alguém a tenha sugerido, se comparado ao peso das ordens régias e das explicações estruturantes, o papel ativo e determinante de seus membros fica bastante diminuto e generalizado, como aparece na expressão: "entre seus sócios fundadores, médicos e cirurgiões em sua maioria, constava um António Castrioto, curioso de agricultura".

---

[202] Idem, *Ibidem,* p.48.

[203] Kenneth Maxwell. The generation of the 1790's and the idea of the Luso-Brazilian Empire. In Dauril Alden (org.). *Colonial Roots of Modern Brazil*. Los Angeles, University of California Press, 1973. O texto foi publicado em português na coletânea: Kenneth Maxwell. *Chocolate, Piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. São Paulo. Paz e Terra, 1999. p.157-207.

[204] Dias, *op.cit*., p.44.

[205] Idem, *Ibidem,* p.52.

Outro texto que merece destaque é o artigo de Arno Wehling sobre as práticas de fomento agrário empreendidas pela coroa portuguesa em fins do século XVIII,[206] no qual, por meio de uma visão estrutural e analítica, foram investigados articuladamente os vários fatores que confluíam para dar a questão a sua especificidade histórica, fossem de natureza sócio-econômica, fossem de ordem cultural.

A atenção dirigiu-se mais à compreensão dos funcionamentos, dos processos e das forças atuantes, do que pela possível relação com as origens do sentimento nacional, como é comum na historiografia sobre o período. Arno Wehling procurou, em primeiro lugar, demonstrar a inserção portuguesa na conjuntura euro-americana da segunda metade do século XVIII e a crise que se iniciou em meados da década de 1760, as necessidades geradas por tal conjuntura e os esforços de caráter fomentista empreendidos pela coroa como resposta a essa crise. Em seguida, a análise foi endereçada para a base teórica fisiocrática que orientava as medidas de fomento, daí o valor conferido à agricultura. Por fim, os mecanismos de aplicação pelo poder régio, manifestos nas pessoas de seus agentes, principalmente o marquês de Pombal, o marquês do Lavradio, Luís de Vasconcelos e Sousa e D. Rodrigo de Souza Coutinho, mas, sobretudo, apontando para o papel conferido às organizações científicas ligadas ao Estado, como foram os casos da Academia Fluviense Médica Cirúrgica, Botância e Farmacêutica, da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, da Sociedade Econômica de Ponte de Lima e da Real Academia das Ciências de Lisboa.

Quanto ao governo de Lavradio, é válido sublinhar que Wehling associa a sua nomeação para o vice-reinado a fatores conjunturais de importância, que o antecedem e, de certa forma, o condicionam, pois 1769 consta como o ano de ápice da crise, e alguns insumos industriais, como as tinturas e as fibras vegetais, começavam a perceber uma valorização no mercado internacional. Além disso, é dito ser esse o momento em que a política industrialista de Pombal dava seus primeiros passos, sendo natural o aumento no interesse pela diminuição do custo das matérias-primas.[207]

Entretanto, logo em seguida, Arno Wehling vai dos fatores de influência externa às qualidades de Lavradio como administrador ilustrado, o que demonstra uma sofisticação em seus argumentos, pois não se verifica uma perspectiva de subordinação absoluta dos fatores

---

[206] Wehling, *op.cit*.

[207] Idem, *Ibidem*, p.238.

políticos ou culturais frente às determinantes de natureza econômica, conforme o trecho a seguir:

> O fomento não teria tido a intensidade, nem as consequências que teve, sem o apoio e o interesse do marquês do Lavradio. Homem de Ilustração, preocupado com as ciências naturais, a difusão da cultura e a aplicação dos conhecimentos, à moda dos "filósofos naturais", Lavradio levou muito além o zelo fomentista recomendado pelo marquês de Pombal e por Martinho de Melo e Castro em diversas ocasiões. A criação da Sociedade Científica, destinada, de fato a assessorá-lo é a prova cabal disto. Sua política foi parcialmente prejudicada pelos constantes choques entre portugueses e espanhóis no sul, absorvendo recursos e a atenção do vice-rei.[208]

O surgimento da Academia Fluviense (chamada de Sociedade Científica), cujo papel era assessorar o vice-rei em assuntos de História Natural, isto é, fornecer conhecimento especializado, aparece acima intrinsecamente relacionado à personalidade e à formação ilustrada do vice-rei, ao mesmo tempo em que figura como engrenagem essencial do mecanismo fomentista, associado, por sua vez, às determinações régias e, em última análise, aos dados da conjuntura.

Contudo, esse encadeamento de fatores (conjuntura – política metropolitana – perfil de Lavradio – Academia Fluviense), parece ser subvertido mais à frente, quando, em primeiro lugar, Wehling admite que mesmo com todas as dificuldades para por em perfeito funcionamento a máquina de incentivos, "a política de Lavradio não se explicaria, porém, sem a presença da Sociedade Científica". Em seguida, ao tratar do relato de fundação da Academia, tirado do artigo de Manoel Henriques de Paiva, de 1814, é dito que "a proposta para a fundação de uma sociedade Científica foi feita ao vice-rei por José Henriques Ferreira, em dezembro de 1771".[209]

Portanto, se a política de Lavradio realizou-se graças ao papel exercido pela Academia Fluviense, e se a fundação desta deveu-se a uma sugestão feita pelo seu médico, logicamente, a importância de José Henriques Ferreira, e ousa-se dizer, de sua família, são dilatados de maneira considerável, tanto na sequência dos acontecimentos, quanto na compreensão do significado destes para a narrativa histórica. Por outro lado, a dependência que a Academia teve do apoio do vice-rei e da estrutura que este lhe proporcionava, faz com que não se desconsidere, sob hipótese alguma, tanto as qualidades como administrador e o zelo

---

[208] Idem, *Ibidem*, p.239.

[209] Idem, *Ibidem*, p.240.

empreendido pelo marquês do Lavradio durante a sua estada no vice-reinado, quanto a fragilidade desse tipo de iniciativa.

Dessa forma, vale apontar a interessante dissertação de mestrado de Paulo César dos Reis, defendida em 2006, na qual o autor procurou investigar as diferentes relações que os homens de saber no império português mantiveram com o poder desde a constituição desse império, porém, focalizando a segunda metade do século XVIII e o caso específico da Academia Fluviense.[210] Sua afirmação mais original é a de que a existência da Academia Fluviense se deveu, basicamente, ao perfil empreendedor da família Paiva, que por meio de José Henriques Ferreira convencera o marquês do Lavradio de sua importância e necessidade, sobrando ao vice-rei o papel de ser o protetor do projeto ilustrado dessa família de cristãos-novos:

> Portanto, não foi a ordem de um rei, ministro, ou vice-rei a responsável direta pela organização da Academia, mas a determinação do grupo de intelectuais que se associou aos Paiva em estabelecer um lugar comum para o desenvolvimento de estudos e práticas científicas modernas cujas demandas vinham das necessidades cotidianas de fomento de novos ramos econômicos, segundo os pressupostos da Ilustração.[211]

Reis fundamenta a sua argumentação entrecruzando informações contidas no já citado artigo de Manoel Henriques de Paiva para o jornal O Patriota, no livro de Bella Herson sobre a relação entre cristãos-novos e medicina,[212] e na correspondência trocada entre Antônio Nunes Ribeiro Sanches e José Henriques Ferreira, parte dela transcrita no trabalho manuscrito sobre a cochonilha que Henriques Ferreira ofertou ao marquês de Angeja,[213] e parte citada por Lycurgo Santos filho, em alguns de seus trabalhos sobre a história da medicina no Brasil.[214]

No livro de Bella Herson, está a informação de que, no vácuo produzido pela expulsão dos Jesuítas de Portugal e de seus domínios, e por ocasião da ida de José Henriques Ferreira para o Brasil, em 1763, acompanhando D. Luís de Almeida Portugal, que havia sido indicado

---

[210] Paulo César dos Reis. *Os intelectuais e a circularidade Cultural na América Portuguesa: O caso da Academia Científica do Rio de Janeiro (1771-1779). Op.cit.*

[211] Idem, *Ibidem,* p.86.

[212] Herson, *op.cit.*, p.199-203.

[213] José Henriques Ferreira. *Dizertação (sic) sobre a Coxonilha: História do seu descobrimento na América Portugueza. Op.cit*

.

[214] Lycurgo de Castro Santos Filho. *História geral da medicina Brasileira*. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1977. Do mesmo autor, ver também: Sociedades Literárias do século XVIII. *RIHGB.* Rio de Janeiro, v. 267, abril –jun. 1965. p. 51.

para o governo da Bahia, Antônio Ribeiro de Paiva e seus filhos menores Manoel Joaquim Henriques de Paiva e Joaquim José Henriques de Paiva, abriram uma botica em Salvador, muito bem equipada, a qual não demorou a ficar bastante conhecida, diante da extrema carência de serviços desse tipo em que se encontrava a antiga capital da colônia.[215]

O relato de Manoel Joaquim Henriques de Paiva, já com 62 anos de idade, afirmando ter sido a Academia Fluviense erigida por sugestão de seu falecido irmão, cuja memória zelou durante por toda a vida, publicando postumamente alguns de seus trabalhos, como era o caso do próprio artigo de 1814 (que nada mais era do que um resumo, com anotações suas, da dissertação manuscrita sobre a cochonilha), podia ser motivo de alguma suspeita. Não obstante, ao que tudo indica, a informação parece realmente ser digna de fé, pois em uma das cartas trocadas por José Henriques e Ribeiro Sanches, durante o período de funcionamento da Academia, provavelmente entre 1773 e 1774, é o seu próprio presidente quem o diz:

> e assim debaixo da proteção do senhor Marquês dei princípio a uma Sociedade, com alguns professores, que me pareceram mais sábios e curiosos para trabalharmos sobre esta matéria, e acerca de muitas queixas apresentadas pelos acadêmicos; esta tem continuado com aquela frouxidão que é próprio de quando não há força superior que anime [...] a nossa Academia poderia ter sido útil se de Portugal quisessem promovê-la; mas até agora não tem vindo nada do que a meu irmão se tem lá prometido.[216]

É de impressionar o quanto esse pequeno trecho é revelador, e mais revelador ainda que até agora alguns detalhes tenham ficado despercebidos. De início, e não se deva voltar a isso, a instauração da Academia Fluviense parece ter partido realmente de uma sugestão de José Henriques ao marquês ("dei início a uma sociedade") e essa sugestão pode, com segurança, ser ligada ao perfil cosmopolita e empreendedor, não apenas dos Paiva, mas de muitos dos cristãos-novos ligados aos ofícios e artes de cura, como expôs Bella Herson. Vale lembrar que Ribeiro Sanches, considerado sócio correspondente, mesmo se encontrando em Paris à época, foi quem fizera o contato entre a Academia do Rio de Janeiro e a Academia de Upsal, na Suécia, da qual era membro um dos maiores e mais influentes homens de ciência de todos os tempos, Carlos Lineu (Carl von Linné), cujo sistema de classificação era corrente entre os acadêmicos do Rio de Janeiro.

Fica evidente também o papel aglutinador e decisório de José Henriques Ferreira

---

[215] Herson, *op.cit*, p. 200.

[216] Lycurgo de Castro Santos Filho. *História geral da medicina Brasileira...*, *op.cit*., p. 364. *Apud* Herson, *op.cit.*, p.201.

quanto ao tipo de gente que devia entrar na formação do corpo acadêmico, quando ele diz ter composto a Academia "com professores que me pareceram mais sábios e curiosos para trabalharmos essa matéria". O que faz supor que a oferta de profissionais de medicina, cirurgia e farmácia, ou mesmo de quaisquer pessoas com instrução e formação nessas áreas, no Rio de Janeiro da segunda metade do século XVIII era, no mínimo, suficiente para permitir a José Henriques proceder alguma escolha.

Passado, porém, um determinado tempo da fundação da Academia, os resultados iam se mostrando menos contundentes e as atividades, menos dinâmicas do que se pretendia inicialmente. Para compreender a razão disso, é necessária uma análise conjunta com outra correspondência, que o vice-rei enviara para o marquês de Angeja meses depois daquela onde é dada a notícia do início dos trabalhos acadêmicos:

> Os progressos da Academia Botânica, pouco, posso por ora dizer a V. Ex. , mais do que continua-se a trabalhar nela, porém vai isto muito devagar, porque como estas gentes, não têm o interesse que os anime, esmorecem com grande facilidade, e se não fosse um tal ou qual respeito de um Vice-Rei, já estaria talvez de toda extinta. [...] Se a nossa corte de lá animar este negócio, creio que não só será de muita glória para a nação, mas também de muita utilidade, porque nas admiráveis plantas que temos, encontramos excelentes bálsamos, gomas, óleos, raízes, cascas, e finalmente mil outras cousas maravilhosas, que podem aumentar infinitamente o comércio, em uma palavra meu Exm.º persuada-se V. Ex.ª , que a preciosidade da América ainda não se conhece; eu se por meus pecados estiver aqui mais tempo, faço tenção de deixar mais alguns ramos de comércio, que até agora, não digo que se não conheciam, mas posso dizer que nunca absolutamente se animaram [...] porém, isto tudo está muito no princípio, e como são cousas de novo, que estas gentes nunca viram, enquanto não tomam o gosto as utilidades custam muito fazê-las trabalhar, porém com modo e algum jeito tudo se vai conseguindo.[217]

Pode-se notar que, em ambos os documentos, fala-se reiteradamente em uma ausência de *ânimo*, e é um tipo de ânimo que pode ser restaurado por uma "força superior", tanto para a Academia Fluviense, quanto para os lavradores incentivados pelo vice-rei. Não fica difícil deduzir que, na verdade, se está a falar em recursos financeiros, investimentos necessários para fazer funcionar o mecanismo de fomento agrário descrito por Arno Wehling, no qual um dos principais aspectos era a garantia, que o governo colonial dava, de compra da produção; sendo a dita força superior nada mais do que o Estado monárquico português.

Nas citações anteriores, a linguagem ainda guarda algum escrúpulo, mesmo que pequeno, de forma que seja necessária certa explicação a respeito do que José Henriques e Lavradio dão o nome de *ânimo*, como esse ânimo pode ser restituído e a que se destina. No

---

[217] D. Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão Eça e Melo Silva e Mascarenhas. Carta de número 389, de 5 de outubro de 1772. *Op.cit.*, p.110.

entanto, no trecho abaixo, por sua clareza, o presidente da Academia fluviense, ao tentar convencer o marquês de Angeja do grande negócio que Portugal perde por não fomentar o comércio em larga escala da cochonilha, conforme fazem os espanhóis, não deixa espaço para dúvidas:

> Todos trabalham por interesse, ou da honra, ou da glória, ou da riqueza, não decido qual a primeira, mas sem isto não se consegue coisa alguma. Isto do Zelo da pátria, se não é fantasma inexistente ou máscara bonita e útil com que se cobrem outros objetos, mas sim entidade ou virtude que na verdade há no mundo, acha-se por uma raridade e se conta deste, ou daquele, como Heroísmo, e se formos olhar ao fundo destas mesmas ações que esses Heróis de quem se referem, praticaram, talvez lhe achemos fins de outra natureza. Mas eu concedo, e consinto, de boa mente, que haja este zelo em muitos, e que destes os haja em Portugal; este zelo, este amor da pátria, se não há de achar, certamente, nos que houverem de cultivar e colher a cochonilha, só o lucro interesse os há de mover e todas as vezes que eles conhecerem não será necessário persuadi-los, eles o buscarão. Se eu me levasse do espírito da lisonja, e não fosse do meu caráter dizer a verdade pura como a entendo, não falara com esta clareza; mas de outro modo seria não querer ver o situado objeto que proponho sendo ele bem patente a todas as luzes.[218]

Esse espantoso testemunho revela detalhes minuciosos da forma de pensar de José Henriques Ferreira sobre algumas questões relevantes. Ao dizer que todo trabalho é motivado pelo interesse, este sim, de natureza variante, afirma que além de não existir ação desinteressada, a honra, a glória e a riqueza são motivadores que ele não tinha condições de hierarquizar, sendo igualmente importantes ou justificáveis. É possível que esse nivelamento tenha soado ao marquês de Angeja como um rebaixamento do valor da honra, noção fundamental para a nobreza, pois que advinha do prestígio gerado pela própria condição nobre.[219] Isto podia ser visto como ofensivo, sendo ele um fidalgo de linhagem antiga e com certo parentesco com a casa de Bragança.

Entretanto, esse não parece ter sido, obviamente, o propósito de José Henriques, pois, logo em seguida, como se procurasse se afastar do que foi dito antes, o "zelo da pátria", o bem de todos, aparecem como finalidade superior às demais, e é isso que o guiava na ação de redigir uma dissertação com o propósito de convencer sobre a grande vantagem de se produzir a cochonilha no Brasil. Nesse ponto, a argumentação de José Henriques parece repetir o caminho que Aristóteles traçou em sua *Ética a Nicômaco*, na qual as virtudes políticas, que são cultivadas para o beneficio do maior número possível de pessoas, aparecem como

---

[218] José Henriques Ferreira. *Dizertação* [sic] *sobre a Coxonilha História do seu descobrimento na América*. *Op.cit.* p.18.

[219] Nuno Gonçalo Monteiro. O 'éthos' Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. *Almanack Braziliense*, n. 2, nov. 2005. p. 5. Disponível em http://www.almanack.usp.br/PDFS/2/02_forum_1.pdf. (Acesso em 20/11/2011).

superiores à honra e à riqueza. Para o estagirita, a insuficiência da honra como finalidade é causada pelo fato de depender mais de quem a concede do que de quem a possui. Já a riqueza, embora importante, é limitada, por ser um bem que deve a sua existência ao interesse por outra coisa. Então ao defender o *zelo da Pátria*, José Henriques está defendendo o bem coletivo, o bem que Aristóteles viu como a finalidade da vida em sociedade, mesmo que para o vulgo inculto a única finalidade seja a prosperidade material, já que são incapazes, na sua ignorância, de perceber a grandeza de uma atitude de altruísmo. E nisso também o argumento de Aristóteles parece indicar: "quem quiser ouvir com proveito as exposições sobre o que é nobre e justo, e em geral sobre a ciência política, é preciso ter sido educado nos bons hábitos".[220]

Além disso, para José Henriques, o fato de alguém justificar uma ação pelo seu amor à pátria, como se diz de alguns pretensos heróis, podia perfeitamente estar mascarando interesses bem mais mesquinhos. E mesmo sendo o caso daqueles que deviam se dedicar ao cultivo, da cochonilha ou de outro tantos produtos estimulados pela política de Lavradio, que eram movidos apenas pelo "lucro interesse", assim que esse lucro fosse experimentado, faria diminuir a necessidade dos investimentos, cruciais para o início da empresa, principalmente quando os resultados custavam a se mostrar, como dizia o vice-rei:

> Os meus novos estabelecimentos [...] tudo está muito bem principiado; porém vai devagar porque é necessário desvanecer os brutos, capacitar os incrédulos, e a todos levar com muito jeito, para que não desanimem no tempo mais perigoso, que é aquele em que as utilidades que recebem são poucas, até que venha o em que eles podem tirar maiores lucros, que antão eles por si mesmos se animarão. [221]

Contudo, para fazer acontecer o negócio, era preciso que as autoridades se conscientizassem da necessidade do dispêndio de recursos, e os lavradores, da certeza de ganhos, pois, como afirmava José Henriques Ferreira, sem melindres: "não bastam ordens e recomendações, é necessário dinheiro, e dinheiro na mão, logo adiante, pois a gente que há de cultivá-la, e apanhá-la não se move por outra coisa".[222]

Mesmo assim, com todos esses argumentos, e ainda que o próprio marquês de Pombal tivesse sido escolhido Patrono da associação, ao que tudo indica, não houve uma grande

---

[220] Aristóteles. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Martin Claret, 2002. p.20-22.

[221] D. Luís de Almeida Portugal. Carta de número 464. *Op.cit* , p.137.

[222] Ferreira, *op.cit.* p.18.

sensibilização por parte do poder central. É possível pensar diversas razões para esse desinteresse da metrópole pela Academia Fluviense. Uma das mais convincentes, ligada à conjuntura de crise, como se afirmou anteriormente, era as enormes divisas consumidas na manutenção das tropas no Rio Grande de São Pedro, em decorrência da guerra com os espanhóis, como a documentação epistolar do marquês do Lavradio deixa transparecer, pois mesmo em momentos em que as hostilidades pareciam ter esmaecido, não era prudente desarticular, de uma para outra, o esforço de guerra:

> Nos movimentos do sul me acho hoje com menos cuidados, pois com a prontidão, número e qualidade de gente com que socorri aquele continente fez que os nossos maus vizinhos se contivessem, e os temessem, que se pusessem as coisas até o presente em todo sossego. Eu ainda não retirei as tropas, nem determino fazê-lo, enquanto eles não retirarem as suas [...].[223]

Outro motivo é a desconfiança que a metrópole nutria pelo estabelecimento de estudos maiores e polos voltados para a produção de conhecimento em suas colônias. Desse modo, convém lembrar que o ímpeto reformista e progressista de Pombal, ainda que algumas de suas iniciativas possam ter sido lembradas pela influência de ideias ilustradas, tinha um teor de racionalização administrativa que muitas vezes se traduzia em acirramento do controle, de todo tipo de controle, principalmente sobre os territórios coloniais. O que faz lembrar o que Kenneth Maxwell disse a respeito do paradoxo pombalino, onde "Luzes, racionalidade e progresso têm um significado muito diferente daquele que estamos acostumados".[224] Essa desconfiança fica totalmente explícita na resposta dada pelo procurador do rei à representação feita em 1768 por alguns oficiais de uma vila nas Minas Gerais, pedindo a D. José I permissão para implantar um curso teórico e prático de cirurgia naquela vila:

> não se devia relaxar, e era princípio de relaxação a faculdade pública de uma aula de cirurgia, que parecia pouco, mas era um pouco que dentro em poucos anos havia de monopolizar a faculdade para os brasileiros, e era um pouco que serviria de exemplo depois para aula de Medicina, e poderia talvez, com alguma conjuntura para o futuro facilitar o estabelecimento de alguma aula de jurisprudência sustentada pelas câmaras até chegar ao ponto de cortar este vínculo de dependência.[225]

É possível notar também que, apesar das dificuldades encontradas para o perfeito

---

[223] D. Luís de Almeida Portugal Carta de número 487. *Op.cit*, p.143.

[224] Maxwell, *op.cit*., p.170.

[225] *Apud* Márcia Moisés Ribeiro. *A ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo. Hucitec, 1997. p.123-124.

funcionamento da política de incentivos de Lavradio, da qual a Academia Fluviense era peça fundamental, e mesmo com todo o vagar e queixas dos acadêmicos, ainda se advogava que, com o devido apoio, os frutos da Academia para a grandeza da nação Portuguesa eram seguros e abundantes, graças às muitas preciosidades que a América possuía, cuja utilidade era capaz de demover da inércia até mesmo os rudes, arredios e incrédulos colonos. Isso é justamente o oposto do que à primeira vista pode sugerir a documentação, de que havia, já nos primeiros tempos, uma desarticulação da Academia. E, mesmo se as circunstâncias estivessem forçando a essa situação, um "tal ou qual respeito" de um vice-rei não deixaria, de forma alguma, que o projeto simplesmente malograsse sem nenhum êxito alcançar.

Tal era a necessidade de recursos que o jovem farmacêutico Manoel Joaquim Henriques de Paiva, cujo talento para as ciências era reconhecido por todos, tendo, por esse motivo, sido enviado para completar os seus estudos de medicina na recém-reformada Universidade de Coimbra, ainda no ano de 1772,[226] foi instado a servir como um contato nos meios cortesãos, de maneira a tentar reavivar o tal "ânimo" cuja falta ressentiam-se todos. Isso era essencial num mundo onde a política se fazia, majoritariamente, pela força das relações pessoais, e onde o prestígio era moeda corrente, de forma que o apoio que se buscava acabava possuindo uma dupla natureza, política e econômica, já que quase sempre esse apoio era traduzido na forma de favores, cargos, privilégios e títulos honoríficos. A trajetória posterior de Manoel Joaquim Henriques de Paiva é prova disso.[227] Corroborando com esta argumentação, que tem por base as teses de Norbert Elias sobre a sociedade cortesã e a sua racionalidade própria, Ronald Raminelli destacou a inserção dos naturalistas na Sociedade de Antigo Regime, dentro *dessa* lógica ambivalente:

> O cientista, portanto, não exercia suas funções à parte dos interesses políticos e estratégicos das metrópoles europeias. Para alcançar mercês, ele deveria obedecer a uma etiqueta e se comportar segundo os interesses dos grupos que detinham o controle sobre os recursos materiais.[228]

Todavia, conforme comprova a documentação, das promessas que foram feitas a Henriques de Paiva (possivelmente por algum membro do alto escalão, talvez até o próprio

---

[226] Herson, *op.cit*., p.200.

[227] Manoel J. H. de Paiva foi agraciado com uma série de cargos e honrarias durante os muitos anos de sua vida como médico, até ser destituído delas por ocasião de sua prisão como simpatizante dos ideais revolucionários franceses.

[228] Ronald Raminelli. *Viagens ultramarinas: monarcas vassalos e governo à distância*. São Paulo: Alameda, 2008. p.135.

marquês de Angeja) nada, até aquele momento, havia sido concretizado. Parece realmente que a primazia dos estudos e da proposição de medidas para incrementar as potencialidades coloniais havia de pertencer sempre a Portugal, pois 1779, ano que marcou o fim do vice-reinado do marquês do Lavradio no Rio de Janeiro, também foi o da fundação da Real Academia de Ciências de Lisboa.

Uma rápida discussão parece oportuna. Acerca da noção de "racionalidade de corte", N. Elias afirmou que sua especificidade não se devia, conforme a racionalidade científica, pela busca de conhecimento e controle dos fenômenos naturais, nem em função do cálculo estratégico na concorrência pelo poder econômico, como a racionalidade burguesa. Sua característica própria estava vinculada ao planejamento calculado da estratégia de comportamento em relação a possíveis perdas e ganhos de status e prestígio sob a pressão de uma competição contínua pelo poder. Tal estratégia levava em consideração a perfeita conveniência das atitudes, a precisão dos gestos e a nuance das palavras.[229]

Ao estudar as estratégias e a trajetória de Galileu Galilei na corte dos Médici, no início do século XVII, Mario Biagioli concluiu que não fora o valor científico ou a aplicabilidade de suas descobertas que permitiram ao *matemático* Galileu ingressar no ambiente cortesão e adquirir o cargo de *filósofo* do Grão-Duque da Toscana. Tal honraria foi possível graças à utilização de seus conhecimentos e inventos, como o telescópio, bem como uma argumentação astuta e ajustada aos moldes aristocráticos, com o intuito de celebrar a imagem de grandeza do príncipe por meio da arte da emblemática, ligada à mitologia dinástica de sua família. Embora a corte não fosse uma academia, Galileu a utilizou como uma instituição que poderia conferir a legitimação social necessária para que os matemáticos tivessem a possibilidade de serem vistos como, e mesmo se tornarem, filósofos, o que a Universidade lhes negava. A associação que fez Galileu entre Júpiter, o maior dos deuses olímpicos, e Cosimo I, bem como a proposição do lema Magnus Magnes Cosmos[230] como metáfora científica para a naturalidade do poder dos Médici,[231] mais do que mera bajulação, serviu para legitimar o lugar dos homens de ciência.

---

[229] Elias. *Op.cit*., p.110.

[230] Literalmente se traduz como "o mundo é um grande imã" e é usado como analogia à versão latina do título de Cosimo I – Magnus Dux Cosmos (grão-duque Cosimo). Mario Biagioli. *Galileu Cortesão: a prática da ciência na cultura do absolutismo*. Porto: Porto Editora, 2003. p.133.

[231] Idem, *Ibidem,* p.169.

Entretanto, por mais poderosos e opulentos que fossem os Médici, eles nunca possuíram, como os monarcas Ibéricos, e, mais adiante, franceses e ingleses, territórios ultramarinos com as dimensões gigantescas dos da América. Ronald Raminelli argumenta que, desde as primeiras fases de conquista e colonização, a coroa Portuguesa recompensou bem àqueles que, às suas expensas ou não, realizaram descrições e estudos sobre as características dos novos territórios: dimensões, hidrografia, características das espécies vegetais e animais, do clima, do solo e dos habitantes. A origem mais remota desse comportamento pode ser encontrada nas guerras pela conquista do território ibérico, durante o medievo, quando os nobres que desembainhavam suas espadas para o avanço da cristandade recebiam títulos e terras como contrapartida. A própria origem do reino de Portugal está ligada a esse processo.[232]

O aumento no volume e na especialização do conhecimento, a partir do século XVIII, tornou superada a prática dos inventários geográficos e naturais feitas por curiosos. A ação estatal procurou apoiar agentes capacitados para realização desses estudos sobre as potencialidades das conquistas e, também, a capacitar esses agentes, como se mostrou ser um dos objetivos principais da reestruturação curricular da Universidade de Coimbra. Isto é, mudou-se a maneira de realização desses inventários, com a busca cada vez maior do Estado pela expertise, por homens que, por sua formação e qualificação tornavam-se parte do aparato estatal.[233] Por essa razão, entende-se por que José Henriques Ferreira, para formar a Academia Fluviense, buscou os "professores mais sábios".

Ressalta-se, porém, que o principal não apenas continuava intacto como crescia continuamente em importância: o caráter de utilidade dos agentes por meio da utilidade do conhecimento produzido por eles. Então, ainda que tenham origem numa mesma lógica, na qual o prestígio é conferido pela proximidade com o centro do poder; a legitimação que Galileu Galilei buscou na corte ducal de Cosimo I diferia consideravelmente da que se operou no mundo português do século XVIII, e, mais especificamente, através do projeto da Academia Fluviense.

Desse modo, não há razões para discordar de Paulo César dos Reis quando este aponta não apenas para a liderança dos Paiva na Academia Fluviense, mas também para o perfil

---

[232] Raminelli, *op.cit.*, pp. 21 e 32.

[233] Idem, *Ibidem*, p.61-63.

ilustrado, empreendedor e cosmopolita daquela família, principalmente no que tange ao seu compromisso com a utilidade pública dos conhecimentos científicos, tomando a forma de um projeto, concretizado durante o vice-reinado do marquês do Lavradio, de uma academia para a promoção daqueles conhecimentos.

Não obstante, ao tentar dimensionar o papel do Estado nessa iniciativa, Reis não ressaltou o alto grau de dependência que os empreendimentos tinham para com àquele. Boa vontade e toda atitude imaginativa não bastavam, ainda mais com a limitada capacidade empresarial dos portugueses e das suas colônias, se comparadas a uma Inglaterra, por exemplo.[234] Na ausência do apoio oficial, tudo minguava. E o centralismo doutrinário de Pombal só fez aprofundar essa tendência.

No tocante aos homens de ciência, isso era particularmente verdade, pois como afirma Ronald Raminelli, "viver da filosofia ou da história natural pressupunha a patronagem de um nobre ou um cargo na burocracia estatal".[235] E fora exatamente isso que os Paiva procuraram fazer ao estabelecer ligação com o marquês do Lavradio. A defesa convicta dos propósitos utilitários da Academia e das possibilidades concretas de sucesso pelos seus membros e pelo seu protetor com vistas a conseguir a simpatia e o apoio metropolitano evidencia essa dependência, mesmo que as relações dos Paiva com homens do quilate de Ribeiro Sanches os tornassem parte do amplo circuito dos homens da Ilustração. Nesse sentido, Reis apesar de não ignorar, não deu o devido peso ao que os próprios agentes históricos repetiram algumas vezes: que para o bom êxito daquela iniciativa era imprescindível uma "força superior" que os animassem.

Ou seja, pensava-se sempre a partir e por meio do Estado, nunca fora dele. Estar dentro daquela engrenagem, era muitas vezes o próprio objetivo. De forma que esse ânimo, como indica a sua origem etimológica, era mesmo um *anima*, uma alma, que o monarca absoluto soprava através de seus agentes, e na forma de favores e mercês.

Erigir, portanto, uma academia para a difusão de saberes úteis à sociedade, que ao fim e ao cabo, retornariam como divisas para a coroa, poderia tomar a feição de um serviço prestado, nas negociações com a burocracia metropolitana, e os trabalhos de cunho científico poderiam, mais adiante, render cargos no governo local, nos tribunais da relação, uma

---

[234] Maxwell, *op.cit.* p.75.

[235] Raminelli, *op.cit*. p.137.

obtenção do hábito de cavaleiro ou, como realmente acabou acontecendo mais tarde com José Henriques Ferreira e Manoel Joaquim Henriques de Paiva, a indicação para sócio da Real Academia de Ciências de Lisboa.[236]

Essa necessidade adquire maior relevância para uma família que conhecia os augúrios das masmorras inquisitoriais. Não apenas António Ribeiro de Paiva, mas também outros membros da família foram alvos da perseguição aos cristãos-novos pelo Santo Ofício. No caso do também boticário João Henriques de Paiva, irmão da mulher de António Ribeiro de Paiva, o processo terminou com a entrega do réu "à justiça secular" que é o mesmo que sentenciar à morte.[237]

Então, estar próximo demais do poder podia conter um grande risco, mas era a condição essencial para que homens com sua origem e com o seu ofício conseguissem mobilidade social. Fica mais simples de entender a razão pela qual o jovem Manoel Joaquim, apesar dos temores de seu irmão mais velho e da sugestão do marquês do Lavradio para que fosse mandado a Paris e a outros centros universitários europeus de forma a aperfeiçoar seus talentos e conhecimentos, considerados bem vastos para um rapaz de 17 anos, matriculou-se na Universidade de Coimbra, mesmo com o fantasma da Inquisição ainda pairando sobre sua família.[238]

Uma carta escrita, posteriormente a 1777, por Manoel Joaquim e endereçada à Rainha D. Maria I dizia que ele próprio alterara os propósitos de seu "mano José", argumentando que previra que não seria de agrado que "os vassalos de Vossa Majestade fossem mendigar às Universidades estrangeiras aquilo mesmo que o Augustíssimo e piosíssimo Senhor D. José, que Santa Glória haja, acabava de instruir, promulgar e firmar em Coimbra".[239] Ou seja, pode-se aventar que, no momento em que se decidiu pela sua partida a Portugal, talvez o quadro de reformas secularizantes na Universidade o tenha levado a crer que a situação para os cristãos-novos começar a amainar.

É possível concluir que, para alcançar mobilidade social e garantir apoio financeiro, a família Paiva se valeu de uma lógica similar àquela de que se utilizou o marquês do Lavradio

---

[236] Idem, *Ibidem.* p.139.

[237] Herson, *op.cit.*, p.189.

[238] Idem, *Ibidem*, p.202.

[239] Idem, *Ibidem*, p. 200.

para garantir o prestígio da sua casa perante a corte de Lisboa, prestígio esse do qual procurava se certificar, e fortalecer, mediante o anúncio de seus feitos ao seu interlocutor, ou no comando de tropas militares ou na administração colonial, onde incentivou a diversificação da produção agrícola, apoiando e protegendo iniciativas como a Academia Fluviense.

Para a família cristã-nova de profissionais ligados às artes da cura e às ciências naturais, e de perfil empreendedor, pesavam-lhe a origem e o histórico de complicações com o Santo Ofício. Afinal, embora legalmente a distinção entre cristãos-velhos e novos tivesse sido extinta, poderia essa lei "extinguir das mentes das pessoas, ideias e pensamentos que foram adquiridos nos primeiro anos de vida", dizia Ribeiro Sanches ao analisar uma cópia da lei em questão.[240] Melhor do que muitos, António Ribeiro de Paiva devia saber do obstáculo que poderia significar aos seus filhos ter um pai "sambenitado", como de fato aconteceu a Manoel Joaquim nos tempos de estudante coimbrão, pois as investigações da Inquisição o forçaram a tornar sua presença nas aulas bastante irregulares, tendo ele que se ausentar de Coimbra muitas vezes, o que o fez se formar anos depois do previsto.[241]

Vale lembrar que, sendo boticário, Antonio Ribeiro de Paiva professava uma arte considerada de menor prestígio dentro da hierarquia das profissões ligadas à saúde, pois que constava no rol das artes mecânicas, sendo subalterna à atividade de "físico", ou seja, médico, que fazia parte das artes liberais, consideradas mais nobres por não exigir trabalho manual. Conforme aponta o padre Rafael Bluteau no seu *Vocabulário*:

> Boticário – O que tem botica, vende drogas medicinais, e faz mezinhas. Os Boticários são cozinheiros dos médicos; cozem e temperam quando nas receitas lhes ordenam. Nicolau Longio tem um grande volume contra os boticários, que não conhecem perfeitamente a qualidades dos simples, vendem uma droga por outra, um medicamento velho e sem virtude por um fresco [...].[242]

Pelo juízo que chegou até a atualidade, sabe-se que a um homem tido como de luzes, como António Ribeiro de Paiva, não cabiam essas apreciações tão negativas que Bluteau fez dos Boticários como um todo. Aliás, a definição acima se parece bastante com o seu discurso proferido na abertura dos trabalhos da Academia Fluviense, em fevereiro de 1772, onde

---

[240] Apud Maxwell, *op.cit.* p.116.

[241] Herson, *op.cit*., pp.181; 203.

[242] Rafael Bluteau. *Vocabulário Português e Latino*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712, vol II, pp.169-70. Disponível em http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/1/botic%C3%A1rio (Acesso em 19/11/2011).

Ribeiro de Paiva reclamava da ignorância dos vendedores de ervas. Contudo, o verbete do ilustre padre não refletia apenas sua opinião, mas o entendimento geral acerca do ofício.[243] Por isso, parece razoável inferir que o baixo prestígio dos boticários e a pecha de cristão-novo "reconciliado" tiveram algum peso no fato de que dois de seus filhos foram médicos muito bem afamados e com boas ligações com o poder.

Por fim, é possível afirmar que a existência da Academia Fluviense Médica, Cirúrgica, Botânica e Farmacêutica só foi possível por ter sido esta o resultado de uma soma de fatores historicamente específicos, e nessa soma reside a sua importância. Dizer que os fatores macroscópicos, sejam conjunturais ou estruturais, são capazes de dar uma explicação suficiente à totalidade dos fatos, é anular a força da livre-determinação humana; do mesmo modo que negar ou minimizar o poder destas forças externas é retroceder à História dos grandes personagens e seus feitos excepcionais, sem levar em conta essa teia a que se chama historicidade.

Desse modo, considerar a Academia Fluviense como fruto da uma confluência singular de fatores não singulares é inseri-la em processos com o da História dos judeus e cristãos-novos nos domínios de Portugal durante o período moderno, com sua tradição médica e cosmopolita, como aponta Bella Herson; do avanço dos novos conhecimentos filosóficos e científicos na sociedade lusa do século XVIII, conforme foi visto no capítulo I desse trabalho; da flutuação econômica na segunda metade daquele mesmo século; e mesmo na História Política Portuguesa, com a subida de Pombal ao ministério de D. José I e as suas reformas. Tudo isso é verdade. Porém, não é menor verdade que a sua especificidade maior reside na junção de aspectos que lhe são únicos, como o perfil administrativo do marquês do Lavradio, o seu senso de responsabilidade, a sua insistência na promoção da agricultura e a sua aposta na Academia Fluviense; e as aspirações sociais dos Paiva, que procuraram sua ascensão estabelecendo ligações com o poder, através do marquês do Lavradio e do marquês de Angeja, principalmente, propondo maneiras de servir a esse poder por meio daquilo em que eram mais capacitados, sugerindo a criação de uma Academia Científica em espaço colonial para a produção de conhecimentos úteis.

---

[243] Vera Regina Beltrão Marques. *Natureza em Boiões: medicinas e boticários no Brasil Setecentista.* Campinas: Ed. Unicamp, 1999. pp.159-172.

2.2 **Os estatutos da Academia Fluviense**

Diferente do que geralmente acontecia nas iniciativas acadêmicas em território americano, que por sua efemeridade, prescindiram da elaboração de regras bem definidas de funcionamento, tanto a Academia Brasílica dos Renascidos, de 1759, quanto a Academia Fluviense redigiram estatutos em observação aos quais pretendiam funcionar.

Para o caso da associação soteropolitana, Íris Kantor indicou que levou cerca de um mês e meio, desde a inauguração oficial, para que os acadêmicos aprovassem, por pluralidade de votos, a primeira versão de seus regulamentos. Porém, a dois de junho, quatro dias antes do cerimonial de abertura, uma "junta particular", reunida na casa do seu diretor, ao mesmo tempo que teria cuidado do acerto protocolar, já havia estabelecido alguns pontos principais do funcionamento da academia: que os cargos seriam definidos por pluralidade de votos e que o escrutínio seria oculto, além da eleição de –José Mascarenhas para o cargo de diretor perpétuo por aclamação pública. Mesmo que a inspiração maior dos Renascidos tenha sido a Real Academia de História Portuguesa, seu sistema regulatório diferenciou-se do operado na academia metropolitana, onde o cargo de diretor-presidente se alternava juntamente com os quatro censores, eleitos anualmente, sendo permanente apenas o cargo de secretário.[244]

No tocante à Academia Fluviense, é comum encontrar-se na documentação menção ao fato de ter sido esta "novamente erigida a 18 de fevereiro de 1772", indicando que ocorrera uma anterior tentativa de estabelecimento da academia. A informação que Manoel Joaquim Henriques de Paiva traz no artigo de 1814, afirmando que a associação foi instituída graças à sugestão feita por José Henrique Ferreira em dezembro de 1771 ao vice-rei, explica, de certa forma, essa primeira fundação. Deste modo, pode-se deduzir que, pelo menos de dezembro a fevereiro, José Henriques e sua família já haviam começado a estruturar a Academia, a pensar nas regras pelas quais devia ser regida e a arregimentar os prováveis membros.

Por isso, no dia da primeira sessão pública da Academia Fluviense, os estatutos já haviam sido aprovados e foram então lidos por Luiz Borges Salgado, secretário da Academia, na presença de todos, logo após as orações proferidas por cada um dos diretores: O Dr. José Henriques Ferreira recitou uma "eloquente e erudita" oração sublinhando os propósitos de

---

[244] Íris Kantor. *Esquecidos e Renascidos: Historiografia acadêmica luso-brasileira (1724-1759)*. São Paulo: HUCITEC, 2004. *op.cit*., p.107.

Academia e a sua utilidade, bem como apontando a insuficiência na formação de cirurgiões e boticários; o cirurgião Maurício da Costa apresentou uma dissertação sobre a arte da cirurgia e sobre a importância dos estudos de anatomia; o boticário aprovado António Ribeiro de Paiva ofertou um discurso botânico, parte do qual, transcrito nesse capítulo,[245] onde foi narrada uma breve história dessa disciplina, a utilidade do seu estudo, e realizada uma crítica à ausência de compêndios em vernáculo a este respeito, o que dificultava a compreensão pelos que aprendiam a arte e mesmo aos mestres que não liam bem em latim, o que ajudava a compor o quadro prejudicial apontado no trecho analisado anteriormente. O diretor de Física, Química, Agricultura e Farmácia, Manoel Joaquim Henriques de Paiva, também discursou acerca destas ciências e de sua importância, mas principalmente fazendo um elogio da última, no qual também teceu comentários sobre a má formação teórica e prática dos que viviam desse ofício.[246]

Em sua dissertação, Paulo César dos Reis afirma, no entanto, que o projeto da Academia Fluviense já vinha sendo idealizado pelos Paiva desde sua chegada ao Brasil, no início da década de 1760, quando Lavradio assumira o governo da Bahia. Sem a necessidade de questionar essa suposição, surge a natural pergunta do por quê da demora na execução de um projeto tão útil. A resposta mais segura que se pode dar é que apenas no cargo de vice-rei o marquês do Lavradio dispôs de condições materiais e políticas para amparar e apoiar a audaciosa empresa.

Apesar da muitas "peias" com que um vice-rei tinha que se haver, conforme disse Varnhagen sobre as limitações do cargo frente às prerrogativas dos capitães-mores e governadores,[247] uma jurisdição sobre todo Brasil levava Lavradio a pensar amplamente, sobre propostas de alcance e impacto maiores, como acabou sendo o mecanismo de fomento agrário e a Academia Fluviense, a qual, ainda que estivesse no Rio de Janeiro, contemplava a entrada de membros de outras capitanias, desde que colaborassem com o envio de espécimes dos três reinos da natureza suas descrições. Embora tenha sido apontada a pouca sensibilidade da metrópole com relação aos intentos do vice-rei e de seus protegidos, isso só foi se

---

[245] Ver páginas 4 e 5.

[246] Augusto da Silva Carvalho. As academias científicas do Brasil do século XVIII. *Separata das memórias Academia de Ciências de Lisboa*. Tomo II. Lisboa, 1939. p 9. Ver também: Manoel Joaquim Henriques de Paiva. Sumário da História do descobrimento da cochonilha no Brasil (...). *op.cit.* p.4.

[247] Varnhagen, *op.cit*, p.250.

configurando e verificando à medida que o tempo passava e a guerra da fronteira sul ia atingindo seu ponto máximo, frustrando as expectativas iniciais.

Imaginava-se que uma empresa tão bem planejada e com propósitos e argumentos tão convincentes e oportunos, fosse acolhida com euforia por Pombal, já que dizia respeito ao incremento econômico colonial e, em última análise, à recuperação econômica do Reino. O fato do ministro de D. José I ter sido nomeado patrono da Academia Fluviense revela muito sobre isso.

Os concisos Estatutos da Academia eram, por assim dizer, um reflexo do pragmatismo e objetividade de seus propósitos, e versavam sobre questões de organização, divisão de tarefas e responsabilidades, rotina das seções e procedimentos dos acadêmicos, tanto no tocante aos critérios de estilo e conteúdo das matérias propostas, quanto à civilidade para com os demais acadêmicos, cabendo, na inobservância ou inadequação a estas regras, atos de censura.

Já no primeiro ponto ficava patente que o longo nome oficial da Academia se dava pela delimitação do tipo de indivíduos que eram necessários para que o empreendimento lograsse êxito nas suas pretensões utilitárias. Ou seja, determinar que a Academia seria composta principalmente por "professores de medicina, cirurgia, farmácia" era também dizer que não se tratava de um espaço para elucubrações vãs, mas sim, comprometido com a elaboração de um tipo de saber que resultasse na promoção do bem público.[248]

No degrau mais alto da Academia estava José Henriques Ferreira, que ao que tudo indica, foi o único presidente durante todo o seu funcionamento, embora não haja nenhum ponto dos estatutos explicitando a perenidade de qualquer cargo. Cabia a ele o voto decisivo, além do ordinário, em questões e resoluções que fossem levadas a pleito.

Logo abaixo do presidente, estavam os diretores seccionais, de medicina, farmácia, História Natural e cirurgia, que dividiam com o presidente a responsabilidade de comandar o andamento e os pontos tratados durante os encontros semanais. Os estatutos falavam apenas em uma sessão a ser realizada às segundas-feiras, mas no mesmo texto onde se encontram transcritos os estatutos, Augusto da Silva Carvalho aponta que ocorriam duas reuniões por semana, quintas-feiras, provavelmente no palácio dos vice-reis, e sábados no horto botânico

---

[248] *Estatutos da Academia Fluviense Médica, Cirúrgica, Botânica e Farmacêutica novamente erigida nacidade do Rio de Janeiro a qual se deu princípio no dia 18 de fevereiro de 1772*. In: Augusto da Silva Carvalho. "As academias científicas do Brasil do século XVIII". *Separata das memórias Academia de Ciências de Lisboa*. Tomo II. Lisboa, 1939. p.8.

que a Academia estabelecera para os estudos práticos, na cerca do complexo dos Jesuítas, no morro do castelo, que à época servia de hospital militar. O acadêmico *coletor* encarregado da manutenção do horto botânico e da coleta de espécimes para estudo era o tenente de artilharia e agricultor prático, António José Castrioto.[249]

Para o caso de vacância de algum dos cargos, estava prevista a substituição mediante escrutínio secreto, o que significava que qualquer acadêmico estava apto a se candidatar aos cargos, se fosse o caso. Isso pode ser indicativo de que a hierarquia da Academia era apenas funcional, e que os membros se consideravam iguais em dignidade e importância, com exceção apenas para as prerrogativas que condição nobre do vice-rei lhe conferia; de maneira que a opção pelo voto secreto vinha como uma garantia de respeito à liberdade opinativa.

Entretanto, nada se sabe a respeito da substituição, ou não, de Manoel Joaquim Henriques de Paiva do cargo de diretor da seção de Farmácia, quando este, ainda em 1772, partiu para estudar medicina em Portugal. Embora seja possível argumentar que, mesmo do outro lado do atlântico, o jovem manteve o seu vínculo com a Academia, até porque seu pai e irmão continuavam a integrá-la, como a correspondência de José Henriques a Ribeiro Sanches indica ("a nossa Academia poderia ter sido útil se de Portugal quisessem promovê-la; mas até agora não tem vindo nada do que a meu irmão se tem lá prometido"). Ainda assim, a responsabilidade semanal com os encontros da Academia exigia, segundo consta nos estatutos, a presença física dos seus diretores. Por isso, ou o cargo fora preenchido por outro associado de quem não se tem notícia, ou algum outro diretor acumulara os dois cargos, o que podia ser indicativo do rápido arrefecimento do vigor da Academia.

Além dos cargos de presidente, diretor e coletor, os estatutos previam também a existência de outros, como o de *desenhador*, tarefa extremamente importante para prática da História Natural; porque, tendo a Academia ligações com outras capitanias e mesmo outros países, era esperado que os sócios correspondentes enviassem materiais vivos ou herborizados para serem classificados, embora houvesse uma recomendação para o envio preferencial de espécimes em *cascões com terra*. Cabia ao acadêmico *desenhador* registrar o fenótipo do espécime com a vivacidade de quando estava na natureza. Ao que tudo indica, o único a ocupar tal cargo foi o velho pintor florentino João Francisco Muzi, que depois de residir mais de dezoito anos em Lisboa, lá se naturalizou a 1 de março de 1721. João Francisco era pai do

[249] Idem, *Ibidem*, p.8.

médico Gonsalo José Muzi, também membro da Academia Fluviense.[250]

Já o acadêmico *informante* ficava com o encargo da pesquisa e da atualização bibliográfica, adquirindo "notícias de todos os autores assim antigos como modernos". Por isso, não eram poucas as exigências que se faziam para ocupar este cargo, pois o acadêmico deveria ser versado "nas línguas latina, castelhana, francesa, italiana e inglesa", com também *professor ou curioso de algumas belas letras*. As escassas informações sobre o erudito que ocupou esse cargo apontam para o bacharel fluminense Thomé Joaquim Gonzaga Neves, à época da fundação com trinta e quatro anos de idade. Sabe-se que foi poeta e tradutor de poemas italianos.[251]

Ainda que a Academia fosse um lugar para a discussão de ideias e propostas, tudo obedecia a um tipo de ordenamento, ou etiqueta, que conferia primazia ao texto escrito em todas as situações. Para a sua apresentação, as dissertações passavam pelo crivo dos deputados censores, sobre os quais não consta nada específico nos estatutos além da sua função, que era a de verificar a adequação do estilo, o rigor do método e a utilidade do conteúdo. Caso os trabalhos não contemplassem os quesitos necessários, os autores eram "obrigados a satisfazê-los e emendá-los, sob pena de se lha não aceitar a matéria por absoluta". Alguém que quisesse tecer algum comentário ou questionar alguma matéria proposta, também deveria fazê-lo textualmente, sendo vetada a disputa oral.

Sendo uma Academia composta, segundo consta nos estatutos, por "professores sábios",[252] os estatutos asseguravam um lugar especial ao autor, por meio da valorização do mérito intelectual como critério para imputação de honradez, já que o critério de sangue não cabia a nenhum dos acadêmicos, principalmente aos Paiva, cuja origem era judaica. Segundo Guilherme Pereira da Neves, todos os homens de letras do século XVIII, independente de seu perfil, a serviço do Estado ou não, se beneficiaram do espaço social conquistado pelo grupo dos *philosophes* da Ilustração perante a sociedade, a qual lhe passou a reconhecer algumas funções e conferir um determinado tipo de prestígio, que servia de substituto para aqueles que não dispunham de outros meios.[253] Esse reconhecimento e distinção conferidos a *gens de*

---

[250] Estatutos..., *op.cit.* p.9.

[251] Idem, *Ibidem*.

[252] Embora não haja nada nos estatutos a respeito dos procedimentos para a escolha dos acadêmicos.

[253] Guilherme Pereira da Neves. *O Seminário de Olinda: educação, cultura e política nos Tempos Modernos*. Dissertação de

lettres é capaz de explicar a importância que os Estatutos davam à comunicação escrita, como mencionado acima, pois dominar tais códigos, ser não apenas alfabetizado, mas letrado, era a condição primordial para o ingresso na república das letras.[254]

No trecho a seguir, além da valorização do mérito, a relação entre eficácia e eficiência é ressaltada, já que esta, por sua vez, se ligava à perspectiva utilitária do conhecimento, pois mais útil, era aquele que conseguisse ser eficaz, isto é, alcançasse o resultado esperado, com o máximo de eficiência, o que não significava, em absoluto, abrir mão da investigação cuidadosa, a qual requeria tempo e reflexão:

> Nas matérias que não dependem de pura meditação, mas sim de praxe e observação, e análise, se não limitará tempo ou apressará o acadêmico, porque à aceleração nada conclui perfeito, mas aquele que mais breve concluir, é der mais eficaz argumento do seu trabalho, será deputado por mais digno do prêmio e do louvor.[255]

Além das questões de organização, das regras de convívio e dos procedimentos acadêmicos, os estatutos também tinham uma grande preocupação quanto ao processo de aquisição do conhecimento. Ao opor "pura meditação" e "praxe e observação", estava-se a sublinhar as diferenças entre os dois principais métodos da ciência moderna, o matemático-dedutivo, de matriz galileana e cartesiana, e o experimental-indutivo, preconizado por Francis Bacon.[256] Contudo, o convívio das duas vertentes, sem qualquer alusão à preferência prévia de uma pela outra, antes, porém, ressaltando a sua livre escolha de acordo com o que melhor conviesse à natureza do objeto estudado, aponta para a perspectiva eclética do conhecimento, conforme foi analisado no capítulo I do presente trabalho.

Vale lembrar, como informa João Luis Lisboa, que, embora a discussão sobre o caráter da ciência em Portugal no final do século XVIII a diferencie das "artes" por a primeira consistir em "exercícios teóricos" e a última constituir uma série de regras específicas destinadas a fazer alguma coisa, ou seja, ser mais prática, ainda existia muita indefinição no uso de uma ou de outra noção. Desse modo, a ênfase no caráter teórico não significava que a

---

Mestrado apresentada ao PPGH da UFF. Niterói, 1984, p.76.

[254] Idem, *Ibidem*, p.60.

[255] Estatutos..., *op.cit*. p9.

[256] Paolo Rossi, *Francis Bacon: Da magia à ciência*. Tradução Aurora Fornoni Bernardini. Londrina: Eduel; Curitiba: Editora da UFPR, 2006. p.62.

ciência se baseava exclusivamente em métodos dedutivos, mas sim, que a noção de experiência já estava incorporada ao processo de aquisição de uma verdade teórica.[257]

Ademais, era bem comum, nesse período, a contraposição algo mecânica entre o saber advindo da experiência e o "espírito de Sistema", entendido como uma antecipação teórica fechada à qual os dados empíricos deveriam se adequar. E em relação às ciências naturais, naquelas que pelo seu caráter mais indutivo formavam o núcleo dinâmico do saber setecentista, isso era particularmente recorrente. Contudo, mesmo que se possa apontar a importância daqueles que procuraram questionar a superioridade da empiria, que, sem cair nos comentários peripatéticos, adaptaram antigas categorias aristotélicas para conferir maior estruturação lógica ao conhecimento científico,[258] e mesmo que a atividade experimental de fato ainda fosse bastante limitada em Portugal; pelo menos, ao nível do discurso, o peso dado à experiência e ao método indutivo constituíam já um ponto assente.[259]

Assim, os estatutos da Academia Fluviense operavam de forma muito curiosa, pois ao mesmo tempo em que guardavam um lugar reservado para a "pura meditação", em que entrava o método dos "lógicos e geômetras", de outro lado, havia uma clara advertência no sentido de não se extrapolar àquilo que natureza dos objetos fornecia à observação judiciosa. Essa advertência estava embasada na crença de que o conhecimento da natureza é necessariamente benéfico ao homem e o seu desvelamento progressivo concorria tanto para a evolução do espírito, como principalmente para a prosperidade material. Dessa forma, segundo João Luiz Lisboa, desenvolver um trabalho científico era o mesmo que dar, ao público, acesso a essa natureza e suas possibilidades:

> Quando o acadêmico tiver historiado, observado, anotado e recolhido um número de observações históricas etc., pelo modo a que os lógicos e geômetras chamam análise, não deduzirá outras consequências, que aquelas que naturalmente se seguirem, para cujo fim as irá escrevendo e registrando do seu princípio.
> Quando a matéria físico-médica, de que se trata, for escondida pela natureza e não puder ser penetrada das nossas observações, se não se meta a adivinhar afirmando, ou negando ao seu arbítrio mas se deixe e declare como questão, e se encomende aos futuros para que com o tempo que vai correndo, descubram o que sobre ela considerem.[260]

Não é demais lembrar que o termo *observações históricas* utilizado nos estatutos, não

---

[257] João Luís Lisboa. *Ciência e Política: Ler nos finais do Antigo Regime*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação científica/ Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991, p.92.
[258] Como fora o caso de João Batista do Oratório e Silvestre Pinheiro Ferreira. Idem, *Ibidem*, pp.94-96.
[259] Idem, *Ibidem*, p.96.
[260] Estatutos..., *op.cit.* p.9.

quer dizer que a História Natural desse período realmente nutria um grande interesse pela temporalidade, ainda que para as descrições pudesse eventualmente se recorrer a trabalhos de autores anteriores. Como afirmou Phillip Sloan, o termo se refere ao ordenamento da própria Natureza que cabia à observação sistematizada alcançar, colecionar e interpretar. Essa apreensão proveio da fusão entre uma concepção clássica que via na História Natural apenas a coleção de relatos acerca dos objetos naturais, com as exigências críticas e indutivas de Francis Bacon. Tal significado da História Natural gerou a forte e dominante tradição do século XVII, que teve uma fundamental importância para a obra de Lineu, no século seguinte.[261] E era justamente o naturalista sueco uma das maiores referências científicas da Academia Fluviense. Sua obra *Systema Naturae* é a base de classificação encontrada nos trabalhos de História Natural elaborados por José Henriques Ferreira.[262]

---

[261] Phillip R. Sloan. Historia Natural, 1670-1802. In: R. Olby; G.N. Cantor; J.R.R. Christie & M.J.S. Hodge (Ed). *Companion to the History of modern Science*. London and New YorK: Routledge, 1996. p.41-44.

[262] Como é o caso do manuscrito *Dissertação sobre a cochonilha*, *op.cit*.; e da 'Memória sobre a guaxima', publicada nas *Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, tomo I, 1790.

3 **JOSÉ HENRIQUES FERREIRA E MANOEL JOAQUIM HENRIQUES DE PAIVA**

3.1 **Trajetórias de vida**

3.1.1 José Henriques Ferreira

José Henriques Ferreira nasceu na vila portuguesa de Castelo Branco a 31 de agosto de 1740. Apesar de todos os registros apontarem a ausência do sobrenome, era filho legítimo de António Ribeiro de Paiva, boticário daquela localidade, e de Isabel Aires Henriques.[263]

Concluiu os cursos de filosofia e medicina na Universidade de Coimbra em 1762, portanto, dez anos antes da reforma dos estatutos que pretenderam dar à antiga instituição uma feição mais adequada aos movimentos do século e às necessidades de Portugal.[264] Isso não impediu que José Henriques, juntamente com seu irmão Manoel Joaquim, fossem representantes de uma medicina afeita ao espírito científico da época, intimamente ligada aos avanços da botânica, mas que confiava em seus próprios progressos, e que se opunha a uma outra prática médica que operava por composições secretas e pela rotina.[265]

Depois de formado, retornou a Castelo Branco e estabeleceu-se como clínico, sem se demorar muito por lá. Meses depois se mudou para Lisboa, onde concorreu a uma vaga de médico no Hospital Real de Nossa Senhora dos Prazeres da Luz, não obtendo o êxito, que segundo Augusto da Silva Carvalho, lhe era merecido. Não tardou para que o médico recém-formado caísse nas graças do Marquês do Lavradio, o acompanhando quando o fidalgo fora nomeado governador da Bahia, em 1763. Ali atuou como comissário do Físico-mor do Reino e como médico do presídio, além de ser o clínico do seu protetor.[266]

Quando Lavradio assumiu o vice-reino do Estado do Brasil, José Henriques foi consigo para a nova capital da colônia, o Rio de Janeiro, onde atuou na Santa Casa da

---

[263] Augusto da Silva Carvalho. As academias científicas do Brasil do século XVIII. *Separata das memórias Academia de Ciências de Lisboa*. Tomo II. Lisboa, 1939. p.15.
[264] Idem, *Ibidem*.
[265] João Luís Lisboa, Ciência e política. Lisboa. Imprensa Nacional, 1991. pp.118-119.
[266] Augusto da Silva Carvalho, *op.cit.* p.16.

Misericórdia e no Hospital Real, mostrando seus talentos não apenas como médico, mas também como administrador, regularizando as contas e reduzindo em dois anos a despesa da instituição em mais de oitenta por cento. Além destes cargos, obteve ainda o de médico da Câmara e da Saúde, dando instruções para o estabelecimento de um Hospital Militar, o qual passou a funcionar no antigo complexo dos Jesuítas. Consta que nessa instituição atendeu a mais de 25 mil doentes.[267]

Em dezembro de 1771, José Henriques deu sugestão ao vice-rei para a fundação da Academia Fluviense e foi dela seu presidente até sua extinção em 1779, data que coincide com o fim da gestão de Lavradio no vice-reinado, retornando a Lisboa com sua família. José Henriques era casado com Maria Isabel Gonzaga e com ela teve sete filhos, todos ainda menores de idade quando do seu falecimento a 19 de setembro de 1780. José Henriques Ferreira foi sepultado na Igreja da Madalena, bem próximo à sua residência, que se situava na rua de mesma denominação.

Além de presidente da associação do Rio de Janeiro, José Henriques foi também sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, e sócio correspondente das Academias de Medicina de Madri e da de Ciências da Suécia. No entanto, para alguém com as suas "luzes", José Henriques deixou uma obra pouco numerosa, mas muito significativa, a julgar pelos esforços de seu irmão mais novo, Manoel Joaquim Henriques de Paiva, em publicá-la, mesmo passados muitos anos de sua morte.[268] O livro *Discurso crítico, em que se mostra o dano que tem feito aos doentes e aos progressos da medicina em todos os tempos os remédios de segredo e composições ocultas, não só por charlatães e vagabundos, mas também pelos médicos que os têm imitado* foi publicado em Lisboa, no ano de 1785, pela Oficina de Filipe da Silva Azevedo. Obteve alguma repercussão, pois a sua foi venda noticiada pela gazeta de Madri a 24 de março de 1786:

> Discurso crítico en -el qual se manifesta el daño que han hecho à los enfermos y al progresso de la medicina en todos los tiempos La introduccion y uso de remédios secretos e composiciones simuladas, no solo por los charlatanes y vagabundos, sino por los médicos que los han seguido escrito en portugues por Joseph Henriquez Ferreyra, de varias Academias, traducido D.A.C. Se Hallará em La libreria de Esparza puerta del sol, y de Herrera Carrera de San Gerónimo.[269]

---

[267] Idem. *Ibidem.*

[268] Innocencio Francisco da Silva. *Dicionário Bibliográfico Português*. v. IV. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858, p.367.

[269] *Gazeta de Madri*, 24 de março de 1786, p.204. Disponível em www.boe.es/diario_boe. (Acesso em 14/12/2011).

Foi também graças a Manoel Joaquim Henriques de Paiva que a Academia Real das Ciências de Lisboa, da qual José Henriques participou por pouco tempo, publicou, em 1790, no tomo primeiro das suas Memórias econômicas, a obra "*Memória sobre a guaxima"*, na qual José Henriques Ferreira defende a fabricação do linho feito de fibras de Guaxima como opção para a produção de cordas.[270]

Décadas depois, já em 1814, foi publicado na corte do Rio de Janeiro, no jornal O Patriota, um artigo intitulado "Sumário da História sobre o descobrimento da cochonilha no Brasil e das observações que sobre ela fez o Dr. José Henriques Ferreira, médico do vice-rei, o Marques do Lavradio".[271] O artigo tinha por base um cuidadoso estudo da década de 1770, conservado manuscrito desde então, produzido no âmbito da Academia Fluviense e que fora dedicado pelo seu autor ao marquês de Angeja, com quem o protetor da Academia, o vice-rei, mantinha contatos em Lisboa.[272] Coube a Manoel Joaquim a realização desse resumo, acrescido de notas suas, bem como a publicação.

3.1.2 Manoel Joaquim Henriques de Paiva

Filho mais jovem de António Ribeiro de Paiva e de Isabel Aires Henriques, Manoel Joaquim Henriques de Paiva nasceu em Castelo Branco a 23 de dezembro de 1752, quando José Henriques Ferreira já contava com 12 anos de idade. Com o pai e seu irmão mais velho obteve os primeiros ensinamentos sobre Farmácia, Química e História Natural.

Em 1770, aproximadamente um ano após a chegada da família ao Rio de Janeiro, período em que estava estudando Botânica com Frei José Mariano Conceição Veloso (1742-

---

[270] Jose Henriques Ferreira. Memória sobre a Guaxima. In: *Memórias econômicas da Real Academia das ciências de Lisboa. Tomo I.* Lisboa (1790). Disponível em http://books.google.com.br (acesso em 19/12/2011).

[271] Sumário da História sobre o descobrimento da cochonilha no Brasil e das observações que sobre ela fez o Dr. José Henriques Ferreira, médico do vice-rei, o Marques do Lavradio. In: *O Patriota.* Rio de Janeiro, n.1, 1814. pp. 3-13.

[272] Arquivo Nacional do Rio de Janeiro– Fundo marquês do Lavradio: RD 41. José Henriques Ferreira. *Dissertação sobre a Cochonilha: História do seu descobrimento na América Portuguesa. Escrita por José Henriques Ferreira, Médico pela Universidade de Coimbra e sócio da academia de Suécia etc etc Oferecida ao Ilmo. e Exmo. Senhor Marquez de Angeja (...)* (1776). No Arquivo Nacional da Torre do Tombo existe uma cópia dessa obra, manuscrita in quarto, com 41 folhas, com título semelhante. Provavelmente foi a cópia enviada ao marquês de Angeja.

1811), Manoel Joaquim foi examinado pelos boticários João Pereira da Silva, Domingos António de Sousa e Damião Cosme da Costa perante o comissário do físico-mor do Reino, seu próprio irmão, obtendo carta de boticário em 16 de junho, portanto, antes de completar 18 anos.[273] Frei Veloso classificou com o apelido de *Paiva* uma planta descrita em sua obra *Flora Fluminense*. O pendor científico e o talento do jovem farmacêutico eram reconhecidos por todos, de forma que quando se fundou a Academia Fluviense, em 1772, Manoel Joaquim foi chamado a ser um dos seus diretores. Entretanto, não se demorou no Brasil, matriculando-se na Universidade de Coimbra em setembro do mesmo ano.

Desde o primeiro ano do curso, trabalhou sem vencimentos como demonstrador de Química e História Natural, disciplina cujo catedrático era ninguém menos do que Domingos Vandelli, na promessa de que viria a ocupar oficialmente o cargo, do qual desistiu após longas e infrutíferas negociações, em 1776.[274]

Formou-se em 1781, dadas as perseguições e dificuldades que o Santo Ofício lhe impôs, graças à condição cristã-nova de sua família.[275] Em 1779, foi classificado como "libertino", homem de má reputação, de ideias avançadas, e leitor de obras proibidas, a exemplo da obra *Emílio* ou *Da Educação*, de Rousseau.[276] Apesar de ainda não estar formado, existem informações de que já clinicava em Caparica antes disso, por volta de 1777-1778.[277] Durante esse período, presidiu uma associação com finalidades científicas, conhecida como "Sociedade dos mancebos patriotas" ou de "Sociedade de celas", cujo nome era uma referência ao bairro onde ocorriam as reuniões da Sociedade, o de Celas, próximo à Universidade. Para essa sociedade escreveu, no idioma latino, *Elementos de Química*, posteriormente traduzido, e *Lições elementares da tinturaria das lãs*.[278]

Depois de diplomado, o Dr. Henriques de Paiva montou residência no bairro de Santa

---

[273] Carvalho, *op.cit.*, p.20.

[274] Bella Herson. *Cristãos-novos e seus descendentes na medicina brasileira (1500-1850)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. p.203.

[275] Idem, *Ibidem*, p.203.

[276] Maria Renilda Nery Barreto. Entre Portugal e Brasil. *A trajetória de Manuel Joaquim Henriques de Paiva e a divulgação da ciência médica (1752-1829)*. In: 5º Colóquio do Polo de Pesquisas sobre relações luso-brasileiras (PPRLB): O Atlântico como ponte: a Europa e o Espaço lusófono – II. Real Gabinete Português de Leitura , setembro de 2010. Disponível em http://rgplgead.bibliopolis.info/GeADOPAC/#/SearchAdv (acesso em 10/12/2010).

[277] Carvalho, *op.cit*. p.21.

[278] Idem, *Ibidem.* p.22.

Maria de Belém, em Lisboa, instalando seu consultório à rua dos Sapateiros, próximo ao Arco da Bandeira, no centro da cidade. Foi também médico da Marquesa de Alorna, sendo que neste período traduziu e divulgou um grande número de obras estrangeiras sobre medicina, farmácia e agricultura, o que, aliás, corresponde a grande parte do seu legado escrito, cujas dimensões permitem-no considerar como um dos maiores vulgarizadores do seu tempo em matéria científica.[279]

Além da Academia Fluviense e da Sociedade de Celas, Henriques de Paiva associou-se a outras instituições científicas, tanto em Portugal como no estrangeiro, como a Academia de Ciências de Estocolmo; a de Medicina de Madrid e a Sociedade Econômica de Harlem. Na Academia Real de Ciências de Lisboa foi nomeado sócio correspondente. Desta agremiação decidiu se afastar em 1787, instigado por atitudes que interpretou como desconsiderações a seu respeito, praticadas por esta corporação. Nesse período já era sócio supranumerário.[280]

Durante várias décadas, Henriques de Paiva relacionou-se com algumas das figuras mais importantes em seu país, como o insigne inspetor de polícia, Diogo Inácio de Pina Manique, que o nomeou professor de Farmácia da Casa Pia e Diretor do seu dispensatório farmacêutico.[281] Além desses, Henriques de Paiva obteve outros muitos cargos e honrarias ao longo da vida, como as de Fidalgo da Casa Real e de médico da Câmara Real (1793). Pela portaria de 2 de Julho de 1800 da Real Junta da Fazenda da Marinha foi encarregado da total administração do armazém e boticas da marinha real e da direção dos medicamentos. Conseguiu o título de Cavaleiro da Ordem de Cristo em 1802 e a nomeação para deputado da Real Junta do Protomedicato (1803). Foi também Sensor Régio da mesa do Desembargo do Paço e lente na faculdade de filosofia da Universidade de Coimbra, com exercício da cadeira de Farmácia (1805).[282]

No período em que ficou à frente do periódico Jornal Enciclopédico Dedicado à Rainha Nossa Senhora para a instrução geral, com a notícia dos novos descobrimentos e artes (1788-1792) editou trabalhos científicos de vários colaboradores, continuou traduzindo as obras mais recentes que surgiam pela Europa, bem como publicou outras tantas obras suas,

---

[279] Maria Renilda Nery Barreto. *Instituições, médicos e populações enfermas em Salvador e Lisboa (1808–1851)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, 2005. p. 36.

[280] Innocencio Francisco da Silva. Dicionário Bibliográfico português. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858. p.12.

[281] Carvalho, *op.cit*. p.23.

[282] Innocencio Francisco da Silva, *op.cit*. v.VI, p.12.

algumas não assinadas. Durante a fase de pesquisa do presente trabalho foi possível o acesso a alguns dos artigos publicados no periódico, que foram reproduzidos em uma obra recente sobre o *Jornal Enciclopédico.*[283] Os artigos encontrados foram: "Memória do descobrimento da Ichtyocolla vulgarmente conhecida como Colla, goma ou grude de peixe, da sua natureza e preparação", proveniente da seção de História Natural, Física e Química da edição de setembro de 1788; "Máximas gerais sobre agricultura, Indústria e comércio", que consta na seção de Economia civil e rústica da edição de janeiro de 1789; e "Da dependência que tem a agricultura, e as artes, ou indústria, da História Natural, da Física, da Química, e até da medicina", também parte da seção de economia civil e rústica, mas da edição de março de 1789. Convém lembrar, que esses artigos também foram publicados em uma coleção denominada *Memórias de História Natural, de Química, de Agricultura, Artes e Medicina*, pela Academia Real das Ciências de Lisboa, em 1790.

Da sua copiosíssima bibliografia de polígrafo erudito, cuja lista mais completa pode ser encontrada no *Dicionário Bibliográfico* de Innocêncio Francisco da Silva (1858),[284] além dos artigos citados, foram encontrados, em arquivos do Brasil, um exemplar da sua *Farmacopéa Lisbonense*, de 1785,[285] e um de seu *Curso de Medicina Teórica e Prática*, de 1792.[286] Contudo, devido à escassez de tempo, a análise pormenorizada dessas obras ficará para um trabalho posterior.

Entretanto, nem a sua longa ligação com o poder, nem o seu prestígio como médico e homem das luzes evitaram que ele fosse encarcerado na Trafaria, em dezembro de 1808, por acusações de jacobinismo e, por conta disso, perdesse todas as suas honrarias e cargos. Em 24 de março de 1809, foi condenado ao degredo no Brasil e instalou-se na cidade da Bahia, lá

---

[283] Fernando Egídio Reis. *Felicidade, utilidade e instrução: A divulgação científica no Jornal enciclopédico dedicado à rainha 1779; 1788-93*; 1806. Porto. Editora Porto, 2005. Augusto da Silva Carvalho faz menção a outros artigos publicados por Henriques de Paiva no periódico, com os quais não houve contato: "*Observações sobre o uso dos pessarios esféricos*", que era uma tradução de trabalho de Thomas Denman; "*Observações sobre uma estranguria periódica, curada por meio do azougue*"; e "*Observações do uso de Saponaria official e do Astragalus excampus nas enfermidades venéreas*", tradução de um artigo de Jurine e Guerin. Carvalho, *op.cit.*, p.23.

[284] Inocêncio Francisco da Silva, v. VI, *op.cit.* p.12-18.

[285] Manoel Joaquim Henriques de Paiva. *Farmacopéa Lisbonense* ou *collecção dos símplices, preparações e composições mais efficazes e de maior uso*. Lisboa: Oficina de Filippe da Silva e Azevedo, 1785. Loc.: Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, coleção Silva Araújo, 4.1.4.

[286] Manoel Joaquim Henriques de Paiva. *Curso de medicina theorica e pratica, destinado para os cirurgiões que andam embarcados, ou que não estudaram nas universidades*. Lisboa: Typografia regia Silviana, 1792. Loc.: Biblioteca do Real Gabinete Português de Leitura, RGPL 41C52A.

permanecendo até a sua morte, em 1829. Não é fácil afirmar se Henriques de Paiva era realmente partidário dos ideais revolucionários franceses, dada a falta de textos de sua autoria que confirmassem esse posicionamento político.

Apesar de degredado, Manuel Joaquim Henriques de Paiva procurou, na medida do possível, dar continuidade às suas atividades em Salvador, fosse como clínico, professor, autor ou tradutor de obras científicas. Contudo, optou por adotar, daí em diante, uma vida reservada. Sabe-se que ao chegar foi recebido por um conhecido, o farmacêutico Agostinho Dias Lima, que era da mesma região que a sua. Seguramente o seu desejo de cumprir a pena em Salvador tinha fundamento no fato de que este já era um local conhecido, tendo além do referido farmacêutico, amigos e, possivelmente, familiares naquela cidade. Há quem acredite que Henriques de Paiva tenha participado de alguma sociedade secreta para discutir questões políticas ou mantido contato com outros desterrados, que se encontravam naquele momento em países como Inglaterra ou França.[287]

De qualquer forma, não há dúvidas que, conforme se passavam os anos de degredo, foram sendo construídas relações suficientes com a Corte do Rio de Janeiro, de forma que a 22 de Maio de 1816,[288] na coroação de D. João VI, foi baixado um decreto real no qual os crimes políticos do Dr. Henriques de Paiva eram considerados perdoados, estabelecendo a reintegração das honras e prerrogativas de que lhe haviam sido privadas:

> Querendo na faustíssima ocasião da minha gloriosa coroação manifestar a minha real clemência e piedade, hei por bem reintegrar a Manoel Joaquim Henriques de Paiva nas honras e prerrogativas que gozava e perdeu pela sentença de 24 de março de 1809, por que foi condenado por culpa, que lhe resultou do juízo da inconfidência.[289]

Por influência do Conde de Palma, D. Francisco de Assis Mascarenhas, Henriques de Paiva obteve permissão, em Novembro de 1819, para estabelecer um curso de Farmácia em Salvador, destinado aos alunos da Academia Médico-Cirúrgica, que havia sido fundada em 1816. A partir de maio de 1824 passou a lecionar Matéria médica e Farmácia na mesma instituição.[290]

---

[287] Maria Renilda Nery Barreto, *op.cit*. p.37.

[288] Porém, publicado apenas em 1818.

[289] Apud Carvalho, *op.cit.* p.24.

[290] Idem, *Ibidem,* p.24.

3.2 **Ciência e Natureza nas obras dos irmãos Paiva**

3.2.1 As memórias sobre a cochonilha e a guaxima: José Henriques Ferreira

3.2.1.1 A dissertação sobre a cochonilha (1776)

O manuscrito de José Henriques Ferreira intitulado *Dissertação sobre a cochonilha: História do seu descobrimento na América Portuguesa* pode ser indicado como o que melhor representa o projeto da Academia Fluviense Médica, Cirúrgica, Botânica e Farmacêutica, instituída a 18 de fevereiro de 1772 sob os auspícios do vice-rei Marquês do Lavradio. Já nas primeiras linhas fica explícita a importância de se estudar o objeto em questão:

> A cochonilha, matéria de que muito se necessita para tingir o escarlate, o carmesim, e outras muitas cores, que dela se compõem, para os panos, sedas, e pintura; He uma droga, que os espanhóis transportam do México aonde se produz com abundancia, em forma de pequenos grãos muito irregulares, chatos por uma parte, e convexos pela outra, com rugas e desigualdades de cor vermelha escura, tendendo para roxo; Com Ella fazem um gran[de] comércio por toda parte, e dele tiram grandíssima utilidade.[291]

Tratava-se, portanto, de uma tintura industrial americana cujo rentável comércio praticamente jamais saíra do controle espanhol. Em seu artigo sobre o fomento agrário da coroa portuguesa, Arno Wehling esclareceu algumas características do mercado mundial desse produto.[292]

Valendo-se do conhecimento dos nativos, os espanhóis começaram a produção em larga escala da cochonilha (*Dactylopius coccus*) ainda no século XVII, o que acabou movimentando as manufaturas têxteis na Holanda e na Inglaterra. No século seguinte, as regiões de Guaxaca, Texcala, Guatemala e Honduras foram as maiores produtoras, exportando cerca de 8 milhões de libras francesas de cochonilha, cujos preços variavam, dependendo do tipo de material (se silvestre ou refinado) entre 16 e 24 reais cada libra

---

[291] José Henriques Ferreira. *Dissertação sobre a cochonilha*..., *op.cit*., p.1.

[292] Wehling. O fomentismo português no final do século XVIII : Doutrinas, mecanismos, exemplificações. RIHGB. Rio de Janeiro, v.316, Jul-set. 1978. p.230-232.

francesa do produto. A produtividade era altíssima. Em um ano, passava de 2.400 libras por 150 varas ao quadrado, para o caso da cochonilha fina e de 1.640 libras, para a cochonilha silvestre.[293]

Não admira nem um pouco o interesse que outros países que tinham colônias na América, como franceses e portugueses, nutriam pela produção do pigmento em seus domínios, tomando por base a experiência mexicana.

No caso francês, as primeiras tentativas de produção de cochonilha na ilha de São Domingos se devem ao empreendimento do naturalista Nicolas Joseph Thiéry de Menonville (1739-1780), que fez uma viajem ao México em 1777, de forma a obter informações sobre a cochonilha. Partiu de Porto Príncipe em direção à Havana, e de lá chegou à Vera Cruz, onde conseguiu a informação de que Guaxaca era o lugar de produção da melhor cochonilha. Porém a distância era enorme, com inúmeros acidentes de relevo e dificuldades a serem superadas, fora o fato de que o transporte de material tão frágil e a vigilância das autoridades espanholas representavam desafios nas mesmas proporções.[294]

A memória que Menonville escreveu sobre esse cultivo é a base do que consta na Enciclopédia sobre o assunto. No Brasil, frei Mariano da Conceição Veloso foi quem publicou os apontamentos do naturalista francês, e o fez em duas ocasiões. Primeiro, em 1799, em uma publicação avulsa, e, no ano seguinte, na coleção "O fazendeiro do Brasil".[295]

É oportuno salientar que mesmo para os espanhóis, que dominavam este ramo, havia necessidade de aprofundar os conhecimentos a respeito da cochonilha e da sua planta hospedeira, dada a importância econômica deste produto. Sabe-se que a administração do vice-reino de Nova Espanha encomendou, em 1774, ao naturalista "criollo" José António Felix Alzate y Ramirez de Cantillana (1737-1799) um ensaio sobre o assunto. Alzate, que operava com uma concepção utilitária de ciência e era crítico de Lineu, publicou o ensaio em

---

[293] Idem, *Ibidem*. p.230.

[294] José Mariano da Conceição Veloso. *Memória sobre a criação da Urumbeba e sobre a criação da cochonilha Extraídas por M. Bertholet das observações feitas em Guaxaca por por Thiéry de Menonville, e copiada do V tomo dos anais de química debaixo dos auspícios de sua alteza real o Príncipe Regente, nosso senhor*. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1799. p.5. Disponível em: http://www.brasiliana.usp.br/bbd/bitstream/handle/1918/03894900/038949_COMPLETO.pdf (acesso em 07/01/2012).

[295] José Mariano da Conceição Veloso. *Fazendeiro do Brasil*. Lisboa, tomo II, parte III, 1800.

1777 no periódico *Gaceta de Literatura*, de sua própria responsabilidade.[296]

No artigo, Alzate criticou duramente o estado de abandono em que se encontrava essa cultura, como também, o pouco conhecimento que existia acerca da natureza e da produção de cochonilha. Foram alvo de sua pena não só os autores espanhóis – cujos erros eram perdoáveis por terem se baseado em "informes sinistros" e "por terem escrito nos séculos em que não se cultivava a História Natural" - mais principalmente os estrangeiros, chamados de meros "copistas, que enganam seus leitores". A acusação raivosa se refere, antes de qualquer outro, a Ménonville, que teria "entrado furtivamente no bispado de Guaxaca e roubado (ainda que houvesse expressado que comprou)" as plantas com cochonilha viva.[297]

Soma-se a isso, o peso das opiniões de naturalistas respeitáveis como Anton van Leeuwenhoek (1632-1723), responsabilizado por Alzate por propagar absurdos, como dizer que a cochonilha se tratava do fruto de uma árvore ou da parte posterior de uma mosca. No entender de Alzate, afirmações apressadas como essas, causaram a estagnação do conhecimento sobre o assunto, daí a sua indignação:

> *¿Se puede leer e escribir cosa más absurda? ¿No se debe estrañar que desde aquella época em que escribió Leeuwenhoek no se ha dado paso para descubrir La naturaleza de La grana? En lãs obras mui recientes no se encuentra cosa que satisfaga à La curiosidad [...] No sé qué desgracia há acompañado a La grana para que su verdadera Historia Natural permanezca abandonada, no obstante de ser un insecto tan útil, como conocido en todos los reinos políticos del orbe!*[298]

No caso Português, o primeiro relato sobre a cochonilha foi feito por um dos membros mais ilustres da academia Fluviense, o Cirurgião-Mor do Primeiro Regimento da praça do Rio de Janeiro e diretor da seção de Cirurgia da Academia, Maurício da Costa[299], que deu notícia

---

[296] Maria Rachel G. Fróes da Fonseca. *A única ciência é a pátria: o discurso científico na construção do Brasil e do México (1770-1815)*. Tese (Doutorado em História). São Paulo: USP, 1996, pp.167 e190.

[297] José António Alzate y Ramirez. Memória em que se trata del insecto grana o cochinilla, de su naturaleza y série de su vida, como también del método para propagarla y reducirla al estado em que forma uno de los ramos más útiles de comercio, escrita em 1777 por el autor desta gaceta. In: *Gaceta de Literatura de México*. México: novembro, 1793 – Janeiro, 1794. p. 248. Disponível em http://books.google.com.br/books/ucm?vid=UCM5324329663&printsec=frontcover&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false (acesso em 23/01/2012).

[298] Idem. *Ibidem*, p.249.

[299] Maurício da Costa nasceu em Lisboa e era filho de Manuel da Costa. Sabe-se que após praticar durante três anos no hospital de Todos os Santos com o cirurgião João de Sousa e estudado anatomia em 1739 com Bernardo Santucci, foi examinado na presença do Dr. Francisco Xavier Leitão, Cirurgião-mor do reino, pelos cirurgiões Estevão Galhardo e Santos de Torres e teve carta de cirurgia em 7 de abril de 1739. Foi nomeado cirurgião para assistir as tropas mandadas para fazer as medições e cartografia nos Estados do Brasil e Maranhão, em 1730. Foi para o Rio de Janeiro a 31 de

aos demais sócios da ocorrência dos insetos que são a origem do tão valorizado corante vermelho, na região do Rio Grande de São Pedro, pairando sobre algumas plantas cactáceas do gênero *Opuntia*. José Henriques Ferreira conta que

> O Cirurgião Mor do primeiro Regimento desta Praça do Rio de Janeiro Maurício da Costa, referiu em uma sessão da mesma Academia, da qual também era benemérito sócio, que viajando pelo Rio Grande de São Pedro nos tempos em que se determinou fazer a demarcação d'América Portuguesa com a Espanhola, hum espanhol com quem ia de companhia e que tinha estado no México, lhe mostrara a cochonilha sobre as plantas opúncias que havia em abundancia por todo aquele terreno em que se achavam [...] Outros cuidados e embaraços o fizeram não atender muito desta noticia, nem averiguar mais nada sobre Ella, mas nunca perdendo-a da memória, algumas vezes fizera diligência por achar a mesma cochonilha sobre as plantas, q'crescem aqui no Rio de Janeiro, mas que nunca a encontrara neles, nem das suas vizinhanças por donde tinha andado. [...] por mim, como presidente da Academia foi encarregado o dito sócio Mauricio da Costa toda a diligência para se apresentar nela. Ele a executou tão prontamente, que passados algum meses apresentou uma pequena quantidade dela, quanta foi bastante se conhecer que era a própria, a qual se entregou ao Ilmo. e Exmo. V.Rei, que a remeteu logo para a corte.[300]

José Henriques Ferreira, de posse da notícia de que a cochonilha ocorria nos domínios portugueses, lamentou que essa valiosa notícia tenha tardado tanto a chegar, ressaltando que a combinação entre "descuido e ignorância" era a causa dos portugueses não aproveitarem melhor as riquezas que os territórios americanos tão facilmente ofereciam: "Até agora se julgou, que só eles [os espanhóis] eram os possuidores deste grande tesouro, sendo disto causa, a nossa ignorância e o nosso descuido, pois nessa nossa América Portuguesa se produz em muita abundância, e se acha se não em toda, em muita parte dela".[301]

Nem mesmo o ilustrado cirurgião Costa deu, a princípio, grande importância a esta informação, já que, segundo ele, estava envolvido com seus afazeres, ainda que "nunca perdendo-a da memória". O fato é que foi preciso a iniciativa do presidente da Academia em determinar um maior cuidado com o assunto, já que o relato de Maurício da Costa "fez excitar neles [os demais sócios da Academia] o desejo de verem esta produção natural tão interessante para melhor se certificarem da sua existência". É interessante observar a presteza

---

Janeiro de 1752 saiu com a expedição mandada fazer as demarcações do sul do Brasil e também fez parte da expedição de Ferreira de Andrada às minas do Uruguai. No dia de sua inauguração da Academia Fluviense, apresentou um trabalho intitulado "*Oração sobre a utilidade das duas Artes, Cirurgia e Anatomia*", que se encontra na biblioteca Nacional de Lisboa. Manoel Joaquim Henriques de Paiva o reputava por muito sábio, tanto que escrevera sobre ele no sumário que fez da *Dissertação sobre a cochonilha*, de José Henriques Ferreira: "Este é o autor do apêndice seleto à 3ª parte da Tubalense e entre os sócios da academia se distinguiu muito, porque além de meter no dia da abertura duas orações sobre a cirurgia e a anatomia, leu em todas as sessões dissertações e apresentou na Academia muitos produtos, um dos quais é o azougue achado naquele país". Carvalho, *op.cit*. p.13.

[300] José Henriques Ferreira, *op.cit*. p.2.

[301] Idem, *Ibidem,* p.1.

do vice-rei em enviar para a corte uma amostra de cochonilha. Provavelmente isso não significasse apenas uma satisfação ao rei dos feitos da sua administração, antes, porém, uma forma de conseguir a simpatia, o amparo, e, em consequência, o apoio financeiro para dar continuidade às atividades da *Academia Fluviense*.

Outrossim, esse tipo de argumentação em que a causa do infortúnio de Portugal é atribuída ao comportamento displicente dos súditos e a solução passa necessariamente pelo apoio régio à iniciativas, como as do cultivo da cochonilha, para a qual foi mister o esforço de investigação da Academia, também aparece em outros momentos nos registros sobre a associação. Na carta do Marquês do Lavradio ao Marquês de Angeja, de 6 de março de 1772,[302] por exemplo, o vice-rei apontou o desdém dos colonos quanto às possibilidades de prosperidade material que a terra podia lhes oferecer, as quais, tanto José Henriques quanto Lavradio chamam *utilidade*:

> […] vendo eu o pouco caso que na América se fazia de suas preciosidades [...] que até os mesmos habitantes deste mesmo continente as ignoravam [...] resolvi-me a fazer um ajuntamento de médicos, cirurgiões, botânicos e farmacêuticos, e alguns curiosos [...] para se examinarem todas as cousas que puderem encontrar neste continente [...]. O Marquês de Pombal foi nomeado protetor desta Assembleia, se quiserem animar este estabelecimento como eu vou procurando fazer, parece-me que as suas utilidades serão de grandíssima consequência.[303]

No *Vocabulário português e latino* do padre Bluteau (1728), as definições de vocábulos e expressões como *útil*, *utilidade*, *utilizar* e *utilidade pública*, ainda que muito próximas e correlatas, podem ser bastante esclarecedoras. *Útil* é definida como uma "Coisa que serve, aproveita, que pode servir ou aproveitar". *Utilidade*, portanto, é apresentada uma qualidade da coisa útil, isto é, o *proveito* que a coisa proporciona ou pode proporcionar. Já a expressão *utilidade pública* é identificada com o "bem comum", ou simplesmente, "o bem". Por fim, o verbo *utilizar* aparece como a capacidade de fazer com que uma coisa seja útil.[304]

Dessa forma, quando José Henriques Ferreira e o marquês do Lavradio enfatizam a utilidade que os produtos naturais da América poderiam ter para o comércio, isto é, o proveito que poderia resultar de atividades como o cultivo da cochonilha, por exemplo, está implícita a

---

[302] Carta ao Marquês de Angeja, em 6 de março de 1772. In: Marquês do Lavradio, *op.cit*., p.96.

[303] Idem, *Ibidem.*

[304] Bluteau, *Vocabulário Português e latino*, *op.cit*, v.8, p.600. Disponível em http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/1/utilidade.

ideia de que esse proveito, essa qualidade que é capaz de *prover* a prosperidade, tem como finalidade não o bem de uma só pessoa, ou de um pequeno grupo, mas de toda a sociedade, representada pelo Estado.

Nesse sentido, falar em *utilidade* é o mesmo que falar na *utilidade pública*, ou apenas, no bem. Essa perspectiva ética, ou moral, pode ser aplicada a pessoas, coisas, atividades humanas de uma maneira geral, como também a produção de conhecimento científico. Por outro lado, para que a utilidade seja efetiva, é preciso ter olhos para "reconhecer" sua potencialidade na natureza e aplicar-lhe o devido trabalho, o que, na avaliação tanto de Lavradio quanto na de José Henriques Ferreira não parecia ser o caso dos portugueses da América.

Segundo João Luis Lisboa, as leituras e os comentários *de* e *sobre* ciência em Portugal no final do século XVIII possuíam dois invariantes: a procura do progresso da nação e a promoção do bem estar dos portugueses. No primeiro caso, estava a questão do lugar de Portugal no contexto das demais nações, principalmente em relação àquelas onde as ciências eram mais desenvolvidas. Esse fato se relacionava ao prestígio das atividades científicas, as quais eram, também, uma das causas dessa prosperidade, pois incentivar o avanço do conhecimento tinha como conseqüência o incremento das atividades produtivas e comerciais.[305]

Já o segundo invariante, está ligado à forma como os homens se relacionam com a natureza e como o seu conhecimento pode satisfazer as necessidades daqueles que compõem a nação, por isso, a necessidade de haver riqueza. Ou seja, para homens como José Henriques Ferreira, fazer e ler ciência era conseguir acesso a uma natureza cujas virtudes se revelavam pela sua capacidade técnica.[306]

Tal ideia remonta à maneira como Francis Bacon redefiniu as noções aristotélicas de natureza e arte, e os ideais de vida a elas identificados. Bacon entendia que a forma e a essência nas coisas da natureza e nas que foram transformadas pela mão do homem são de idêntico tipo. Apenas a sua causa eficiente era diversa. Ou seja, *ars est homo additus naturae* (a arte é o homem acrescido à natureza). A mais importante consequência dessa requalificação era a extinção da antiga oposição entre *técnica* e *ciência*, isto é, entre

---

[305] João Luis Lisboa, *Ciência e Política*, *op.cit*. p.98.

[306] Idem, *Ibidem*, p.98.

conhecimento prático e conhecimento racional. As artes mecânicas, de cunho mais prático, passaram a ser percebidas por Bacon como tão racionais quanto as artes liberais, mais contemplativas. Esse fato elevou em dignidade os ofícios mecânicos (tradicionalmente considerados inferiores), já que estes influíam diretamente nas condições de vida da comunidade. Deste modo, a ciência, para o Lorde Chanceler, deveria ser constituída por conhecimentos adquiridos na natureza com vistas a melhorar as condições materiais de existência dos seres humanos.[307]

Como a utilidade de um produto como a cochonilha dependia muito do domínio das suas características biológicas, bem como do processo de fabricação, logo depois que Maurício da Costa voltou ao Rio de Janeiro com as amostras, veio o desafio de estabelecer uma produção experimental no horto botânico da academia, de modo a se conhecer bem o ciclo de vida, a morfologia, e um pouco da fisiologia, tanto dos insetos quanto da planta da qual os mesmos se alimentavam, para que a produção do corante fosse otimizada. Porém, havia sérios empecilhos, como relatou José Henriques Ferreira: "A distância do lugar, e dificuldade da condução da planta em que ela pudesse chegar viva quase fizeram perder a esperança de que a pudéssemos ver propagada".[308]

Quando o sargento-mor dos dragões de Rio Grande, Francisco José da Rocha, que já havia observado a cochonilha naquela região, esteve por alguns meses no Rio de Janeiro, no comando da Fortaleza de Santa Cruz da Barra, José Henriques Ferreira teve a oportunidade de instruir-lhe sobre as utilidades daquele pequeno inseto. A ida de Rocha para a ilha de Santa Catarina, ordenada pelo vice-rei, foi acompanhada de instruções aos governadores para propagar o cultivo de cochonilha, bem como para que o próprio sargento-mor remetesse, em caixas com terra, a planta (*Opuntia cochilinifera*) com os insetos presos a ela. Ao que tudo indica, assim ele o fez.

Posteriormente, o secretário da Academia Fluviense, Luís Borges Salgado, foi incumbido de ir à Santa Catarina e ratificar as instruções para se promover o cultivo e verificar seu andamento. Como resposta, Salgado enviou mais amostras de cochonilha cuja qualidade era tão boa quanto à da que provinha do México, o que foi um estímulo à mais.

Além da aclimatação das plantas de Santa Catarina, José Henriques estava curioso

---

[307] Paolo Rossi. *Francis Bacon: da magia à ciência*. Tradução Aurora Fornoni Bernardini. Londrina: Eduel; Curitiba: Editora da UFPR, 2006. p.126-127.

[308] José Henriques Ferreira, *op.cit*. p.2.

para saber se os insetos também conseguiriam se alimentar de uma variedade desse cacto, típico de ambientes secos e solos arenosos, que ocorria abundantemente nas áreas de restinga do Rio de Janeiro, o que facilitaria bastante a sua propagação, e consequentemente, seu cultivo em escala comercial. O resultado foi excepcional:

> Mandei depois por a planta que aqui se achava natural do Rio de Janeiro, junto à outra de Santa Catarina, da qual tem alguma diferença específica, para ver se a cochonilha se passava para Ella, e corava igualmente, que na outra, não só por ser pequena e, e pouca a que tinha sido remetida da Ilha, mas também para fazer maior produção da cochonilha, se acaso pegasse nessa. Assim sucedeu: ela se passou e produziu muito mais nesta do que na outra, por cuja causa a espalhei por todas as que por aqui se acham, nas quais está propagada abundantemente, ainda que não tanto como pode ser e deve promover-se.[309]

Como a Academia tinha correspondentes em várias partes da América Portuguesa, e por ter também o apoio do vice-rei, não demorou muito para que chegassem notícias da ocorrência de cochonilha em outras regiões. O tenente-coronel José Clarque Lobo, comandante de um regimento na Bahia, alertado sobre a matéria pelo próprio presidente da Academia, mandou que se buscasse observar se a planta e o inseto existiam naquela localidade, o que de fato foi confirmado. Como José Henriques havia estado em Salvador no período em que o marquês do Lavradio ocupava o cargo de governador daquela capitania, é licito questionar por que razão o ilustrado médico nada falara sobre o assunto, mostrando o seu desconhecimento. No entanto, ele mesmo esclareceu o porquê do seu descuido:

> O pouco tempo q'eu existi na Bahia, e ter lido em Pison[310] que a cochonilha se não achava na América Portuguesa, fez que não intentasse procurá-la, e como nunca saí fora do recôncavo dela foi causa de não encontrá-la, o que poderia facilmente acontecer.[311]

Após refutar a consideração de Guilherme Piso – médico e naturalista neerlandês que esteve no Brasil durante o período da colonização batava (1637-1645) e realizou diversos estudos sobre as espécies de plantas tropicais reunidas no Jardim do Conde Maurício de

---

[309] Idem, *Ibidem*, p.2.

[310] Wilhelm Piso (1611-1678). A mando de Maurício de Nassau realizou uma expedição para o interior do Brasil, cujo resultado foi um livro, publicado em co-autoria com Georg Margraaf (1611-1644), denominado *Historia Naturalis Brasiliae, Auspicio et Beneficio ilustriss. I Mauritii Com. Nassau illius provinciae et maris summi praefecti adornata : in qua non tantum plantae et animalia, sed et indigenarum morbi, ingenia et mores describuntur et iconibus supra quingentas illustrantur*. Lugdun. Batavorum : Apud Franciscum Hackium, et Amstelodami, *apud* Lud. Elzevirium, 1648. Disponível em http://www.archive.org/details/historianaturali12piso.

[311] José Henriques Ferreira, *op.cit*., p.3.

Nassau[312] – de que a cochonilha não ocorria na América portuguesa, José Henriques Ferreira começa a mostrar a sua erudição, descrevendo as controvérsias a respeito da natureza da cochonilha e de sua geração, através das opiniões de outros naturalistas que se detiveram com o assunto. Como foi apontado anteriormente nas reclamações do naturalista José António Alzate sobre as afirmações de Leeuwenhoek,[313] existiam antigas crenças de que a cochonilha poderia se tratar de um pequeno fruto, ou até mesmo de uma excrescência animal ou vegetal, e ainda quando se assentava de que era realmente um animal, se questionava, entre tantas coisas, se seu desenvolvimento era direto ou indireto, isto é, se passava por uma metamorfose até atingir a forma adulta, que se assemelhava a uma mosca. Nenhum desses julgamentos possuía caráter definitivo:

> Mas como eu não li em nenhum dos autores destes sentimentos diversos uma observação exatamente descrita nem um processo averiguando da sua geração, que fizesse provar cada uma das observações deles, fiquei sem poder determinar sobre esse ponto, ignorando-o totalmente.[314]

Todavia, deixar essas questões em aberto poderia comprometer a racionalização da produção de cochonilha, que afinal, era o objetivo maior. Nem mesmo a organografia e a taxonomia que constavam na grande obra *Systema Naturae* (1758), do naturalista sueco Carl von Linné (1707-1778), foram suficientes a José Henriques para sanar a questão do ciclo de vida da cochonilha. Com a discussão ainda florescendo, José Henriques resolveu tirar suas dúvidas a partir de suas próprias observações:

> A lição de Lineu Sistema Naturae impresso em 1756, a respeito da cochonilha, posta por ele na ordem Hemiptera, me não dava uma ideia clara do modo da sua geração, vista a acostumada brevidade com que este grande naturalista se explica falando sumariamente na boca, abdômen, e duas azas somente nos machos.[315] Muito menos me podia ajustar com a

---

[312] Sobre a presença de Guilherme Piso no Recife holandês e as suas pesquisas no campo da História Natural conferir: Heloísa Meireles Gesteira. O Recife Holandês: História Natural e Colonização Neerlandesa (1624-1654). *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*. Rio de Janeiro, v.2, n.1,p.6-21,jan-jun de 2004.

[313] Ver página 11.

[314] José Henriques Ferreira, *op.cit*., p.3.

[315] Lineu classifica a cochonilha na ordem Hemiptera e no Gênero *Coccus*. Na nomenclatura lineana seu nome era *Coccus cacti coccinelliferi* . No sistema do grande naturalista sueco há apenas Classes, Ordens, Gêneros e Espécies, não há Famílias. Sua descrição era realmente sucinta e constava da seguinte forma: Habitat in cactis Opuntiis variis Americes. (...) Corpus depressum, tomentosum, rugis transversales, et margines lateralis dorsi utrinque duplices: Superiore breviore. Abdomen purpurascens. Os: punctum subulatum et medio pectoris. Antennae subulatae, corpus 1/3 breviores. Pedes breves, nigri. Carolus Linnaeus. *Systema Naturae per Regna Tria Naturae secundum classes, ordines, genera, species*. Impensis direct. Laurentii Salvii, 1758. p.457. Disponível em http://www.botanicus.org/title/b12066783. (Acesso em

> outra posta na Ordem Coleoptera, tão diversa da cochonilha que eu estava vendo por cujas razões determinei fazer as observações que me foram possíveis sobre este ponto para adquirir a certeza dele.[316]

É realmente impressionante o cuidado investigativo com que José Henriques trata a questão do ciclo vital da cochonilha e a firmeza com que argumenta sobre um possível equívoco na classificação de Lineu. Isso demonstra claramente como o tempo do argumento da autoridade já havia passado para homens como José Henriques, cientes de que o avanço do conhecimento se fazia através da superação dos antigos mestres, e não pela sua sacralização. Todavia, é com todo escrúpulo que o presidente da Academia Fluviense refuta o pai da taxonomia, guardando espaço para uma contra argumentação, se posicionando de uma forma modesta, pois em se tratando de História Natural, mesmo o mais experimentado dos homens pode ser induzido ao erro:

> Remetendo Francisco José da Rocha uma caixa com cochonilha da Ilha de Santa Catarina quando esta se abriu na presença do Exmo. V.Rey e outras muitas pessoas, se viram muitas moscas e cascas d'onde elas tinham saído isto me fez logo julgar que a cochonilha se transformava, e produzia do mesmo modo que os outros insetos desta natureza: nisto assentei firmemente, e assim o comuniquei a diversas pessoas. Quão fácil é o engano! Quanta cautela deve haver em julgar, e pronunciar pelo que se vê a primeira vista![317]

Dessa maneira, fica fácil de entender porque a linguagem utilizada para refutação de uma descrição de Lineu é carregada de cuidados:

> O grande Lineu a põem [a cochonilha] na ordem Hemiptera pelas azas que tem o macho, e a fêmea por falta delas, na Aptera, mas guardando todo o respeito que se deve a este grande Homem, eu não percebo como tendo todos os da ordem Hemiptera quatro azas, ele põem a cochonilha nela, sendo duas que tem o macho, como ele mesmo afirma [...] Esta mesma duvida sem [trecho ilegível] a respeito do Kermes, cujos machos como galinseto, somente tem duas azas, conforme a observação de Reaumur, que Lineu põem na mesma ordem Hemiptera, e descreve quatro azas; isto me custa muito mais a conciliar, vendo que o gênero de Coccus, e suas espécies, no qual entra a cochonilha, ele põem com duas azas na ordem Hemiptera, que é dos que tem quatro. Isto são duvidas que talvez nasçam da minha pouca inteligência, do que da inadvertência deste grande sábio, e eu estimaria ser ensinado por ele, ou outro qual quer que o possa fazer; mas parece seria justo houvesse outra ordem, ou gênero misto, no qual se pusessem os insetos, cuja transformação He de mídia, isto é, que somente os machos se transformam, e não as fêmeas [...][318]

Ou seja, ainda que José Henriques refutasse um caso específico na classificação

---

09/01/2012).

[316] José Henriques Ferreira, *op.cit*., p.8.

[317] Idem, *Ibidem*, p.8.

[318] Idem, *Ibidem*, p.9.

lineana, ele carregou a sua fala com termos laudatórios para com o estudioso sueco ("o grande Lineu"), não pondo em questão a validade de seu sistema, que considerava como "o mais completo de todos", ainda que exigisse grande erudição de quem o fosse utilizar. No entanto, a profusão de métodos na História é lamentada por José Henriques que advogava que os naturalistas entrassem em consenso com relação à metodologia, ou seja, que houvesse uma linguagem única para as ciências da vida:

> O methodo de Reaumur[319] com razão hé preferível ao de Suvamerdamio,[320] Valisnerio,[321] Lesser, e outros; o de Lineu mais completo que todos, mas a brevidade, concizão, e termos diversos, requerem uma erudição extença para se poder perceber o seu Sistema geral, e ter-se delle hum conhecimento a fundo; seria justo que todos os naturalistas conviesem e falasem por uma fraze geral, e nam amontoasem métodos a métodos. [322]

Systema Naturae foi a obra na qual Lineu estabeleceu um método definido por ele como sendo o olho o responsável por realizar "o primeiro gesto do conhecimento", uma vez que seria necessário ter visto primeiro o objeto, para depois nomeá-lo.[323] A nomenclatura que Lineu optou por estabelecer para a classificação dos seres vivos compreendia dois nomes latinos: um ligado ao gênero, outro à espécie. O seu sistema apresentava-se dividido em quatro níveis categóricos: classe, ordem, gênero e espécie. O gênero foi a pedra angular da

---

[319] René-Antoine Ferchault de Réaumur (1683-1757). Naturalista Francês. Foi membro da Academie Royale de Sciences. Tinha interesse em assuntos variados como metalurgia, temperatura e entomologia. Sobre esse último publico, em seis volumes, a obra *Mémoires pour servir à l'histoire des insects*, entre os anos de 1734 e 1742. Réaumur propôs um método que permitisse a identificação e a classificação dos insetos. Adotou principalmente critérios baseados na forma externa do corpo, mas também utilizou critérios derivados da metamorfose, do comportamento industrioso e dos hábitos dos insetos. Para Reaumur, o termo inseto abrangia uma série de outros tipos de animais como crustáceos, anfíbios e répteis. Maria Elice Brzezinski Prestes. Definição de "insetos" por René-Antoine Ferchault de Reaumur. Filosofia e História da Biologia, v.3, p.263-284, 2008. Disponível em http://www.abfhib.org/FHB/FHB-03/FHB-v03-14-Maria-Elice-Prestes.pdf. (Acesso em 10/01/2012).

[320] Jan Swammerdam (1637-1680). Foi um naturalista neerlandês pioneiro na observação e nos estudos microscópicos de plantas e animais. Mantinha simpatia pelas ideias de René Descartes em relação à maneira como a natureza deveria ser abordada.Tinha interesse em anatomia, fisiologia e entomologia. Foi quem observou pela primeira vez as células do embrião humano, os eritrócitos e os vasos linfáticos. Sua Principal obra, no entanto foi *Historia Insectorum Generalis* (1669) na qual tratava sobre a morfologia desses animais e suas metamorfoses. In: http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/JanSwamm.html (Acesso em 10/01/2012).

[321] Antonio Vallisneri (1661-1730). Médico e naturalista Italiano que atuou em Parma, Pádua e Veneza. Se dedicou ao estudo dos insetos, cujo principal resultado foi a influente obra *Dialoghi sobra la curiosa origine di molti insetti*, entre os anos de 1696 e 1700. In: http://www.vallisneri.it (Acesso em 10/01/2012).

[322] José Henriques Ferreira, *op.cit*. p.10.

[323] Michel Foucault. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

classificação lineana.[324]

Por sua vez, o aparelho reprodutor foi a parte anatômica escolhida como critério distintivo para a classificação, ficando seu método conhecido como o "sistema sexual". A reprodução, para ele, indicava o secreto plano operativo do criador.

Por isolar uma característica do todo, o sistema lineano, que procurava em alguma medida refletir a natureza, era, portanto, um sistema artificial. Entretanto, possuía um caráter marcadamente útil para os fins práticos de identificação, e para a reserva e recuperação de informações. Uma classificação era um sistema que permitia ao botânico conhecer as plantas, ou seja, dar-lhes um nome, com rapidez e segurança. Ele enfatizou os aspectos do procedimento taxonômico que pudessem facilitar a identificação. O sistema de Lineu supunha uma concepção estática da natureza, segundo a qual as formas existentes correspondiam às criadas inicialmente. O seu propósito era congruente com a ideia da natureza como obra acabada. Essa visão insere-se na vertente da História Natural que se convencionou chamar de classificatório-descritiva.[325]

Em Portugal, aliás, a repercussão da taxonomia lineana era bastante acentuada em todos os círculos de ciência, fossem na produção de trabalhos de naturalistas portugueses que utilizaram, ou comentaram seu método, como é o caso de José Henriques Ferreira; seja na leitura de suas obras. Não obstante, a divulgação da obra de Lineu não aconteceu por meio de traduções portuguesas, sendo que a primeira delas foi a público apenas em 1809, editada pelo irmão de José Henriques, Manoel Joaquim Henriques de Paiva. Até então Lineu era lido majoritariamente através de edições em latim.[326]

Segundo João Luís Lisboa, em fins do século XVIII, as preocupações de tipo taxonômico dominavam as leituras de conteúdo científico em Portugal, fato que vinha atrelado à influência das obras de Lineu. Como consequência, esse comportamento também realimentava o interesse geral pelos escritos lineanos. Isso pode ser explicado pelo fato de que existia uma segunda grande preocupação: a que concernia a uma aproximação ou afastamento

---

[324] Ernest Mayr. *O desenvolvimento do pensamento biológico: diversidade, evolução e herança*. Brasília (DF): Ed. UnB, 1998.

[325] Idem. *Ibidem*, p. 206.

[326] Lisboa, *op.cit*. p.112.

com a ordem natural.[327]

A relação entre os objetos que compunham o amontoado contínuo, ou a multiplicidade da natureza, consistia, ela mesma, no lugar que a eles era determinado por esse ordenamento, que segundo se cria, poderia se tornar inteligível desde que houvesse um método que operasse o mais próximo possível desse nível natural. Daí ter de haver uma nomenclatura que fosse, ao mesmo tempo, analítica. Uma escolha meramente arbitrária e convencional não tinha a menor chance de espelhar o ordenamento e o equilíbrio natural.[328]

A escolha dos critérios a serem adotados para essa classificação – que deveriam estar ligados diretamente aos dados fornecidos pela observação e pela experiência – e sua aproximação a um sistema nomenclatural que se adequasse para a descrição dos objetos, ou, como diz J. Lisboa, "a naturalidade das convenções", era a chave para a eficácia de um sistema de classificação como o de Lineu, apesar de o próprio termo "eficaz" carregar, nesse contexto, alguma consciência de que se estava a impor à natureza critérios que lhe eram, em alguma medida, exteriores.[329]

No texto de José Henriques Ferreira, a ordem e o perfeito equilíbrio da Natureza são transparecidos algumas vezes, acompanhados de um certo sentido estético como ocorre na frase: "tanto há que admirar na natureza, e nas mínimas produções dela!". Ou seja, se as produções da Natureza, mesmo em suas mínimas dimensões, são passíveis de serem admiradas é porque o homem é capaz de reconhecer, desde que munido das devidas luzes, a sua beleza. Dito de outra maneira: as suas relações. Contudo, é no momento em que conclui a sua minuciosa descrição sobre o ciclo vital da cochonilha, que o afamado médico e presidente da Academia Fluviense expôs claramente a sua crença de que na Natureza tudo tem o seu propósito e lugar definidos:

> De todas estas observações que fiz, e tendo referido se conclui com toda a evidencia, se não me engano, ser a cochonilha hum inseto que nasce, se nutre, e cria, sobre a planta Opuntia em que se acha, sendo esta somente a própria para o seu alimento, e não outra alguma, como muitos pensão, e sendo aqui se apanha, e de que se usa a fêmea: que os machos que as fecundam são as moscas, que saem dos casulos e muitos a cada uma; pois São em maior numero que as fêmeas, **suprindo assim, a natureza, que nada tem supérfluo**,[330] com o

[327] Idem, *Ibidem*, p. 115.

[328] Idem, *Ibidem*, p.111.

[329] Idem, *Ibidem*, p.113.

[330] Grifos nossos.

> numero, a extrema pequenez deles; que estas fêmeas Sam fecundadas logo passado vinte dias, depois de nascerem, pouco mais, ou menos, pois que neste tempo os machos se transformam e vivem nesta figura somente quatro, te cinco dias.[331]

Henriques Ferreira ao considerar que no mundo da natureza não há nada de supérfluo, ou seja, inútil, desnecessário, ele deixou transparecer a sua adesão às "sábias leis da economia geral da natureza" de Lineu. Segundo Lineu, por economia da natureza compreendia-se "a mui sábia disposição dos Seres Naturais, instituída pelo Soberano criador, segundo a qual eles tendem para fins comuns e têm funções recíprocas".[332] Para o naturalista sueco, Deus criou o mundo da natureza para o homem utilizar todos os seus produtos sem exceção, desde os vermes aquáticos até as aves de rapina, uma vez que nada foi criado em vão. Tudo era útil ao homem. Ademais, nessa metáfora da "economia" estava implícita a ideia da continuidade do equilíbrio geral da natureza, pois neste mundo tudo era harmônico, coeso, tendo cada elemento do mundo natural uma função relevante para a dinâmica coletiva.[333]

Após analisar as características dos insetos de cochonilha, José Henriques segue fazendo o mesmo em relação à sua planta hospedeira, também se utilizando do sistema lineano de classificação e identificando as diferenças existentes entre as variedades de Santa Catarina e do Rio de Janeiro, que concernem, basicamente à coloração e tamanho das palmas, ao tamanho dos espinhos e à coloração das flores, mais acentuadas na variedade catarinense, com pequenas distinções quanto ao do fruto e à semente. Também os usos, que as populações das regiões onde o cacto foi encontrado, faziam de suas palmas e de seus frutos não eram os mesmos. Às respectivas linhagens José Henriques denomina com diferentes designações:

> Podem-se chamar para diferença Opuncia mayor, e menor Cochilinifera, a primeira Ovato redonda, e outra Ovato oblonga espinozas: elas se produzem em todos os terrenos e muito melhor no arenoso, e sabulozo e junto ao mar [...] Na medicina tem elas pouco uso, mas suas folhas sam frescas, e emolientes, a gente do país usa delas para banhos frescos. O fruto da Opuncia mayor o comem os habitantes da Ilha, e Rio Grande, e é constante, que comendo-se muito tinge-se a urina de cor vermelha como sangue, do que nasce certamente a cor da cochonilha. O fruto da Opuncia menor, aqui se não come porque o gosto não é muito bom, mas dele se faz doce muito excelente e fresco. À cochonilha lhe dão a virtude cardíaca e a [trecho ilegível], e por isso a metem em varias em varias composições, mas na verdade só serve de dar as mais dela a cor elegante e nada mais. A sua preciosidade é outra, da qual se

---

[331] José Henriques Ferreira, *op.cit*., p.9.

[332] Lineu citado em Lorelai Brilhante Kury. Entre utopia e pragmatismo: a história natural no iluminismo tardio. In: Luiz Carlos Soares (org.). *Da Revolução Científica à Big (business) Science*. São Paulo: HUCITEC; Niterói: EDUFF, 2001, p. 140.

[333] José Augusto Pádua. Um *sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

não duvida.[334]

É interessante sublinhar, que no trecho acima, José Henriques contrapõe-se a uma opinião a respeito das qualidades medicinais da cochonilha, baseada na tradição. A segurança com que ele afirma que a maior qualidade em questão era de servir como matéria-prima para a produção de uma tintura industrial, faz supor que na sua experiência como médico a tal "virtude cardíaca" que supostamente a cochonilha possuía, o tenha levado alguma vez a utilizá-la como medicamento, sendo os resultados negativos à causa do descrédito do uso tradicional.

Há ainda, uma rápida explanação sobre os processos de plantio e colheita da *opúncias* infectadas com cochonilha, e seu consecutivo beneficiamento, em que se argumenta que a falta de um inverno rigoroso, ou mesmo a pouca diferença das estações, fariam com que houvesse colheitas em vários meses do ano, o que conferia uma larga vantagem à produção luso-americana em comparação à mexicana, que, segundo José Henriques, mesmo contando com apenas três colheitas anuais, rendia aos cofres castelhanos mais de sete milhões[335] no mesmo período:

> Os espanhóis fazem três colheitas de cochonilha, guardando os restos da última em casa, no tempo de Inverno, para depois a porem no principio do verão no campo, sobre as plantas, evitando por este modo que as chuvas, e frio vigoroso extingam toda [...] aqui aonde os frios não são vigorosos, e não é grande a diferença de inverno e verão, não será necessário esta cautela, pois tenho observado que em todo o tempo Ella produz; sendo sempre a produção na primavera e verão maior que no inverno, o qual não há duvida aqui ter alguma diferença [...] Na Bahia aonde a estacam é quase sempre igual, muito melhor se poderá fazer esta colheita e talvez, com mais abundancia em todo o tempo.[336]

O detalhado artigo de José António Alzate sobre o cultivo da cochonilha na região de Guaxaca, no México, corrobora, em claras referências às limitações impostas pelo clima às colheitas anuais da cochonilha, as afirmações que a este respeito fez José Henriques Ferreira, como também relata a presença de inimigos naturais:

> *En tierra fria tarda mas el hacerse la cosecha de grana, y pocas veces la hacen com abundancia; porque la grana apetece lo caliente, y en tierra fria tarda en criarse, aunque los animalitos referidos, o sabandijas, que la dañan no abundam en tierra fria como en la*

---

[334] José Henriques Ferreira. *op.cit*., p.13.

[335] Não existe menção ao tipo de moeda, mas presume-se que seja espanhola.

[336] José Henriques Ferreira, *op.cit*. p.14.

caliente.[337]

A última parte da *Dissertação sobre a cochonilha* reitera a argumentação inicial, que é sobre a sua importância para Portugal, as vantagens que adviriam da exploração sistematizada e eficiente desse produto que tinha um baixo custo de fabricação, exigia pouquíssima tecnologia e tinha mercado certo. Para a Academia Fluviense, representada pelo seu ilustrado presidente, essa era uma questão de Estado, e cabia, portanto, ao Estado um papel central nessa empresa.

A mesma razão que buscava organizar, classificar, denominar e descrever rigorosamente as produções da Natureza, e acreditava no equilíbrio e na ordem que advinham dela, via como resultado desse esforço o favorecimento de todos. Segundo José Luis Cardoso, essa crença na harmonia do todo econômico e social vinha, em grande medida, na esteira da influência dos fisiocratas franceses. Quesnay e seus discípulos apresentavam as relações econômicas entre os diferentes grupos sob a forma de um ciclo em que proprietários, produtores e consumidores se cruzavam. Isso permitia a quantificação da produção num determinado período, cuja circulação no interior de uma economia garante a reprodução da atividade no período seguinte.[338]

Segundo a doutrina fisiocrática do despotismo legal, o papel reservado ao soberano era protetor e tutelar. Ou seja, a ênfase na existência de uma ordem natural não impedia que o corpo político orientasse o funcionamento dessa ordem na medida em que os resultados eram diferentes dos desejados. Eis porque o soberano não podia ser acusado de exercer um poder absoluto, pois as suas prerrogativas estavam submetidas à força suprema das leis naturais.[339]

Por isso, a centralização política era condição essencial para garantir que a ordem natural das coisas tenha condições de revelar a sua plena relevância e impactos sociais positivos. Ou seja, era necessário um poder forte capacitado para fazer face e vencer a oposição dos interesses de particulares de grupos restritos. Por isso, a importância da realização de reformas consideradas úteis e benéficas para o conjunto dos membros da sociedade. Somente o soberano ilustrado, por meio de agentes não menos ilustrados que estavam à sua disposição, possuía condições de promover a realização do bem estar geral, ou

---

[337] José António Alzate. *Op.cit*, p. 273.

[338] José Luís Cardoso. *Pensar economia em Portugal: digressões históricas*. Miraflores: Difel, 1997. p.123.

[339] Idem *Ibidem*, pp.124-125.

simplesmente, do bem.[340]

Por esse ponto de vista, é possível compreender que, ao contrário do que os argumentos iniciais de José Henriques Ferreira pretendiam fazer crer, o que estava em questão realmente era o desdém – mas não dos colonos – e sim, do próprio Estado para com os seus domínios, e esse descuido custava muito caro:

> Nos lha compramos [a cochonilha] para o uso de nossas fábricas, e pinturas, assim como todas as nações a não possuem; nós tendo-a a venderemos também às mesmas nações a quem eles a vendem, e desta forma faremos dois lucros iguais a eles, um na que deixamos de comprar, ficando-nos este dinheiro em casa, e outro na que podemos vender adquirindo o de fora.[341]

O que estava a se propor, então, era uma modificação na forma como o Estado geria a exploração econômica dos domínios ultramarinos, uma gestão ilustrada, de acordo com os princípios naturais e para a realização das potencialidades de todos. Porém, o Estado havia de assumir o seu lugar na equação, como mantenedor da iniciativa. Em contrapartida, os frutos eram certos:

> Mandando Sua Majestade para o Rio Grande, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Bahia, ou pelo menos para duas destas partes homens, não é necessário sejam todos naturalistas, para este objeto basta que tenham algum gênio e curiosidade, que destes não faltam, com ordenados dos quais possam bem viver, e andar por toda a parte do seu distrito circunvizinho, fazendo plantar e cultivar a planta, e a criação e a colheita da cochonilha, dando-se lhe a instrução do modo com que se faz, que é bem fácil, com dinheiro pronto para pagar, sem demoras, nem embaraços em muito breve tempo se conseguiram o aumento deste gênero tão precioso.[...] Todo esse dinheiro gira pelo negocio e fica no país um breve tempo entra nos cofres Reais, alem daqueles que depois de estar a cultura e produção aumentada, e conhecido o grande lucro dela, a mesma cochonilha, pode pagar a Sua Majestade na alfândega de Lisboa, como os outros gêneros do Brasil, tirando-se assim deste uma utilidade geral.[342]

Amparando-se nas palavras de seu tio António Nunes Ribeiro Sanches, cuja correspondência aparece transcrita na dissertação (talvez até mesmo para conferir maior peso às suas considerações, já que Ribeiro Sanches era uma das maiores autoridades científicas do seu tempo, em toda a Europa), José Henriques Ferreira fez sugestões concretas ao Estado português no sentido de maximizar a produção cochilinífera. Esta era uma das marcas desse novo tipo de gestão, o homem de ciência tem consciência de que se tornava cada vez mais um

---

[340] Idem *Ibidem*, p.125.

[341] José Henriques Ferreira. *op.cit*. p.14.

[342] José Henriques Ferreira, *op.cit*. p.18.

homem de ação, ainda que essa ação estivesse a serviço da Coroa:

> Isto é sair fora do plano de naturalista, mas o desejo que tenho de ver entre noz este lucro, já que Deus foi servido dar-nos matéria de que o tirar, me fez exceder os limites do primeiro objeto como físico para o segundo, e mais interessante para o Estado civil. Estou bem persuadido que o nosso sábio, e zeloso Ministério, não perderá de vista este importante objeto, e que dará sobre ele mais sabias e acertadas providencias, do que o meu tosco entendimento tem advertido.[343]

3.2.1.2 Memória sobre a guaxima (1790)

O artigo intitulado *Memória sobre a Guaxima*, também de autoria de José Henriques Ferreira, publicado em 1790 no tomo primeiro das memórias econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, foi apresentado a esta instituição pelo próprio autor em algum ponto do curto período que vai da sua chegada a Lisboa, em 1779, ao seu falecimento, em 1780. No entanto, a matéria de que trata o artigo pertence, obviamente, ao período de funcionamento da Academia Fluviense.

Diferente da sua *Dissertação sobre a cochonilha*, esta *Memória*, que tem por objeto as possibilidades econômicas da espécie vegetal vulgarmente conhecida como *Guaxima*, foi composta na forma de um texto curto e objetivo. Nela, José Henriques fez questão de não proceder à organografia detalhada do arbusto por considerar que consistia em tarefa a ser realizada posteriormente, já que o propósito maior era convencer a Academia Real da grande utilidade daquela planta para o fabrico de cordas, em primeiro lugar, mas também para uma possível confecção de "panos ordinários, lonas, brins etc.": "deixo agora de fazer a sua descrição por não cansar a vossa paciência, como também porque nada conduz para a utilidade que venho propor, único, e verdadeiro objeto desta memória".[344]

No trecho da memória citado, fica transparente a insistência de José Henriques Ferreira na utilidade prática das ciências. Ademais, o conjunto de informações científicas contidas nos seus estudos estava todo fundamentado na observação e na experimentação. O conhecimento científico, para ele, tinha que ser prático e experimental. A ciência que o

---

[343] Idem, *Ibidem*, p.19.

[344] José Henriques Ferreira. Memória sobre a guaxima, *op.cit*. p.1.

entusiasmava era aquela típica da Ilustração, que tinha como função resolver problemas concretos. A utilidade é axial na sua concepção de ciência: a ciência encontra-se a serviço do homem, da sociedade. Para ele, a ciência havia de ser prática, aplicada, devia ajudar a resolver os males que imperam na sua sociedade e a sua função era semear ideias úteis pela Capitania do Rio de Janeiro, região do Império Português.

O pragmatismo e o utilitarismo são duas características presentes na prática científica do naturalista José Henriques Ferreira, como na de outros estudiosos portugueses.[345] Contudo, tais atributos não foram exclusivos da Ilustração luso-brasileira. As ciências naturais modernas de perfil baconiano, em sua essência, pressupunham a utilidade e o bem-estar dos homens. Para Bacon, a história natural era uma forma de investigação destinada a registrar o conhecimento do mundo para o uso e o aperfeiçoamento da humanidade. E será na direção da procura da utilidade que o estudo da natureza convergirá no século XVIII, firmando-se, assim, como a crítica do conhecimento diletante. Novos museus, jardins botânicos, academias científicas e coleções tomaram o lugar dos gabinetes de curiosidades e dos jardins consagrados exclusivamente ao deleite aristocrático. A História Natural que se estabeleceu nas instituições europeias, como, por exemplo, nas francesas da última década do século XVIII, era marcada por forte utilitarismo.[346]

Seguindo as considerações da historiadora das ciências Maria Margaret Lopes,[347] vários trabalhos sobre o tema da Ilustração luso-americana do Setecentos têm sido produzidos sob um enfoque que prioriza as conotações político-econômicas do processo, o que deixa de lado a produção cultural-científica do período, não incorporando os entendimentos de ciências efetivamente veiculados e postos em prática para alicerçar os processos modernizadores de Portugal e do Ultramar. Em muitos casos, de acordo com as considerações da mencionada pesquisadora, reduz-se todo o movimento do Império português de adesão às ciências modernas a apenas *utilitarismos*, *pragmatismos*, *imediatismos* – termos utilizados com conotações pejorativas. Ademais, reforçam-se visões que partilham as noções de atraso

---

[345] Ao considerar que o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira não estava conectado aos avanços da ciência no século XVIII por conta dos dados utilitários contidos em suas memórias científicas, o historiador Ronald Raminelli demonstrou não partilhar da opinião de que era o utilitarismo a característica que melhor caracterizava a prática da História Natural no Setecentos. Ronald Raminelli. Ciência e Colonização – Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira, *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 164, dezembro de 1998.

[346] Lorelai Brilhante Kury. Entre Utopia e Pragmatismo. *op.cit*. pp. 142-143.

[347] Maria Margaret Lopes, Silvia F. de M. Figueirôa. *Relatório científico final do projeto emergência e consolidação das ciências naturais no Brasil (1770-1870)*, Campinas, DGAE/IGE/Unicamp, 2003, mimeogr., p. 50.

científico português, e consequentemente brasileiro, e sua inviabilidade de participação nas ciências europeias do período.

Compreendida a questão da utilidade do conhecimento, é importante ressaltar que enquanto a cochonilha era um conhecido ramo de comércio dominado pelos espanhóis, com o qual estes lucravam vários milhões anuais, e cuja descoberta da planta e do inseto nos domínios portugueses abria possibilidades extraordinárias; a guaxima era uma planta conhecida e abundante em várias partes do Brasil, mas que nunca havia chamado atenção suficiente para um estudo maior de suas possibilidades práticas

Ainda que José Henriques tenha relatado que a população rústica fazia da guaxima grosseiras cordas para amarrar o gado e outros "ordinários usos", isso era feito "sem arte, sem ciência e sem toda a necessária experiência". Inclusive, os lavradores consideravam-na como uma praga, empregando um esforço considerável para extirpá-la dos terrenos para o cultivo, tal era a sua facilidade de propagação. Ou seja, se da cochonilha já se conheciam o uso e o valor, os da guaxima ainda precisavam ser demonstrados.

Mais uma vez, José Henriques Ferreira mencionou que, para a identificação da planta, valeu-se do sistema de Lineu, que a classificou na classe *Decandria* – que possui dez estruturas de reprodução masculinas, os estames, e na ordem *Monogynia* – que apresenta apenas uma estrutura de reprodução feminina, o pistilo. Nada consta no artigo sobre seus respectivos gênero e espécie. Contudo, atualmente a planta que tem entre os seus muitos nomes populares o de *guaxima*, é uma espécie malvácea de nome *Urena lobata*.

Como narra o presidente da Academia Fluviense, as primeiras experiências realizadas com cabos feitos de guaxima contaram com o aval do vice-rei e a colaboração do "ativo e curioso" lavrador holandês João Hopman, o qual possuía uma chácara na localidade de Mataporcos, atual bairro do Estácio, no Rio de Janeiro. Hopman, que é figura conhecida na historiografia brasileira pelo pioneirismo na plantação de café em suas propriedades,[348] preparou a matéria-prima e supervisionou a confecção dos cabos por marinheiros da esquadra portuguesa que estavam na cidade à época, depois enviando as cordas navais para a avaliação pela cordoaria real, em Lisboa.

Infelizmente e para o espanto de todos, os cabos de guaxima não só foram considerados inferiores aos de linho cânhamo, como, em razão disso, toda a iniciativa foi

[348] Maria Odila Leite da Silva Dias. Aspectos da Ilustração no Brasil, *op.cit*.p.51.

desestimulada pelo então Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos Martinho de Melo e Castro:

> Recebi as cartas que V. Ex.ª me dirigiu, e as amostras da erva que me remeteu e mandando examinar na Cordoaria do Arsenal a força da mesma erva depois de fabricada, à vista da que tem o linho cânhamo de Riga [...] de tudo verá V. Ex.ª verá que a dita erva pela sua pouca força não poderá fazer um objeto de comércio, como, porém, é constante que o linho cânhamo produz aí perfeitamente bem, tenho mandado vir não só das províncias do norte deste reino, mas da República de Veneza uma boa porção de semente [...]. E nesta certeza pode V. Ex.ª mandar examinar os sítios mais próprios em que semear o referido linho cânhamo.[349]

Vale apontar que, no trecho acima, Martinho de Melo e Castro ressalta a plena viabilidade da produção de linho cânhamo na América portuguesa, citando inclusive uma remessa regular de sementes do norte de Portugal e de Veneza para o Brasil. Contudo, a maneira com que José Henriques Ferreira narrou essa remessa de sementes é bem distinta: "As sementes que daqui [Portugal] se tem mandado, pela distancia e pela mudança de clima chegaram incapazes sempre de produzir: um homem curioso teve ânimo de ir à contra-costa de Espanha por terra, gastando um ano na viagem, e de lá trouxe a semente [...]".[350] Foi por esses e outros problemas que o vice-rei continuou apoiando e incentivando as experiências para a produção de cordas de guaxima, contrariando a direção que a metrópole lhe havia fornecido: existia uma real e premente necessidade de se encontrar uma alternativa ao linho cânhamo; além disso, para aperfeiçoar o produto com a nova planta, mais experiências precisaravam ser feitas.

Essa posição de Lavradio, em desacordo com as orientações de Martinho de Melo e Castro, é um tanto estranha ao perfil traçado para o vice-rei D. Luís de Almeida, um fidalgo preocupado com suas ligações e com sua reputação na corte, consequentemente, com o nome da sua casa, que não entraria em choque aberto com a alta cúpula da administração metropolitana por um motivo qualquer. Como, de fato, não ocorreu, já que as experiências com a guaxima continuaram a acontecer sem fazer alarde, até que, quando o marquês do Lavradio não era mais vice-rei e a Academia Fluviense não existia mais. José Henriques Ferreira ofereceu uma memória à Academia Real das Ciências de Lisboa contando toda a história, para que não se perdesse definitivamente, e de maneira tão leviana, esse importante

---

[349] Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Secretaria de Estado do Brasil. Códice 67, v.4, fl.233. *Apud* Fabiano Vilaça dos Santos. O marquês do Lavradio e os rumos da colonização na América Portuguesa (...), *op.cit*., p.45.

[350] José Henriques Ferreira. Memória sobre a guaxima, *op.cit*., p.5.

objeto que poderia vir a se constituir em um ramo de comércio.

Por fim, pode-se destacar a conclusão que José Henriques desenvolveu para convencimento dos membros da Academia Real, mostrando as utilidades desta nova "produção natural" para o Reino de Portugal, deixando assim transparecer, mais uma vez, o utilitarismo, característica da História Natural moderna, em sua prática científica:

> Esta Academia poderá avivar pelos meios que julgar proporcionados à propagação e cultura do cânhamo: mas porque se perderá de vista e se desprezará a Guaxima! Esta temos nós já, e já em tanta abundância que os lavradores tem o maior cuidado em destruí-las para a cultura das terras, e lhe chamam a praga delas; parece que este objeto merece toda a atenção, mandando-se fazer observações sobre a planta, sua cultura, e preparo; depois trabalhar-se por homens sábios, e mestres; e depois calcularem-se todas as suas proporções com o cânhamo [...]. Mas suponhamos por um pouco, que depois de tudo se conclui, evidentemente, que este linho não é tão bom como o de cânhamo para os cabos e amarras da nossa marinha real: não poderá servir em falta dos outros? Não poderão servir para os navios mercantes, que talvez os de que usam são muito piores? Não poderão servir para todas as outras de toda a qualidade?Não poderão servir para a maior parte dos habitantes da América em lugar dos que usam piaçaba? Finalmente suponhamos que para nada disto serve, ao menos poderá servir para outros usos, poderá servir para cordas ordinárias, para panos ordinários, lonas, brins etc, em que se gasta muito dinheiro e todo vai para fora de Portugal. [...] Enfim, a boa economia é cada um remediar-se com o que tem em casa, evitando i-lo buscar fora: cada gênero tem a sua serventia, e porque uns são de melhor qualidade não se devem desprezar os de menor: aqueles que têm o cânhamo inferior aos outros não deixam de cultivá-lo e servir-se dele assim mesmo, evitando a maior despesa com o de fora: o país mais rico é o que tem maior quantidade de gêneros.[351]

A astuta argumentação de Ferreira é bastante reveladora, pois reafirma a sua crença não apenas na ordem da natureza, como no fato de que essa ordem pressupõe uma finalidade para os objetos. Em trecho anterior, ao comparar a produção, já organizada e estabelecida, de linho cânhamo à de guaxima, José Henriques apontou que a planta era "colhida sem se saber a sua verdadeira razão". É difícil de conceber, mesmo para os rudes homens do campo, que alguém fosse realizar uma tarefa como essa sem saber o seu motivo. Por isso, provavelmente, o termo "verdadeira razão" seja concernente à *verdadeira finalidade*, que é vista como um objetivo a ser atingido. Então, dizer que "cada gênero tem a sua serventia" era o mesmo que dizer que cada gênero tem a serventia que a natureza lhe conferiu.

Na literatura científica portuguesa do setecentos, com exemplos em autores como Verney, Manoel do Cenáculo e Teodoro de Almeida, essa crença podia ser facilmente identificada como adesão a uma ideia de Natureza, simultaneamente, força ou princípio que

---

[351] Idem, *Ibidem*, p.7.

cria, dá sentido e finalidade as criaturas; como também a totalidade da criação.[352] A consequência dessa concepção é que o conhecimento científico assume o papel de dever sagrado, no sentido em que pretende trazer à tona a verdadeira utilidade das coisas. Como aparece nesse trecho da Recreação Filosófica de Teodoro de Almeida: "A primeira obrigação do Homem para com Deus é fazer diligência para o conhecer [...] sendo isto a coisa mais natural a toda criatura discursiva".[353] No entanto a justificativa de Ferreira pertence muito mais ao nível da economia. Se com relação à produção de cochonilha a utilidade estava em deixar de comprá-la aos espanhóis, obtendo, com isso, uma dupla vantagem; a guaxima, por outro lado, tinha um concorrente, o linho cânhamo, cuja eficiência não se duvidava, e, aparentemente, por conta da qual, as suas qualidades eram menosprezadas. Contudo, confiante nas qualidades da planta, Ferreira enfatizou um argumento bem próximo do primeiro ("a boa economia é cada um remediar-se com o que tem em casa, evitando i-lo buscar fora").

Para compreender a maneira como Ferreira resolve a questão, é necessário observar o que disse François Quesnay no terceiro tópico das *Máximas Gerais do governo econômico de um reino agrícola*, de 1767:

> Que o soberano e a nação jamais percam de vista que a terra é a única fonte de riquezas e que a agricultura é que as multiplica, pois o aumento das riquezas assegura o da população; os homens e as riquezas fazem a agricultura prosperar, ampliam o comércio, animam a indústria, aumentam e perpetuam as riquezas. Desta fonte abundante depende o sucesso de todas as partes da administração do reino.[354]

Se a produção agrícola era considerada a origem da riqueza, então, negligenciar a produção de um gênero útil era um ato, não apenas de pouca inteligência, mas contrário à ordem natural, já que impedia a realização das potências daquele gênero para o bem da coletividade. E como, nesse contexto, o Estado é entendido como o gestor da sociedade, pode-se dizer que tal descuido também causava prejuízo aos cofres públicos.

É também de Quesnay, em uma das notas que acompanham as referidas *Máximas*, a lição que diz:

---

[352] Pedro Calafate. *A ideia de Natureza em Portugal* . Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994. p.50.

[353] Teodoro de Almeida: Recreação Filosófica..., apud Idem, *Ibidem*, p.326.

[354] François Quesnay (1694-1774). Máximas Gerais do governo econômico de um reino agrícola. In: Rolf Kuntz (org.). *François Quesnay: Economia*. São Paulo: Ática, 1984. p.167.

> Percebe-se, portanto, que não é tão indiferente assim para um Estado, como se julga habitualmente, que o dinheiro esteja nas mãos de Pedro ou de Paulo, por que é essencial que ele não seja tirado daquele que o emprega em benefício do Estado. Falando com rigor, o dinheiro que é empregado desta forma na nação não tem proprietário: ele pertence às necessidades do Estado, as quais o fazem circular para a reprodução das riquezas que levam a nação a subsistir e que fornecem o tributo do soberano.[355]

As intenções de José Henriques Ferreira ao defender o incentivo à cultura da guaxima estavam em perfeita consonância com o que foi exposto no trecho acima. Para Ferreira, o dinheiro empregado pelo Estado em iniciativas como esta, era feito sabiamente, pois era aplicado na produção agrícola e entregue àqueles que o fariam retornar com lucro ao próprio Estado, principalmente na forma de tributos.

Ao indicar o caminho da diversificação da produção ("o país mais rico é o que tem maior quantidade de gêneros"), Ferreira tecia uma sutil crítica à dependência que existia com relação ao modelo monocultor mercantilista, que caracterizou por tanto tempo a exploração colonial portuguesa na América. O que importava, a partir de então, não era obter lucro de um ou dois produtos muito rentáveis, mas obter rentabilidade de todos os produtos que a natureza lhes ofertasse, cujo potencial fosse reconhecido e maximizado através da atuação dos homens de ciência.

3.2.2 Agricultura, artes e ciências: as luzes de Manoel Joaquim Henriques de Paiva

3.2.2.1 Memória sobre a Ictiocola (1788)

O primeiro trabalho do ilustre médico a ser analisado leva o nome de "Memória do descobrimento da ictiocola vulgarmente chamada Cola, Goma, ou Grude de peixe, da sua natureza e preparação", que foi publicada inicialmente no caderno relativo a História Natural, Física e Química da edição de setembro de 1788 do Jornal Enciclopédico dedicado à rainha nossa senhora, periódico que, à época, estava sobre o comando do próprio Paiva.

---

[355] Idem, *Ibidem*, p.183.

O objeto da memória consistia em um insumo utilizado na indústria, produzido quase que exclusivamente pelos russos, que o comercializavam através do porto de Arkangelsk, às margens do mar Branco, com os ingleses e os holandeses, os quais, por sua vez, faziam a sua distribuição para o resto da Europa.

Curiosamente, a abundância de livros e outras publicações que, segundo Henriques de Paiva, tratavam das utilidades da ictiocola, fez com que o autor tomasse a liberdade de, simplesmente, não especificar coisa alguma sobre os exatos usos desse insumo, visando dinamizar a leitura e evitar o enfastiamento dos leitores com informações que de tão óbvias (para o século XVIII), nem deveriam ser mencionadas.

Porém, como indica o título, as reais motivações para a memória vinham do desejo de desfazer os mistérios e controvérsias que envolviam a matéria-prima e o processo de fabricação da ictiocola. Para isso, Henriques de Paiva exibiu a sua impressionante erudição ao retroceder a discussão até a antiguidade clássica, buscando diálogo com a descrição que consta sobre o assunto na obra *Naturalis Historia*, de Caio Plínio Segundo, também conhecido como Plínio, o velho. Para Plínio, por ictiocola entendia-se um peixe, o qual tinha o couro pegajoso (*Ichtyocolla appleatur piscis, cui gelatinosum est corium: idemque nomem ejus*).

Segundo Philip Sloan, a História Natural de Plínio consistia em uma coleção de relatos sobre todos os tópicos, particularmente aqueles que mostravam em detalhe os objetos naturais, que tinham sido ignorados pelo ideal romano de cultura humanístico-literária.[356]

Na verdade, *Naturalis Historia* era uma compilação em trinta e sete tomos que contava com trabalhos das maiores autoridades em todas as áreas do conhecimento ligado à natureza, como astronomia, geografia, antropologia, obstetrícia, zoologia, botânica, farmacologia e mineralogia. Os textos plineanos estiveram disponíveis desde o mundo antigo, sendo copiados durante todo o medievo, e a forma com a qual foi organizada e concebida a monumental obra veio influenciar a tradição enciclopédica dos humanistas do renascimento, que por sua vez constituíram algumas das bases para o conhecimento dos séculos subsequentes.[357]

Esta tradição que se iniciou em Plínio, como diz Sloan, também foi a responsável por estabelecer o interesse pelas aplicações práticas do conhecimento, noção que viria a

---

[356] Phillip R. Sloan. Historia Natural (1670-1802). In: R. Olby; G.N. Cantor; J.R.R. Christie; M.J.S. Hodge (Ed.) *Companion to the History of modern Science.* London and New York: Routledge, 1996. p.41.

[357] Idem, *Ibidem,* p.41.

influenciar o posicionamento científico de Francis Bacon, contra os comentários peripatéticos, contra o idealismo de origem platônica e na defesa de uma ciência útil, construída para a melhoria das condições materiais de existência dos seres humanos. Não é demais lembrar que, para a ciência do século XVIII, *utilidade* é a palavra maior, na qual se encontram grande parte dos seus propósitos[358], e característica da História Natural moderna.

Entretanto, é importante sublinhar que a concepção de História Natural contida em Plínio não se refere exatamente a uma investigação filosófica e sistemática das causas, sendo apenas uma coleção de dados empíricos necessários para as explicações causais. Em Francis Bacon, esta distinção aparece para separar a História Natural da Filosofia Natural, ainda que a primeira levasse o tom crítico e indutivo, típico do pensamento de Bacon.[359]

Se as descrições de Plínio e de Dioscórides[360] eram as referências mais remotas sobre a natureza da ictiocola, também apareciam opiniões de vários autores, do Renascimento até o seu próprio período, sendo que as classificações de Lineu constituíam um ponto de apoio para a comparação dos diversos autores, que divergiam grandemente quanto ao tipo de peixe e sobre as partes do peixe que serviam para fazer a cola, o que torna claro que, assim como seu irmão José Henriques Ferreira, Henriques de Paiva confiava no sistema de classificação lineano:

> E o que direi eu à vista de tantas controvérsias? Digo que Plínio entende por ictiocola um peixe particular, diverso do Acippencer huso, e do Accipencer sturio de Lineu, que deduzo tanto das suas palavras [...] como porque trata e descreve cada um deles em livros e capítulos diversos. Será talvez o Accipencer ruthenus de Lineu? [...] Dioscórides diz que é um peixe do gênero dos cetáceos, isto é, das baleias [...] Pedro Belonio diz que é um peixe que os italianos e o vulgo collano e pontico chamam colpesce [...] Ulisses Aldrovandi e João Jonston afirmam ambos que a Morhua, ou Molva, que é o Gadus morhus de Lineu dá a ictiocola [...] Francisco Willougby diz que se tira de um peixe chamado beluga, o qual, segundo deduzo da sua descrição, corresponde ao Accipencer huso, de Lineu.[361]

Por se tratar de um ponto em discussão, para o qual não havia unanimidade, Henriques

---

358 Idem, *Ibidem*, p.42.

359 Idem, *Ibidem*, p.42.

360 Pedanius Dioscórides (em grego: Πεδάνιος Διοσκουρίδης) (circa 40-90 D.C.). Autor Greco-romano, originário da Ásia menor e contemporâneo de Caio Plínio segundo. Escreveu em cinco volumes a obra *De Materia Medica*, que constituiu a principal fonte sobre ervas medicinais até o século XVIII.

361 Manoel Joaquim Henriques de Paiva. Memória do descobrimento da ictiocola vulgarmente chamada Cola, Goma, ou Grude de peixe, da sua natureza e preparação. Publicado originariamente no *Jornal Enciclopédico dedicado à Rainha nossa senhora*. Caderno 5, artigo I, setembro de 1788, seção de História Natural, Física e química. In: Fernando Egídio Reis. *Felicidade, Utilidade e Instrução* (...). *op.cit*, p.59.

de Paiva criticou duramente aqueles que, sem o amparo da observação e da experimentação judiciosas, ratificaram opiniões com base apenas na autoridade, mas que, por fim, se julgaram inválidas. Nem mesmo os autores da *Enciclopédia* nem tampouco Buffon foram poupados da crítica:

> É para admirar, que à vista de tantas opiniões encontradas e indecisas, se resolvessem abraçar alguma, sem maior exame; e que abraçassem logo uma errônea, e fácil de conhecer-se à primeira vista qual é aquela [...] Porém, quanto mais é para admirar a indolência dos homens! Aqueles mesmos, que acabavam de decidir da natureza da ictiocola, da sua preparação, é do peixe, que a dava, tinham a loucura de confessar que a sua preparação era segredo dos russianos. Eu mesmo, que não posso comparar-me a esses grandes homens, que se deixaram persuadir do falso método atribuído aos russianos, me envergonharia de tomar qualquer partido, antes de um justo e filosófico exame.[362]

Ao afirmar que a diversidade de opiniões sobre o assunto deveria impulsionar os estudiosos no caminho da curiosidade, a crítica fica muito mais dura, e adjetivos como *negligente* e *ignorante* passaram a ser usados sem o menor pudor. Essa era a opinião real de Henriques de Paiva sobre o papel do homem de ciência, um homem curioso, que toma as suas decisões com base em evidências, com rigor na observação dos fenômenos, reproduzidos sob condições experimentais.

A importância e as consequências desse comportamento são enormes, pois um descuido como o ocorrido, poderia desqualificar o *filósofo* perante a sua função maior: a de guiar o povo nas sendas do esclarecimento. Esta, inclusive era uma das marcas mais centrais de um veículo como o Jornal Enciclopédico: o seu caráter pedagógico. Conforme constava em seu prospecto: "Os jornais são o meio mais pronto de difundir no público as luzes dos sábios, e de fazer proveitosas a todos as suas descobertas".[363]

No entanto, toda a verve contida na fala de Henriques de Paiva não fez outra coisa se não ressaltar as informações seguintes. Segundo Paiva, os estudos e experiências com a ictiocola começaram ainda durante o período em que esteve no Rio de Janeiro, sob a orientação de seu pai, António Ribeiro de Paiva, que concluiu que o produto se tratava da bexiga aérea, ou do estômago, de algumas espécies de peixes: processada, seca e enrolada nas formas que eram encontradas no mercado, bem diferente da opinião normalmente aceita, de que se tratava de uma geleia conseguida pelo cozimento de algumas partes de peixes.

---

[362] Idem. *Ibidem*, p.63.

[363] Prospecto do *Jornal Enciclopédico dedicado à Rainha nossa senhora*. 1778. Idem, *Ibidem*, p.39.

As experiências aconteciam em dois sentidos: no primeiro, consistiam em "dissecar" a cola vendida no mercado através da separação dos tecidos que a compunham, previamente hidratados em água quente por algumas horas, por onde se observou as fibras típicas da organização muscular. O segundo sentido dizia respeito à obtenção da cola a partir da bexiga aérea de alguns peixes locais, que foi conseguido com resultados de grande qualidade. A repetição das experiências trouxe a segurança que a um investigador da natureza é cara, daí o método de preparação constar descrito na memória.

No entanto, a conclusão de que a forma conferida pelo artífice à ictiocola não influía em nada na sua qualidade, tinha que passar pelo crivo dos comerciantes, cuja resistência insistia em atribuir à forma vendida pelos russos a razão de sua eficiência:

> Porém, é tal o prejuízo dos comerciantes, e artistas nessa matéria, que nem as razões mais sólidas, nem as experiências mais incontrastáveis, os convence de que aquela figura nada concorre para a bondade da ictiocola. Eu o conheci quando querendo vender uma barrica de ictiocola que meu pai enviara do Rio de Janeiro, me não foi possível achar comprador, senão para a que vinha na figura costumada; isto mesmo sucedeu a respeito da minha, pois fazendo-a experimentar sem dar a figura do costume por um artista, confessou-me que no efeito era igual, e talvez até superior à de fora, mas que não se dissolvia com tanta facilidade: dando-lhe porém da mesma unicamente com a diferença de ser figurada, e afirmando-se que se preparava na Rússia, me disse que era excelente. Tal é a preocupação a favor dos gêneros estrangeiros![364]

Eis a grande preocupação de Paiva, que um gênero como a ictiocola continuasse a significar prejuízo a todo o comércio, pela sua importação da distante Rússia, quando a sua produção local poderia ser tão fácil e abundante. E isso só ocorria, segundo sua ótica, pela teimosia e desinformação daqueles que eram os maiores interessados. Da mesma maneira que seu irmão, José Henriques Ferreira, Henriques de Paiva acreditava que "os mais limitados conhecimentos da política, economia e interesses do Estado" eram capazes de concluir que o aumento e a diversificação das produções naturais locais concorriam para a boa saúde financeira do Reino, já que essa era a origem de toda a riqueza, evitando, por conseguinte, a evasão de numerário pela entrada de gêneros exóticos. Observe o que disse Quesnay acerca do comércio recíproco:

> Um país só se deve apegar às mercadorias manufaturadas cuja matéria-prima ele possui e que pode fabricar com menores despesas do que outros países. É preciso comprar do estrangeiro as mercadorias manufaturadas que ele pode vender a melhor preço do que elas custariam ao

[364] Manoel Joaquim Henriques de Paiva. Memória do descobrimento da ictiocola ... . *Op.cit*, p.65.

país, se ele as fabricasse".[365]

Além disso, o mistério que envolvia a natureza da ictiocola e a sua produção, o qual já poderia ter sido solucionado há mais tempo não fosse o comportamento descuidado dos sábios, era mais um agravante para que o produto dos russos chegasse aos demais países com ares de segredo industrial. Há, inclusive, que se reconhecer as ótimas intenções de Paiva ao publicar a memória no seu jornal, pois sabendo ele a maneira correta de fabricação da cola quando ninguém mais sabia, ele poderia, perfeitamente, fabricá-la e vendê-la como se importada fosse.

Todavia, o *zelo patriótico* do *bom cidadão* Henriques de Paiva era diametralmente contrário a se manter em segredo o que poderia beneficiar muitos, e a convicção de que a ictiocola se tratava de um produto com essas características o fez sugerir que o Estado apoiasse a sua produção e comercialização, através do trabalho de uma sociedade econômica, como a Academia Real das Ciências de Lisboa. Exatamente por isso que Henriques de Paiva fez publicar, em 1790, essa e várias outras memórias pela gráfica da Academia.[366]

3.2.2.2 Máximas gerais sobre a Agricultura, Indústria e Comércio (1789)

O artigo intitulado "Máximas gerais sobre a Agricultura, Indústria, e Comércio" foi publicado inicialmente na seção de Economia Civil e Rústica da edição de janeiro de 1789 do Jornal Enciclopédico dedicado à Rainha nossa senhora. Entretanto, não havia naquela edição, indicações sobre sua autoria. Fernando Egídio Reis, em obra recente, rastreou a autoria do texto estabelecendo uma relação com a coleção de memórias de Manoel Joaquim Henriques de Paiva publicadas pela Academia Real das Ciências de Lisboa, em 1790, na qual constavam, além da referida "Memória sobre a Ictiocola", outros artigos, anteriormente editados pelo Jornal Enciclopédico, como "Da dependência que tem a Agricultura, e as artes,

---

[365] François Quesnay (1694-1774). Máximas Gerais do governo econômico de um reino agrícola (nota de número 6). In: Rolf Kuntz. *Op.cit*., p.175.

[366] Manoel Joaquim Henriques de Paiva. *Memórias de História Natural, de Química, de Agricultura, Artes e Medicina: lidas na Academia Real das Ciências de Lisboa*. Lisboa, 1790.

ou indústria, da História natural, da Física, da Química, e até da Medicina", no qual Henriques de Paiva assume a autoria das Máximas.[367]

Em termos gerais, as Máximas de Henriques de Paiva correspondem a aforismos através dos quais este autor expressou algumas de suas concepções acerca destes três temas: agricultura, indústria e comércio – muitas das quais associadas ao pensamento da escola fisiocrática francesa – como também procurou demonstrar a interdependência entre eles. Por meio dessas asserções, Henriques de Paiva também forneceu sugestões para algumas questões de natureza econômica em Portugal.

As ideias e proposições de Henriques de Paiva se encaixam perfeitamente no conjunto de trabalhos e autores aos quais José Luís Cardoso identificou como constituindo uma espécie de movimento "memorialista e projetista", nas últimas décadas do século XVIII português. Esse foi um movimento que, *como tal*, não existia à época, mas cuja confluência dos objetos, centrados no inventário e descrição de situações econômicas e na elaboração de propostas de reforma, permitiu a Cardoso qualificá-lo sob a forma de uma ação social coletiva.[368]

Perfazendo um total de sessenta e três tópicos, as sentenças iniciam a partir do que Henriques de Paiva considera seu fundamento: a Natureza. Sem mencioná-lo, Paiva admite a concepção de Francis Bacon sobre o tema, tal como já foi sublinhado para os trabalhos de José Henriques Ferreira,[369] onde não há uma ruptura essencial entre aquilo que foi obra da natureza e o que foi beneficiado pelo homem:

> §I. A mão do homem por si só nada cria. Todas as artes se limitam a imprimir novas formas sobre o fundo que a natureza nos empresta. Corramos a imaginação pelos infinitos objetos, que o comércio nos oferece às nossas precisões, e veremos que só a terra é que provê da matéria-prima da nossa subsistência, e do fundo sobre que podem exercer-se os trabalhos e a indústria dos homens.[370]

Ademais, é possível notar que, no trecho acima, o vocábulo *Natureza* se refere não apenas ao conjunto das coisas existentes (*fundo*), parte das quais está disponível à modificação pelo homem, mas também – já que, segundo o autor, o homem nada cria –

---

[367] Fernando Egídio Reis. *Op.cit.*, pp. 137 e 146.

[368] José Luís Cardoso. *O pensamento econômico em Portugal nos finais do século XVIII.* Lisboa: Editorial Estampa, 1989. p.38.

[369] Ver página 15.

[370] Manoel Joaquim Henriques de Paiva. Máximas Gerais sobre Agricultura, Indústria e comércio. In: Fernando Egídio Reis, *op.cit*., p.137.

corresponde à força (ou princípio) que pré-existe às coisas e as forma, a qual é representada pela fecundidade da terra. Ou seja, ainda no primeiro item, Henriques de Paiva estabelece a total dependência que as atividades humanas têm em relação à capacidade criadora da Natureza. E essa é uma afirmação que será ratificada várias outras vezes no mesmo texto, de maneiras diversas e com muitos exemplos, como logo em seguida afirma Paiva que "a fecundidade da terra é o primeiro princípio de tudo o que tem relação à nossa subsistência, e às nossas necessidades."[371] Entre tantas acepções do termo que ocorrem no seu "vocabulário" (ordem natural, essência do ser, lei natural, máquina do universo etc.) o padre Raphael Bluteau aponta que, para os antigos, *Natureza* dizia respeito ao "princípio de todos os movimentos necessários e operações naturais". Na verdade essa é a concepção que Aristóteles deu ao termo na sua *Física*. Entretanto, havia um detalhe: "não obrava este princípio com razão e com liberdade". A essa ideia de uma natureza automática, Blutaeu acrescentou outra, da qual não partilhava, mas que era obrigado a citar, em que alguns pensadores (dentre os quais Plínio) queriam que "a Natureza fosse o mesmo que Deus, não admitindo diferença alguma entre a Natureza e o autor dela". Bluteau funde e harmoniza as duas ideias ao mencionar que como Natureza também se entendia a "providência divina, autora e distribuidora das qualidades e propriedades naturais das criaturas".[372] Ou seja, para Bluteau, a Natureza podia ser considerada Deus na medida em que era a manifestação voluntária da capacidade criadora de Deus, que atuava compondo cada ente com suas qualidades e inserindo-o em seu lugar na ordem natural.

Em vários nomes da Ilustração em Portugal, como é o caso de Manuel do Cenáculo, eclesiástico como Bluteau, a presença da divindade na concepção de Natureza era muito forte ("A Natureza é Deus. A Natureza é em Deus uma fonte e um centro de leis originais, princípio de muitas outras que são regras de justiça e virtude" [373]). Pedro Calafate aponta que esta referência de Deus como Natureza era tributária, em certa medida, das ideias de João Escoto Eriúgena (810-877) – filósofo e teólogo irlandês, expoente do "Renascimento Carolíngio", no século IX – acerca de uma "Natureza criadora e não criada", que estão na base das noções de "Natureza naturante [agente produtor] e Natureza naturada [produto]",

---

[371] Idem, *Ibidem*, p.137.

[372] Raphael Bluteau. *Vocabulário português e Latino... .op.cit.*, pp.685-686.

[373] Manuel do Cenáculo. Instrução Pastoral do excelentíssimo, e reverendíssimo Senhor Bispo de Beja sobre as virtudes da Ordem Natural (1785). Apud Calafate. *A ideia de Natureza em Portugal... . op.cit*. p.71.

desenvolvidas inicialmente por Averróis[374] e posteriormente assimiladas pela escolástica tomista.[375] É interessante notar que embora de forma implícita e sutil, sem referência direta a presença divina, é essa distinção medieval entre uma Natureza-princípio (naturante) e uma natureza-fundo (naturada) que persiste no texto de um estudioso moderno como Henriques de Paiva.

A seguir, Henriques de Paiva apresenta outro pilar da sua argumentação, que é a ideia de *trabalho*, que, para ele, consistia no conjunto das interferências que o homem promove em seu benefício na Natureza. Segundo Paiva, foi o trabalho que gerou o *direito de propriedade* dos seres humanos sobre o que a Natureza oferecia.

Em princípio, essa apropriação significava tão somente se valer das produções naturais espontâneas ("o fruto amadurecido na árvore, em um país selvagem, a ninguém pertence, por ser então dom comum da natureza, que se torna próprio na mão de que o colheu"). Até aí, o Homem no seu estado de natureza é compreendido por Paiva como ente solitário, não-gregário. Porém a situação começa a se modificar à medida que as suas atividades são capazes de gerar excedentes, e são esses sobejos ("*superabundância*") que fazem aflorar no Homem a sua capacidade social, pois que daí surgiram as primitivas trocas, além das atividades de caça, pesca e pastoril:

> §VIII. Mas desde que um homem se achou capaz de haver em um só dia assaz subsistência para dois, então pode empregar o que lhe sobra em outros misteres, e trocar a superabundância de subsistência pelo auxílio de algum outro associado.
> §IX. Animados com a liberalidade da natureza, os homens se aproveitara dos dons gratuitos, que ela lhes fazia. Portanto vieram eles a ser caçadores, ou pescadores, e ao depois pastores.[376]

Entretanto, foi com o advento da agricultura que, segundo Henriques de Paiva, o direito de propriedade se "legitimou", em consequência do estabelecimento dos homens em comunidades sedentárias. Dessa forma, Paiva apresentou o princípio da sociedade:

> §XI. Logo apropriaram a si mesmo [o] fundo da terra mediante sua cultura. O trabalho que esta exige foi o meio pelo qual legitimou o direito de propriedade. A necessidade de mantê-lo foi o

---

[374] Abu al-Walid Muhammad Ibn Ahmad Ibn Munhammad Ibn Ruchd (1126-1198). Filósofo árabe conhecido pela corruptela latina de seu nome, *Averróis*. Foi um grande comentador das obras de Aristóteles. As reflexões de Averróis foram responsáveis pelo reaparecimento da filosofia Aristotélica na Europa.

[375] Pedro Calafate. *A ideia de Natureza em Portugal... . op.cit*., p.71.

[376] Idem, *Ibidem,* p.137.

> primeiro motivo, e o primeiro fim da reunião dos homens em sociedade fixa, e regular.[377]

Observa-se claramente, nos argumentos de Manoel Joaquim Henriques de Paiva, que o autor alude à teoria, muito em voga em fins do século XVIII, de que existiam estágios progressivos, associados aos modos de subsistência, pelos quais as sociedades passariam no caminho da civilização. De forma geral, a sequência da "Teoria dos quatro estágios" começava com a caça, depois o pastoreio, a agricultura e, por fim, o comércio. No entanto, em autores de influência fisiocrática, a agricultura costuma figurar como o último desses estágios. Lorelai Kury aponta, por exemplo, que o discípulo de Quesnay, Pierre Samuel Dupont de Nemours (1739-1817) propôs outra ordem de estágios civilizacionais: a busca de produções vegetais espontâneas, a caça (e a pesca), a domesticação dos animais e, por fim, a agricultura. Exatamente a mesma forma como Henriques de Paiva apresenta em suas Máximas.[378]

Curiosamente, ao afirmar que a passagem da etapa de coletores para a de caçadores ocorreu através de uma primitiva geração de excedente, fato que teria despertado o interesse pelas trocas, Henriques de Paiva estava a defender que os primórdios do comércio, atividade geralmente entendida como mais avançada (mas que realmente não corresponde a um modo de subsistência), eram anteriores ao estabelecimento das primeiras aldeias agrícolas. É certo que as atividades propriamente comerciais só apareceram mais à frente nas asserções de Paiva, como consequência do aumento das produções da agricultura, o qual, por conseguinte, foi propiciado pelo desenvolvimento de novas técnicas ("artes"), como o uso de máquinas e animais. Mesmo assim, o autor não deixa de conferir ao comércio um papel de amálgama da sociedade:

> §LVII. Pelo que são as operações do negociante o vínculo, que prende não só as diferentes partes da sociedade, mas ainda as diferentes sociedades entre si. Quem desconhecesse esse importante serviço dos negociantes, desconheceria sem dúvida, os lucros que resultam do comércio.[379]

Em todo caso, Henriques de Paiva endossa uma das concepções-chave do ideário fisiocrático, conferindo à Agricultura o papel de sustentáculo da economia, pois sendo fertilidade da terra a origem da riqueza, são os seus excedentes anuais (*rendimentos*) que

---

[377] Idem, *Ibidem*, p.138.

[378] Lorelai Brilhante Kury. Entre Utopia e Pragmatismo (...), *op.cit*., p. 115.

[379] Manoel Joaquim Henriques de Paiva. Máximas Gerais (...), *op.cit*. p. 145.

possibilitam a movimentação dos outros setores da economia (indústria e comércio). Em contrapartida, essas atividades concorreriam para o aperfeiçoamento da produção agrícola. O aumento das riquezas à disposição da sociedade teria como consequência necessária o aparecimento de uma "ordem econômica" para boa regulação desses recursos. Paiva não se detém mais com assunto nem define o termo, já que no seu texto a expressão só ocorre mais uma única vez para reiterar a ideia da agricultura como princípio da riqueza e a consequente dependência dos outros setores:

> §XXXIII. Não é portanto menos evidente que o produto anual das terras, é o verdadeiro princípio das riquezas; pois é o único alimento e arrimo do trabalho da Indústria; por que sua renovação pode só por si manter sempre em igual prosperidade todas as partes da ordem econômica.[380]

Por outro lado, essa noção de uma ordem que regula a economia fica patente na harmonia entre as atividades, a qual concorre para o aumento da "povoação" e cuja finalidade é a felicidade pública. Vale lembrar que concepção de felicidade com a qual Henriques de Paiva trabalha diz respeito ao aumento da fruição dos bens materiais pela população que é decorrência direta do aumento das riquezas ("Quanto mais riquezas tem a sociedade, tanto mais felizes se reputam os membros").

José Luís Cardoso, que discutiu a relação entre população e riqueza nos textos "memorialistas e projetistas" portugueses do final do século XVIII (vários com traços de influência fisiocrática), apontou uma clivagem fundamental no que diz respeito à acepção de autores anteriores, que apresentavam traços de ideias mercantilistas. De um polo a outro, pode-se dizer que o aumento da população, que antes era desejado em função dos acréscimos na produção que tornava possível, o que influía no aumento das exportações, além de contribuir para o aumento da arrecadação de impostos e das fontes de recrutamento militar; a partir de então passava a ser encarado simultaneamente como fonte e consequência do progresso agrícola, sendo percebido na sua estrita articulação com a obtenção de meios de subsistência.[381] No texto de Henriques de Paiva, não apenas a agricultura favorece o aumento da população, como também a indústria: ("Quem haverá que negue que os ofícios e

---

[380] Idem. *Ibidem*, p.140.

[381] José Luís Cardoso. *O pensamento econômico em Portugal* (...). *op. cit*., pp.70-71.

manufaturas sirvam para o aumento das riquezas e da povoação”).[382]

Por conseguinte, na acepção dos autores mercantilistas, a *riqueza* do Estado ou do soberano era vista de uma maneira que a fazia identificar com o dinheiro entrado no Reino, fruto de uma balança de comércio positiva, causando o afluxo de numerário ou de metais preciosos para os cofres do Estado. Segundo esse ponto de vista, o comércio e as trocas possuem um papel efetivamente criador. Para Cardoso, está justamente na critica a esta perspectiva, em que a riqueza e dinheiro se fundem num só conceito, a maior originalidade nos textos dos memorialistas. Para aqueles partidários das ideias de Quesnay, como é o caso de Henriques de Paiva, a origem da riqueza era a produção agrícola.[383]

Porém, se a agricultura possuía papel fundador, para o bom funcionamento econômico, a indústria e o comércio não eram menos essenciais. Para Paiva, as produções naturais por si só não eram suficientes para a prosperidade de um “*reino agrícola*” já que era preciso o seu beneficiamento e transformação, para que se pudesse usufruir da totalidade de suas utilidades: “§XXII. Se os campos produzissem pão em vez de trigo, se produzissem roupa em vez de erva, que nutre as ovelhas, de cuja lã fiada e preparada aquelas coisas se fazem, as riquezas nasceriam então criadas todas do seio da terra [...].”[384]

Além disso, apenas possuir matérias-primas ou não contar com uma indústria proporcional à sua agricultura poria o país em situação delicada, desequilibrando o comércio externo, que funcionaria, basicamente, no sentido da venda de bens primários e da compra de manufaturados, cujo preço é mais alto:

> §XXIV. Suponhamos esta [a terra] revestida de toda sua fecundidade, coberta mesmo de todas as produções, que com a agricultura aparecem sobre sua superfície; suponhamos ao mesmo tempo a ignorância das artes, que nos ensinam o emprego e uso destas produções; só por esta falta de conhecimentos, vede os homens quase tão pobres, como se achasse a terra em absoluta esterilidade.[385]

Na acepção de Paiva, o comércio, por seu turno, concorria para o bom funcionamento da economia à medida que promovia e facilitava as trocas das produções autóctones, fossem primárias ou manufaturadas dentro e fora do Reino. É notável a celebração que Henriques de

---

[382] Manoel Joaquim Henriques de Paiva. Máximas Gerais..., *op.cit*. p.141.

[383] José Luís Cardoso. *O pensamento econômico em Portugal* (...). *op. cit*., p.72-73.

[384] Manoel Joaquim Henriques de Paiva. Máximas Gerais ..., *op.cit*., p.139.

[385] Idem, *Ibidem,* p.139.

Paiva faz da figura do "negociante" (comerciante), cuja atividade, como foi falado, mantém unida a sociedade. Para o autor, aqueles "que consagram particularmente seus cabedais, ciência e atividade a facilitar tal permutação, vêm desta maneira a ser o arrimo da agricultura e da indústria".[386] Mais do que o simples ato de mercar produtos, o setor do comércio amparava os demais e possuía suas peculiaridades, e mais ainda, sua dignidade, exigindo investimentos, conhecimento específico e empenho.

No entanto, embora reconheça o valor do comércio, Paiva chamou à atenção para o que ele designou de "existência fraca e precária" dos "Estados comerciantes", isto é, cuja economia era baseada quase exclusivamente em atividades não primárias. Ainda que os resultados obtidos com essas atividades fossem temporariamente positivos, segundo Paiva, a falta de uma agricultura forte os poria em situação de dependência para com os Estados fornecedores de bens primários, o que seria a origem da sua ruína.

A afirmação de Paiva parece ser coerente com a crença fisiocrática de que o único grupo social *produtivo* – capaz de geração de excedente real (o qual Quesnay denomina *produto líquido*) – é o agrícola; constituindo os demais, artesãos e comerciantes, as classes *estéreis.* Apesar da dureza da expressão, a dita esterilidade era caracterizada pelo fato de que nessas atividades havia apenas consumo.[387] Entretanto, Paiva se distancia de Quesnay ao admitir que, na cadeia interdependente da economia, a indústria e o comércio concorrem para o "aumento" das riquezas, aceitando estar implícita a ideia de que o trabalho dos setores não primários possuía algum poder criativo. Porém, essa é uma ideia que se busca nas entrelinhas, já que, em vários momentos, Paiva tratou como "ilusória" a riqueza eventualmente acumulada pela indústria: "§LIII. Abramos os olhos a verdades tão claras e manifestas, e deixemos aos fingimentos dos poetas o erguer riquezas imaginárias só sobre os alicerces da Indústria humana".[388]

Usando ainda a terminologia fisiocrática, Paiva afirmou que os produtos manufaturados eram riquezas *peregrinas*, que não têm nação, repousando onde as condições de concorrência as favorecessem. Por outro lado, a riqueza que a terra e seus produtos representam era mais segura, constituindo uma base confiável sobre a qual a indústria

---

[386] Idem, *Ibidem,* p.144.

[387] Rolf Kuntz. *op.cit.,* p.20.

[388] Idem, *Ibidem,* p.144.

nacional poderia se estabelecer. Essa segurança era garantida, sobretudo, pelo *direito de propriedade*, que fundamentava a ordem social. Ao defender esse princípio, Henriques de Paiva ecoava em suas Máximas as de François Quesnay:

Que a propriedade dos bens territoriais e das riquezas mobiliárias seja assegurada a seus legítimos possuidores,

> porque A SEGURANÇA DA PROPRIEDADE É O FUNDAMENTO ESSENCIAL DA ORDEM ECONÔMICA DA SOCIEDADE. Sem a certeza da propriedade o território permaneceria inculto. [...] É a segurança da posse permanente que permite o trabalho e o emprego das riquezas no melhoramento e cultivo das terras e nos empreendimentos do comércio e da indústria. Só o poder soberano, que assegura a propriedade dos indivíduos, tem um direito primitivo à partilha dos frutos da terra, fonte única das riquezas.[389]

Aplicadas a Portugal, as considerações sobre agricultura, indústria e comércio de Henriques de Paiva tomaram a feição de conselhos e instruções que o país deveria observar para o bom andamento da sua economia. Se descurasse de qualquer uma das três atividades, isso acarretaria desequilíbrio e limitação na geração e na renovação das riquezas: para que a indústria florescesse, o setor agrícola em Portugal deveria ter atingido o máximo de sua produtividade, estabelecendo uma "superabundância de gêneros", ou seja, gerando o "produto líquido".

Mesmo assim, as manufaturas de produtos mais básicos, como têxteis, por exemplo, deveriam ter primazia às que Paiva chama de "artes de recreio", que vêm a ser as manufaturas de produtos de luxo. Só obtendo excedentes daquilo que é fundamental ("artes úteis"), é que o comércio exterior poderia se estabelecer sem prejuízos aos demais setores ("Tão pouco há comércio exterior sem haver superabundância de gêneros").

Por fim, Henriques de Paiva reafirma algumas ideias já trabalhadas, salientando que os pilares da geração de riquezas são a fecundidade da terra e o trabalho humano, este, por sua vez, dividido em todos os setores da economia. Ainda que a agricultura seja considerada o "primeiro manancial de riquezas", Paiva reforça a relação de interdependência entre a atividade agrícola e os demais setores, chegando a dizer que "a agricultura não é outra coisa, senão o resultado do concurso dos trabalhos de todas as mais classes juntos com os seus próprios".[390]

---

[389] François Quesnay. Máximas Gerais do Governo econômico de um reino agrícola. *Op.cit*., p.167.

[390] Manoel Joaquim Henriques de Paiva. Máximas Gerais (...). *op.cit*., p.145.

Mesmo em Quesnay, a generosidade do solo, não aparece como algo incondicional. Antes, porém, é ressaltada a necessidade da aplicação do trabalho humano e de conhecimentos de natureza técnica.[391] Dito de outra forma, o aperfeiçoamento da agricultura, atividade compreendida pelos fisiocratas como último dos estágios civilizacionais, correspondia a um processo contínuo e progressivo de controle da natureza.

Por isso, na sua última asserção, Manoel Joaquim Henriques de Paiva ressaltou a necessidade de pensar o bem da economia em associação à promoção e a expansão do conhecimento científico para públicos cada vez mais amplos. Aliás, a socialização do saber não foi só uma das bandeiras principais do *Jornal Enciclopédico*, antes, porém, considerando as várias obras do Dr. Henriques de Paiva comprometidas com esse aspecto, foi parte do projeto de toda uma vida:

> §LXIII. Mas debalde um governo sábio e esclarecido pretenderá alentar a Agricultura e as Artes, se estas não forem fundadas sobre conhecimentos sólidos da História Natural, da Física e da Química, e até da Medicina, se não estabelecerem escolas, em que se aquelas ensinem por princípios fundamentais. E se não publicarem livros elementares, fáceis, e acomodados à percepção de todos.[392]

3.2.2.3 Da dependência que tem a Agricultura, e as artes, ou indústria, da História Natural, da Física, da Química e até da Medicina (1789)

É válido considerar que o artigo "Da dependência que tem a Agricultura, e as artes, ou indústria, da História Natural, da Física, da Química e até da Medicina" publicado no Jornal Enciclopédico em março de 1789, representa certo desdobramento, ou mesmo continuidade das reflexões de Manoel Joaquim Henriques de Paiva iniciadas em suas *Máximas*, que vieram a público dois meses antes. Seu último ponto, antes mencionado,[393] deixa bem claro a antecipação dos assuntos que vieram a ser tratados nesse outro texto. É possível especular que, pelo curto período entre as duas publicações, que os dois trabalhos já estivessem prontos na primeira ocasião, sendo divulgados em momentos diferentes por razões de estratégia

---

[391] Rolf Kuntz, o*p.cit*., p.15.

[392] Manoel Joaquim Henriques de Paiva. Máximas Gerais (...). *op.cit*., p.145.

[393] Ver página 50.

editorial.

Nos três primeiros tópicos do texto, Paiva reafirma as palavras do título explicando o porquê dessa cadeia de dependências. Para ele, o estímulo e proteção ao progresso dos saberes sobre a natureza era dever de todo Estado que pensasse em aumentar a sua prosperidade e a de sua população. Como é recorrente em muitos textos analisados até agora, defende-se a promoção da ciência como um elemento central nas políticas governamentais, dado o seu caráter pragmático. Todavia, diferente do que tem ocorrido com relação às memórias que alardeavam a importância e a utilidade de alguns produtos específicos (cochonilha, guaxima, ictiocola), em *Da dependência*, essa defesa é feita de maneira generalizada, clara e direta. Henriques de Paiva é taxativo: era vã empresa um governo (ainda que repleto das melhores intenções) promover atividades econômicas sem antes fomentar os conhecimentos que lhes servem de base, nomeadamente, de História Natural, Física e Química.

Sobre as citadas três ciências, a História Natural aparece em primeiro lugar e é descrita por Paiva como aquela que "examina a superfície dos corpos, e a contextura dos mesmos". Em outras palavras, para Paiva, o objetivo da História Natural – campo do conhecimento constituído pela botânica, zoologia, cristalografia e mineralogia – consistia em descrever e analisar as características superficiais, que nos organismos estavam relacionadas à anatomia dos órgãos e tecidos que formam o corpo ("contextura"), ainda que estes não fossem aparentes, já que o termo *corpo* poderia também se referir a uma estrutura interna, como o coração, por exemplo. É importante lembrar que estes interesses tinham uma íntima associação com os estudos a respeito do tipo de reprodução, do ciclo vital, e principalmente com a classificação dos seres.

A seguir, Henriques de Paiva fala sobre a importância da Física para o conhecimento da natureza dos corpos. Em comparação com a História Natural, as preocupações Físicas diziam respeito a um objeto de estudo mais amplo, que abrangia as "propriedades gerais" e as "leis do equilíbrio e movimento".[394] Bluteau, em 1728, já o identificava como "a ciência especulativa do ente móvel".[395] Porém, Antônio Morais e Silva, em seu *Dicionário da Língua*

---

[394] Manoel Joaquim Henriques de Paiva. Da Dependência que tem a agricultura e as artes, ou indústria, da História Natural, da Física, da Química e até da Medicina. In: Fernando Egídio Reis, *op.cit*., p.146.

[395] Raphael Bluteau, *op.cit*., p.488.

Portuguesa (1789)[396] – obra entendida como tributária da de Bluteau –, ainda definia a Física como "parte da filosofia que trata dos corpos naturais".

Por sua aproximação com a medicina, que no século XVIII ainda tinha no vocábulo "*physica*" um sinônimo, é possível compreender a definição de Paiva para além dos exemplos astronômicos, geológicos e técnicos normalmente associados a este ramo do conhecimento. Isto é, desde que estivesse relacionada aos seres vivos, do texto de Henriques de Paiva apreende-se que o vocábulo *Física* podia significar o mesmo que *Fisiologia* – a parte da ciência médica que estuda o "mecanismo e funções" do organismo.[397]

Quanto à química, a última das três ciências necessárias a ser mencionada, vale a pena citar integralmente o que a seu respeito afirmou o Dr. Henriques de Paiva:

> [...] o terceiro e mais sublime é a química, que procura à força de artifícios rasgar o véu com que a natureza cobre os mais recônditos segredos de suas operações, já separando as diversas substâncias que entram na composição dos corpos, examinando cada uma das suas partes constituintes, e indicando as propriedades ocultas, e analogias das mesmas; já comparando, e combinando umas com outras substâncias, e já finalmente produzindo por misturas diferentemente combinadas, novos compostos de que na mesma natureza não se acha modelo, nem exemplo.[398]

No trecho citado, Henriques de Paiva enaltece a Química como o degrau mais alto que se deve alcançar para uma profunda compreensão da natureza dos corpos. Ainda que a Natureza tenha sido representada nas *Máximas*, como uma força criadora e como ordenamento do mundo, dos quais o homem é dependente, o que mais salta aos olhos na citação de Paiva é o papel protagonista da racionalidade humana na construção de meios que possibilitavam o desvendamento daquilo que, por simples observação direta, não seria possível.

A ciência figura como um processo progressivo de submissão da natureza às necessidades do homem, a vitória do "esclarecimento" sobre os "mais recônditos segredos" que a Natureza por si mesma não quer manifestar. Segundo Lorelai Kury, em fins do século XVIII, o controle da natureza era compreendido pelos representantes do meio culto francês como um alto índice alcançado pelas sociedades civilizadas. Se nesse período, ser civilizado

---

[396] Antônio de Morais e Silva. Dicionário da Língua Portuguesa composto pelo padre Raphael Bluteau, reformado e acrescentado por Antônio de Moraes e Silva. 1ª. Edição. Lisboa: oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Disponivel em http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/2/ph%C3%ADsica. (Acesso em 02/02/2012).

[397] Assim definiu Morais em seu verbete *Physiologia*. Idem. *Ibidem*, p.447.

[398] Manoel Joaquim Henriques de Paiva. Da dependência... . *op.cit*., p.146.

era, conforme designou Norbert Elias,[399] controlar os seus impulsos, incorporar as regras polidas de conduta; de modo paralelo, a civilização tinha como características, além da existência de instituições civis sólidas, o controle sobre a natureza.

Tal era o seu entusiasmo com as vantagens da química, que ao ressaltar que o conhecimento seguro das substâncias e de suas propriedades possibilitava a fabricação de compostos antes inexistentes, Paiva permitia a interpretação por parte de quem lesse, de que Natureza foi, não apenas submetida, mas superada.

Entretanto essa era uma posição muito delicada para ser defendida sem relativizações, eis a razão de Henriques de Paiva passar boa parte do texto conferindo-lhe outra nuance. Dos dezoito tópicos de *Da dependência*, Paiva destinou quatorze à demonstração de como os "progressos" da agricultura estavam subordinados aos das referidas três ciências. Como exemplo desses avanços foi utilizado a nutrição dos vegetais e a sua relação com a química, como segue na citação abaixo:

> [...] à medida dos conhecimentos físicos, e químicos é que os agricultores têm chegado à verdade, até finalmente virem a concluir que o gás inflamável, e a luz absorvidos pelas folhas, a água, e o ácido aéreo chupados pelas raízes, e mais partes externas dos vegetais, são os seus verdadeiros princípios nutritivos.[400]

Observa-se na passagem que Henriques de Paiva utilizou os termos *gás inflamável* e *ácido aéreo*. O primeiro corresponde ao nosso gás hidrogênio – *dihidrogênio*. Por sua vez, a substância conhecida como ácido aéreo era chamada por Fourcroy de ácido cretáceo. Entretanto, um texto do referido químico sobre as águas minerais, publicado em 1789, depois do *Método de Nomenclatura Química (1787)*[401] – sendo, portanto, posterior à "conversão" de Fourcroy à "nova química" – substitui o termo ácido cretáceo por ácido carbônico (H_2CO_3), o que Henriques de Paiva, por certo, não sabia, dada a proximidade das datas. A utilização pelo ilustrado português da nomenclatura pré-Lavoisier não significa, em absoluto, que o pensamento do mesmo estava atrasado, pois este era um momento de transição entre a "velha" e a "nova" química. Ademais, como prova a sua produção bibliográfica, Henriques de Paiva

---

399 Tese clássica do sociólogo alemão Norbert Elias (1897-1990) a respeito do significado profundo do ato de civilizar-se, seu surgimento e suas implicações sócio-políticas durante a idade moderna. O processo Civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. 2v.

400 Manoel Joaquim Henriques de Paiva. Da dependência... . *op.cit*., p.147.

401 Lavoisier publicou, em 1787, seu *Método de Nomenclatura Química*, obra com que reformulou a terminologia química, contando com a participação de Louis B. Guyton de Morveau e Antoine F. Fourcroy.

foi um entusiasta da divulgação dos novos métodos e teorias que surgiam pela Europa, nos vários ramos do saber.[402]

Outro fato que é importante sublinhar, principalmente para um período onde os termos *arte* e *ciência* não eram completamente separados e ainda substituíam um ao outro com alguma facilidade, é que tanto a agricultura, quanto a indústria e a medicina foram denominadas por Paiva como "ciências práticas", e como tais, deviam ser estudadas com o mesmo rigor metódico que se conferia a qualquer outra ciência. De certa forma, essa posição de Paiva dialoga bastante com a defesa dos fisiocratas acerca do emprego dos recursos técnicos na agricultura com vistas à maximização de sua produtividade e consequente aumento do produto líquido:[403]

> V. Sendo a Agricultura a ciência que nos ensina a cultivar bem as terras para delas tirarmos todos os produtos possíveis, e tendo consequentemente por objeto todas as diferentes terras, e várias plantas, fica manifesto que para trabalharmos metodicamente no progresso dela, julgarmos da cultura das mesmas terras, e conhecendo as vantagens, que um método leva a outro, cumpre que além de conhecermos a natureza das plantas, e suas partes, saibamos distinguir as diversas castas de terras em que se criam. E como se fará isto sem o conhecimento da botânica, da Mineralogia e da Química?[404]

João Luís Lisboa apontou que entre as últimas décadas do século XVIII e as primeiras do XIX foi se tornando cada vez mais evidente em várias obras portuguesas com pendor científico o papel aglutinador e privilegiado da agricultura em relação às outras ciências, pois este era um domínio que obrigava a um entendimento concreto de *esclarecimento* e de *Natureza*. A agricultura era ao mesmo tempo incentivo e finalidade. De tudo isto resultava ser a atividade agrícola não apenas uma motivação econômica, mas um espaço de realização científica. Da mesma forma que os estudos agrícolas eram promovidos por profissionais de outras áreas, estes estudos também auxiliavam a promoção e a divulgação da ciência em vários domínios. Ademais, J. Lisboa admite em relação à agricultura, que o homem se aproximou da natureza com um poder acrescido, mas não que esse poder tenha gerado uma situação de conflito.[405]

É justamente esse conflito que Manoel Joaquim Henriques de Paiva tenta evitar

---

[402] A respeito da obra de Paiva, ver Innocencio Francisco da Silva. *Dicionário Bibliográfico Português*..., *op.cit*., p.12-18.

[403] Rolf Kuntz, *op.cit*. p.15.

[404] Manoel Joaquim Henriques de Paiva. Da dependência... . *op.cit*., p.147.

[405] João Luís Lisboa. *op.cit*., pp.101-109.

quando, depois de haver celebrado o poder do Homem sobre a natureza, afirmou ser esta "o modelo que devemos imitar", fazendo menção a uma sabedoria e a um poder natural intrínsecos. Para exemplificá-los, Henriques de Paiva comparou as frágeis linhagens de videiras cultivadas em Portugal pelas "mãos bárbaras" dos agricultores, com aquelas que cresceram naturalmente em bosques e florestas. E não apenas isso. Para Paiva, a falta de conhecimentos sólidos provocava a esterilidade da terra:

> XII. A videira destinada pela natureza para trepar até o cume das mais altas árvores, e arrimada a esta, até chegar a uma prodigiosa grossura, é reduzida pela mão bárbara do vinhateiro a uma pequena cepa, fraca, vacilante, e arrimada a um pequeno espeque, e sujeita a ser derribada pelo menor vento, sem produzir mais três, ou quatro cachos [...].[406]

Então, a questão real não era superar a natureza criadora, mas sim alcançá-la em sua perfeita ordem, através da promoção de conhecimentos "*luminosos*" que fizessem ultrapassar, sim, a rudez daqueles que se ocupavam da agricultura, "homens ignorantes dos progressos feitos nesta ciência", que operavam contrariando a ordem natural; como também, abandonar os preceitos de quem nunca a havia praticado, só tendo lido sobre o assunto. Ou seja, na sua condição de ciência prática, a agricultura necessitava de conhecimento experimental, metodologicamente rigoroso e embasado na observação.

---

[406] Manoel Joaquim Henriques de Paiva. Da dependência... . *op.cit*., p.149.

4 CONCLUSÃO

No presente trabalho, a Academia Fluviense Médica Cirúrgica Botânica e Farmacêutica, instituída a 18 de fevereiro de 1772 no paço dos vice-reis, no Rio de Janeiro, foi estudada à luz das memórias científicas de dois de seus membros: o presidente, Dr. José Henriques Ferreira, e seu irmão mais jovem, diretor da seção de farmácia da Academia, Manoel Joaquim Henriques de Paiva.

Analisou-se a maneira com a qual estes autores operavam determinadas concepções, tais como *ciência* e *natureza*, e o que estas traziam para uma maior compreensão das singularidades históricas da Academia e de seus sócios frente a alguns elementos contextuais do século XVIII, tanto de natureza política como cultural. Dessa forma, contrariando a tese de que a América Portuguesa daquele período caracterizou-se por um grande vazio de práticas científicas, as atividades da Academia Fluviense, materializadas nas memórias de História Natural escritas por seus membros, principalmente nas de José Henriques Ferreira, são um excelente meio de comprovação da existência de atividades científicas na América de colonização portuguesa, em específico na região do Rio de Janeiro.

Ao longo do primeiro capítulo, algumas faces desse contexto foram expostas indicando, em primeiro lugar, as mudanças culturais ocorridas desde a aurora do setecentos, e acumuladas, sobretudo, a partir da década de 1740,[407] com o acirramento das críticas à obsolescência do modelo filosófico e pedagógico escolástico, utilizado nas instituições de ensino dirigidas pelos jesuítas, e que no período anterior à expulsão da ordem dos domínios portugueses, eram predominantes. Outro elemento de suma importância para o entendimento desse quadro foi o advento daquilo que a historiografia denominou de *ecletismo filosófico*,[408] que vinha a ser a livre adoção de concepções e métodos de investigação de acordo com a adequação destes para a compreensão de determinados fenômenos. Em rota de colisão ao que se convencionou chamar de "espírito de sistema", característico do dedutivismo matemático do século XVII, o ecletismo figurou na base das obras de autores como Luiz António Verney,

---

[407] Francisco Contente Domingues. *Ilustração e catolicismo: Teodoro de Almeida.* Lisboa. Edições Colibri, 1994, p.40.

[408] Idem, *Ibidem,* p.59.

do oratoriano Teodoro de Almeida e do franciscano Manuel do Cenáculo.[409]

Fossem críticos mais radicais, como Verney, ou mais moderados, como Cenáculo, um invariante era o convívio razoavelmente harmonioso entre a defesa de um conhecimento embasado pela experimentação e pela observação, e a pertença a quadros culturais onde o desvelamento da natureza aparecia como reconhecimento da perfeição com a qual Deus pôs cada ente em seu adequado lugar para uma determinada finalidade.[410]

Atrelado ao aparecimento de uma postura eclética em relação às matrizes de pensamento, outro dado importante foi o surgimento da preocupação com a vulgarização do conhecimento, presente em muitas obras do período, sobretudo as de caráter enciclopédico, cujos exemplos podem ser encontrados na gigantesca *Recreação Filosófica* de Teodoro de Almeida, quanto no advento do Jornal Enciclopédico dedicado à rainha nossa senhora.[411] Pode-se considerar que tal preocupação estava intimamente vinculada a um posicionamento científico que buscava no saber a utilidade prática para a sociedade, ideia tributária da concepção Baconiana de ciência, portanto, moderna, cujo papel fundador era defendido pelos enciclopedistas franceses. Tratava-se, então, de um fenômeno da Ilustração europeia como um todo, não apenas em Portugal.

Aos elementos de natureza cultural se combinam os de caráter político, notadamente a influência do Pombalismo, mesmo depois da morte de D. José I e consequente demissão de Pombal. Vale lembrar que um dos elementos constituintes de maior importância do Estado Português no período mariano foi o pragmatismo científico emanado da Academia Real das Ciências de Lisboa – instituição que tinha em seus quadros vários membros remanescentes do grupo pombalino, como o ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho e o naturalista Domingos Vandelli.[412]

Movendo-se entre as práticas mercantilistas e a influência das luzes do século, a centralizadora "governação pombalina" foi caracterizada por Kenneth Maxwell, sobretudo,

---

[409] Idem, *Ibidem*, p.60.

[410] Pedro Calafate. *Metamorfoses da palavra. Estudos sobre o pensamento português e brasileiro*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998. p. 217- 218.

[411] Fernando Egídio Reis. *Felicidade, utilidade e instrução: A divulgação científica no Jornal enciclopédico dedicado à rainha 1779; 1788-93; 1806*. Porto. Editora Porto, 2005. p.1-9.

[412] Oswaldo Munteal Filho. Despotismo e cultura científica no mundo de Queluz. In: Lená Medeiros de Menezes, Denise Rollemberg e Oswaldo Munteal Filho (org). *Olhares sobre o político: novos ângulos, novas perspectivas*. Rio de janeiro. Eduerj, 2002. p.98.

por um *absolutismo lógico*,[413] mas que muitas vezes era contraditório, cujas pretensões foram interpretadas pelo pensador português Antônio Ribeiro dos Santos como um "impossível político".[414]

Se, por um lado, suas reformas visavam promover o avanço das ciências, como ficou patente em medidas como a reformulação dos estatutos da Universidade de Coimbra (1772), por outro, a discussão e a divulgação do conhecimento eram mantidas sob rigoroso controle, tendo como exemplo a proibição da circulação de periódicos como a Gazeta de Lisboa. Para o incremento econômico apostou-se no favorecimento de alguns grupos mercantis aliados e na criação de companhias monopolistas de comércio, além do apoio a medidas que pretendessem recrudescer a agricultura colonial. Tudo isso visando, sobretudo, o fortalecimento do poder central e da sua capacidade de ação, esvaziando a influência política de outros grupos cujos interesses considerados incongruentes com os do Estado, como a nobreza de sangue e as ordens religiosas, principalmente a Companhia de Jesus.[415]

No vértice dos dois primeiros elementos, favorecido por um ambiente de renovação cultural e limitado pelo centralismo pombalino, situou-se o grupo de letrados ligados às artes da cura apoiado pelo vice-rei, o marquês do Lavradio, a Academia Fluviense, também conhecida na historiografia como Academia Científica do Rio de Janeiro, destinada à produção de conhecimento sobre os "três reinos na Natureza", mas cuja ênfase recaía nas matérias de cunho utilitário, visando, sobretudo, a diversificação e incremento da produção agrícola.

Centrando a atenção na Academia Fluviense, nas suas regras de funcionamento e na relação com o vice-rei, no segundo capítulo foi possível compreender melhor o significado da associação entre Lavradio e a família Paiva, que além da presidência, ocupava também a maioria dos postos de direção da Academia para o estabelecimento de uma instituição com pendor científico na América Portuguesa, as suas motivações e estratégias de ação.

Para um fidalgo como D. Luís de Almeida Portugal, cujas dificuldades passadas desde

---

[413] Kenneth Maxwell. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo. 2ª Ed.* Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1996. p.38.

[414] Luiz Carlos Villalta. Os livreiros, os livros proibidos e as livrarias em Portugal sob o olhar do Antigo Regime (1753-1807). In: Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (org). *Livros e impressos: retratos do setecentos e do oitocentos.* Rio de Janeiro: Eduerj, 2009. p.257-258.

[415] Francisco J.C. Falcon. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada, 2ª Ed.* São Paulo. Ática, 1993. p.371.

a morte de seu pai tornaram-no ainda mais preocupado com o prestígio de sua família (e também se considerando as tensões que havia entre Pombal e o estamento nobiliárquico), o real serviço no ultramar era uma excelente oportunidade.[416] Para a família Paiva, cristã-nova, a patronagem de alguém como Lavradio ao projeto da Academia Fluviense, sugerido ao vice-rei por seu médico José Henriques Ferreira, constituía simultaneamente uma tentativa de levar para bem longe o fantasma do Santo Ofício, bem como um meio de ascensão social, através da obtenção de cargos e mercês.

A análise do conteúdo de algumas cartas de D. Luís de Almeida demonstrou que através da interlocução do marquês de Angeja, que era seu genro e que tinha parentesco com a Casa Real de Bragança, o vice-rei utilizou o estabelecimento de uma academia que visava o fortalecimento econômico do Reino como um meio de promover seus feitos à frente do vice-reinado, elevando seu prestígio na corte. Por outro lado, as fontes são claras quanto à necessidade que a Academia Fluviense tinha de que a Coroa lhe insuflasse *ânimo*, isto é, recursos, para fazer funcionar o mecanismo de fomento[417] desenvolvido no período em que Lavradio esteve à frente do vice-reino.

Por essa razão, pelo lado dos acadêmicos, há evidências que apontam que o jovem diretor da seção de farmácia da Academia Fluviense, e estudante de medicina, Manoel Joaquim Henriques de Paiva foi instado a servir de contato nos círculos cortesãos com vistas a angariar o favorecimento do rei, ou de seu plenipotenciário ministro. Fatores como a guerra com os espanhóis na fronteira sul da América portuguesa, e a desconfiança que havia em relação ao estabelecimento de estudos maiores em colônias, fortalecida pelo acirramento do controle sobre as mesmas no período pombalino, foram importantes para que os tão desejados recursos se escasseassem, arrefecendo a estratégia fomentista e os trabalhos da Academia, que a despeito disso, só se encerraram definitivamente ao término da gestão de Lavradio, em 1779.

Quanto ao funcionamento da Academia Fluviense, os curtos e objetivos estatutos abarcavam questões referentes à organização interna e à definição das atribuições, ás regras de convívio, aos procedimentos acadêmicos e aos métodos a serem utilizados nas pesquisas.

---

[416] Fabiano Villaça dos Santos. O Marquês do Lavradio e os rumos da colonização na América portuguesa: notas sobre o vice-rei e sua ação administrativa (1768-1779). In: Cláudia B. Heynemann e Renata W. Santos do Vale (org). *Temas Luso-brasileiros no Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010. p.38.

[417] Arno Wehling. O fomentismo português no final do século XVIII: Doutrinas, mecanismos, exemplificações. *RIHGB.* Rio de Janeiro, v.316, jul-set. 1978 p.240.

Ressalta-se a primazia conferida ao texto escrito, necessário para, praticamente, todos os procedimentos, julgados por critérios que iam do estilo à utilidade das propostas. Para um grupo a quem a honra não podia ser imputada por razões de nascimento, servia de substituto o reconhecimento do mérito intelectual, o que faz lembrar o lugar social que os arautos da Ilustração conquistaram para os "homens de letras",[418] favorecendo até mesmo aqueles que trabalhavam, ou buscavam trabalhar, sob a determinação do Estado.

Em relação ao método, ainda que as tendências ecléticas do período reservassem nos estatutos um lugar para o modelo matemático-dedutivo, a preferência recaía na observação judiciosa e na reprodução experimental de fenômenos, denotando influência do modelo baconiano de ciência, o que é perfeitamente compreensível dada a ênfase nos trabalhos de História Natural.

Do terceiro e último capítulo, reservado à análise das obras dos irmãos José Henriques Ferreira e Manoel Joaquim Henriques de Paiva, pode-se concluir antes de tudo, que o zelo de Henriques de Paiva para com a obra de seu irmão mais velho, e o seu esforço para publicá-la, mesmo após muitos anos do passamento daquele, indica não apenas admiração fraterna, mas também que este confiava no teor dos trabalhos e que compartilhava muitas de suas concepções.

No tocante a essas noções, tanto os trabalhos de José Henriques Ferreira quanto os de Manoel Joaquim Henriques de Paiva refletem uma das dimensões constitutivas das ciências em fins do século XVIII ao defenderem um tipo de conhecimento cuja finalidade não era a busca desinteressada da verdade, mas sim, a sua utilidade, não para um indivíduo ou um pequeno grupo, mas para toda a sociedade. Essa busca pelo útil visava, sobretudo, a melhora das condições materiais de existência dos homens, melhora que nesse contexto era interpretada como sinônimo de felicidade.

Desse modo, ao defender o *zelo da Pátria*, José Henriques promovia o que Aristóteles entendeu como a finalidade da vida em sociedade, o bem coletivo;[419] dimensão que se encontrava também (a despeito das acusações severas feitas à filosofia clássica por seu "culto às palavras") nas concepções de Francis Bacon acerca da utilidade da ciência para uma

---

[418] Guilherme Pereira das Neves. *O Seminário de Olinda: educação, cultura e política nos Tempos Modernos*. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGH da UFF. Niterói, 1984. p.76.

[419] Aristóteles. Aristóteles. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Martin Claret, 2002. p.20-22.

modificação concreta da vida humana.[420] Entretanto, a efetivação dessa utilidade passava necessariamente pela ingerência financiadora e gestora do Estado, já que os seus interesses e os da sociedade eram compreendidos como congruentes.

A penetração da ideias fisiocráticas fortalecia essas justificativas, pois pela doutrina do despotismo legal, segundo a qual, soberano exercia uma autoridade protetora e tutelar, François Quesnay e seus seguidores advogavam que era imprescindível a centralização do poder para que a *ordem natural* operasse seus efeitos na sociedade.[421] Na prática, cria-se que só um poder forte tinha condições de neutralizar os interesses particulares e promover reformas para a sociedade. Soberano e ministros, teoricamente guiados pela "luz da razão" eram interpretados como os únicos em condições de promover a realização do bem coletivo. Portanto, por esse ponto de vista, a associação dos homens de ciência ao Estado não constituía um problema, mas sim um meio legítimo para a efetivação das mudanças.

Em se tratando da ordem natural, observou-se que fosse por filiação aos postulados fisiocratas – mais patentes nas *Máximas* de Manoel Joaquim Henriques de Paiva; ou pela influência da ideias de Lineu – manifesta pela larga utilização de seu sistema de classificação, como pela adesão às "sábias leis da economia geral da natureza", refletidas com mais clareza nas dissertações de José Henriques Ferreira - a natureza foi concebida por meio de expressões como "o modelo que devemos imitar"; "a origem da riqueza"; "a que nada tem de supérfluo", representações que pretendiam realçar determinadas imagens de sabedoria, poder e perfeição.

Se em outros autores, como Verney e Cenáculo estas ideias de natureza apareciam associadas diretamente ao poder divino, já nas obras dos irmãos Paiva essa ligação era mais discreta, mas podia ser percebida quando suscitava uma concepção de uma natureza como força que preexiste, forma, e compõe cada ente em seu devido lugar para uma determinada finalidade, que quase sempre tangia à sua utilidade para o homem. Segundo essa concepção, através do uso de sua razão e por meio da observação cuidadosa, esse homem avançava no processo de controle dos mecanismos da natureza, entendido à época também como um avanço da civilização. Todavia, para os irmãos Paiva, a civilização não se caracterizava pelo afastamento da natureza, antes, porém, pela busca a uma maior compreensão das suas dinâmicas, qualidades e produtos.

---

[420] Paolo Rossi. *Francis Bacon*. *Francis Bacon: Da magia à ciência*. Tradução Aurora Fornoni Bernardini. Londrina: Eduel; Curitiba: Editora da UFPR, 2006 p. 120-122.

[421] José Luis Cardoso. *Pensar economia em Portugal: digressões históricas*. Miraflores: Difel, 1997. p.124-125.

REFERÊNCIAS

ALZATE Y RAMIREZ, José António Alzate. Memória em que se trata del insecto grana o cochinilla, de su naturaleza y série de su vida, como también del método para propagarla y reducirla al estado em que forma uno de los ramos más útiles de comercio, escrita em 1777 por el autor desta gaceta. *Gaceta de Literatura de México,* México, nov., 1793, p. 248. Disponível em: http://books.google.com.br/books/ucm?vid=UCM5324329663&printsec=frontcover&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false . Acesso em: 23 de jan. 2012.

ANDRADE, António Alberto Banha de. *Verney e a cultura de seu tempo*. Coimbra: Imprensa Universitária, 1965.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

BACON, Francis. *Novum Organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza (1620).* Tradução de José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção os pensadores).

BARRETO, Maria Renilda Nery. *Instituições, médicos e populações enfermas em Salvador e Lisboa (1808–1851).* Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, 2005.

_____. Entre Portugal e Brasil. *A trajetória de Manuel Joaquim Henriques de Paiva e a divulgação da ciência médica (1752-1829).* In: COLÓQUIO DO POLO DE PESQUISAS SOBRE RELAÇÕES LUSO-BRASILEIRAS (PPRLB). Disponível em http://rgplgead.bibliopolis.info/GeADOPAC/#/SearchAdv> Acesso em: 10 dez de 2010.

BIAGIOLI, Mario. *Galileu cortesão:* a prática da ciência na cultura do absolutismo. Porto: Porto Editora, 2003.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário Português e latino*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712, v.2, p.169-70. Disponível em: http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/> Acesso em: 19 nov de 2011.

BRANDÃO, Vicente Ferreira de Souza. *Recopilação histórico-biographica do venerável padre Bartholomeu do Quental, fundador da congregação dos padres congregados do Oratório e dos Irmãos congregantes de N. Sa. das Saudades e São Felipe Néri*. Lisboa: Tipografia de José Baptista Morando, 1867.

CALAFATE, Pedro. *A ideia de natureza no século XVIII em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994.

_____. *História do pensamento filosófico português:* as luzes. Lisboa: Editorial Caminho, 2001.v.3.

CALAFATE, Pedro. *Metamorfoses da palavra. Estudos sobre o pensamento português e brasileiro*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

CAMPELLO, Ignácio Miguel Pinto. Relação dos livros apreendidos ao bacharel Mariano José Pereira da Fonseca – sequestro feito em 1794. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t.63, p.15-18, Rio de Janeiro, 1901.

CARDOSO, José Luís. *O pensamento econômico em Portugal nos finais do século XVIII.* Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

_____. *Pensar economia em Portugal:* digressões históricas. Miraflores: Difel, 1997.

CARVALHO, Augusto da Silva. As academias científicas do Brasil do século XVIII. *Separata das memórias Academia de Ciências de Lisboa.* Tomo II. Lisboa, 1939.

CARVALHO, Flávio Rey de. *Um iluminismo português?* A reforma da Universidade de Coimbra (1772). São Paulo: Annablume, 2008.

CAVALCANTE, Berenice. Os letrados da sociedade colonial: As academias e a cultura do iluminismo no final do século XVIII. *Acervo. Revista do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro,* v.8, n. 01/02, 1995.

DARNTON, Robert. *Os dentes falsos de George Washington*: um guia não convencional para o século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo:* a história de devastação da mata atlântica. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

DESCARTES, René. (1596-1650). *Discurso do método*. Tradução Ciro Mioranza. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da lustração no Brasil. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v.278, p.105-170, jan./mar.1968.

DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a construção de redes de informação no império português em finais do setecentos. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos,* Rio de Janeiro, v. 8, suplemento, p.823-838, 2001.

DOMINGUES, Francisco Contente. *Ilustração e catolicismo:* Teodoro de Almeida. Lisboa: Edições Colibri, 1994.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador.* Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993.

_____. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

FALCON, Francisco Calazans. *A época pombalina:* política econômica e monarquia ilustrada. 2.ed. São Paulo. Ática, 1993.

_____. Iluminismo. 4.ed. São Paulo: Ática,1994.

FERREIRA, José Henriques. Arquivo Nacional – Fundo marquês do Lavradio: RD 41. *Dissertação sobre a Cochonilha História do seu descobrimento na América Portuguesa Escrita por José Henriques Ferreira Médico pela Universidade de Coimbra e sócio da academia de Suécia etc. Etc. Oferecida ao Ilmo. e Exmo. Senhor Marquez de Anjeja (...)* (1776).

_____. Memória sobre a Guaxima. In: _____. *Memórias econômicas da Real Academia das ciências de Lisboa. Tomo I*. Lisboa (1790). Banco de Portugal, 1990.

FONSECA, Maria Rachel Fróes da. O associativismo científico no Brasil (1771-1829) e a promoção das ciências e da felicidade da nação. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL, Rio de Janeiro, 2000. *Um Rei Aclamado na América,2000.,*

FONSECA, Maria Rachel Fróes da. *A única ciência é a pátria*: o discurso científico na construção do Brasil e do México (1770-1815). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, São Paulo, 1996.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas:* uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

GAZETA DE MADRI, 24 de março de 1786, p.204. Disponível em: < www.boe.es/diario_boe> Acesso em: 14 dez de 2011.

GESTEIRA, Heloísa Meireles. O Recife Holandês: História Natural e Colonização Neerlandesa (1624-1654). *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.6-21, jan./jun., 2004.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *A modernização dos sentidos*. São Paulo: Editora 34, 1998.

HANKINS, Thomas L. *Ciência e Iluminismo*. Porto: Porto Editora, 2002.

HAZARD, Paul. *O pensamento europeu no século XVIII*. 3.ed. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

HERSON, Bella. *Cristãos novos e seus descendentes na medicina brasileira (1500/1850).* São Paulo: Edusp, 1996.

KANT, Immanuel (1724-1804). Resposta à pergunta: Que é esclarecimento? ("was ist Aufklärung?"), 1784. In: _____. *Textos seletos*. Petrópolis: Vozes, 1985.

KANTOR, Íris. *Esquecidos e Renascidos:* historiografia acadêmica luso-brasileira (1724-*1759)*. São Paulo: HUCITEC, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise:* uma contribuição a patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: Eduerj/Contraponto, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado:* contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2006.

KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna:* novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: J. Zahar. 1997.

KUNTZ, Rolf (Org.). *François Quesnay:* economia. São Paulo: Ática, 1984.

KURY, Lorelai Brilhante. Entre Utopia e pragmatismo: a história natural no iluminismo tardio. In: SOARES, Luís Carlos (Org.). *Da revolução científica à big (business) science*. São Paulo: Hucitec, 2001.

_____. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *História, Ciências, Saúde* - Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 11 (suplemento 1), 2004.

_____ (Org). *Iluminismo e império no Brasil:* o Patriota (1813-1814). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

KURY, Lorelai Brilhante ; MUNTEAL FILHO, Oswaldo. Cultura científica e sociabilidade intelectual no Brasil setecentista: um estudo acerca da sociedade literária do Rio de Janeiro. Acervo. *Revista do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro,* v.8, n. 2, 1995.

LAVRADIO, D. *Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão d'Eça e Melo Silva Mascarenhas 5º conde Avintes e 2º marquês do. Cartas do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1978.

LINNAEUS, Carolus. *Systema Naturae per Regna Tria Naturae secundum classes, ordines, genera, species*. Impensis direct. Laurentii Salvii, 1758. Disponível em http://www.botanicus.org/title/b12066783> Acesso em: 09 jan de 2012).

LISBOA, João Luis. *Ciência e política.* Lisboa. Imprensa Nacional, 1991.

LOPES, Maria Margaret Lopes; FIGUERÔA, Silvia F. de M. *Relatório científico final do projeto emergência e consolidação das ciências naturais no Brasil (1770-1870)*, Campinas, Unicamp, 2003. mimeo.

LUCAS, Fabio et al. (Org). *Autos da devassa:* prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794. Rio de Janeiro: EdUerj, 2002.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Natureza em Boiões:* medicinas e boticários no Brasil Setecentista. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.

MAXWELL, Kenneth . *Marquês de Pombal:* paradoxo do iluminismo. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. *Chocolate, Piratas e outros malandros:* ensaios tropicais. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MAYR, Ernest. *O desenvolvimento do pensamento biológico:* diversidade, evolução e herança. Brasília: UnB, 1998.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O 'éthos' Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. *Almanack Braziliense*, n. 2, nov. 2005. p. 5. Disponível em: <http://www.almanack.usp.br/PDFS/2/02_forum_1.pdf> Acesso em: 20 de nov. 2011.

MOREL, Marco. Pátrias polissêmicas: República das letras e imprensa na crise do Império Português na América. In: LORELAI,Kury (Org.). *Iluminismo e Império no Brasil:* o Patriota (1813-1814). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. Despotismo e cultura científica no mundo de Queluz. In: MENEZES, Lená Medeiros de, ROLLEMBERG, Denise ; MUNTEAL FILHO, Oswaldo (Org). *Olhares sobre o político*: novos ângulos, novas perspectivas. Rio de janeiro. Eduerj, 2002.

NEVES, Guilherme Pereira das. Del Imperio Luso-Brasileño al Imperio del Brasil (1789-1822). In: ANNINO, A. et al (Org). *De los Imperios a las Naciones:* Iberoamerica. Zaragoza: IberCaja, 1994.

NOVAIS, Fernarndo. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808*). São Paulo. Hucitec, 1983.

PÁDUA, José Augusto. Um *sopro de destruição:* pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.

PAIVA, Manoel Joaquim Henriques de. Sumário da História do descobrimento da cochonilha no Brasil e das observações que sobre ela fez o Dr. José Henriques Ferreira, médico do vice-rei o Marquês do Lavradio. Rio de janeiro, *O patriota*, n.1, p.3-13, jan./fev., 1814. (Bilioteca Nacional.

PAIVA, Manoel Joaquim Henriques de. Memória do descobrimento da Ictiocola vulgarmente chamada cola, goma, ou grude de peixe, da sua natureza e preparação. Jornal Enciclopédico de dicado à Rainha N. Senhora. Lisboa. Set, 1789. In: REIS, Fernando Egídio. *Felicidade, utilidade e instrução*: A divulgação científica no Jornal enciclopédico dedicado à rainha 1779; 1788-93; 1806. Porto: Editora Porto, 2005. p.59.

_____. Máximas gerais sobre agricultura, Indústria e comercio. Jornal Enciclopédico de dicado à Rainha N. Senhora. In: REIS, Fernando Egídio. *Felicidade, utilidade e instrução*: A divulgação científica no Jornal enciclopédico dedicado à rainha 1779; 1788-93; 1806. Porto: Editora Porto, 2005. p.137.

_____. Da dependência que tem a agricultura, e as artes, ou indústria, da História natural, da Fysica, da quimica, e até da medicina. Jornal Enciclopédico dedicado à Rainha N. Senhora. In: REIS, Fernando Egídio. *Felicidade, utilidade e instrução*: a divulgação científica no Jornal enciclopédico dedicado à rainha 1779; 1788-93; 1806. Porto: Editora Porto, 2005. p.146.

PRESTES, Maria Elice Brzezinski. Definição de "insetos" por René-Antoine Ferchault de Reaumur. *Filosofia e História da Biologia*, v.3, p.263-284, 2008. Disponível em: <http://www.abfhib.org/FHB/FHB-03/FHB-v03-14-Maria-Elice-Prestes.pdf> Acesso em: 10 jan. 2012.

QUENTAL, Antero de. *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos.* Discurso proferido numa sala do Casino Lisbonense, em Lisboa, no dia 27 de Maio de 1871, durante a 1.ª sessão das Conferências Democráticas. Disponível em: http://aulaportuguesonline.no.sapo.pt/causas.htm. Acesso em: 15 jul. 2011.

QUESNAY, François. Máximas Gerais do governo econômico de um reino agrícola. In: KUNTZ, Rolf (Org.). *François Quesnay:* Economia. São Paulo: Ática, 1984.

RAMINELLI, Ronald. Ciência e Colonização – Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira, *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 164, dezembro de 1998.

RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: m*onarquias, vassalos e governo à distância. São Paulo. Alameda, 2008.

REIS, Fernando Egídio. *Felicidade, utilidade e instrução:* A divulgação científica no Jornal enciclopédico dedicado à rainha 1779; 1788-93; 1806. Porto: Editora Porto, 2005.

REIS, Paulo César. *Os intelectuais e a circularidade Cultural na América Portuguesa*: O caso da Academia Científica do Rio de Janeiro (1771-1779). Dissertação (Mestrado em História) – Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2006.

REIS, Fernando Egídio. *Felicidade, utilidade e instrução*: A divulgação científica no Jornal enciclopédico dedicado à rainha 1779; 1788-93; 1806. Porto: Editora Porto, 2005. p.39.

RIBEIRO, Márcia Moisés. *A ciência dos trópicos*: a arte médica no Brasil do século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997.

ROSSI, Paolo. *Francis Bacon:* da magia à ciência. Tradução Aurora Fornoni Bernardini. Curitiba: Editora da UFPR, 2006.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *No rascunho da Nação:* inconfidência do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Sec. Mun. de cultura,1992.

SANTOS, Fabiano Villaça dos. O Marquês do Lavradio e os rumos da colonização na América portuguesa: notas sobre o vice-rei e sua ação administrativa (1768-1779). In: HEYNEMAN, Cláudia B. ; VALE, Renata W. Santos do (Org). *Temas Luso-brasileiros no Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010.

_____. Mediações entre a fidalguia portuguesa e o Marquês de Pombal: o exemplo da Casa de Lavradio. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n.48, 2004, p. 301-329.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. *História geral da medicina Brasileira*. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1977.

_____. Sociedades Literárias do século XVIII. *RIHGB.* Rio de Janeiro, v. 267, abr./jun. 1965.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. O papel das academias no Brasil colonial. *Revista da SBPH*, numero 1. São Paulo, 1983.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A cultura Luso-Brasileira:* da reforma da universidade à independência do Brasil. Lisboa: Estampa, 1999.

SILVA, Antônio de Morais e. Dicionário da Língua Portuguesa composto pelo padre Raphael Bluteau, reformado e acrescentado por Antônio de Moraes e Silva. Lisboa: oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Disponivel em: http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/2/ph%C3%ADsica. Acesso em: 02 fev. 2012.

SILVA, Innocencio Francisco da Silva. *Dicionário bibliográfico Português*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858.

SLOAN, Phillip R. Historia Natural, 1670-1802. In: OLBY, R. et al (Ed). *Companion to the History of modern Science*. London and New YorK: Routledge, 1996.

VARELA, Alex Gonçalves. *Atividades Científicas na "Bela e Bárbara" Capitania de São Paulo. (1796-1823).* São Paulo: Annablume, 2009.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Tomo IV. 8. ed. São Paulo: Melhoramentos / Instituto Nacional do Livro, 1975.

VELOSO, José Mariano da Conceição. *Memória sobre a criação da Urumbeba e sobre a criação da cochonilha Extraídas por M. Bertholet das observações feitas em Guaxaca por por Thiéry de Menonville, e copiada do V tomo dos anais de química debaixo dos auspícios de sua alteza real o Príncipe Regente, nosso senhor*. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1799. p.5. Disponível em: http://www.brasiliana.usp.br/bbd/bitstream/handle/1918/03894900/038949_COMPLETO.pdf Acesso em: 7 de jan. 2012.

VERNEY, Luís Antonio. *Verdadeiro método de estudar*: Para ser útil à republica e à Igreja: Proporcionado ao estilo, e à necessidade de Portugal. Valensa: na oficina de Antonio Balle, 1746, Carta VIII. Disponível em:< http://books.google.com.br>. Acesso em: 20 de jul. 2011.

VESSURI, Hebe. Los papeles culturales de La ciencia em los paises subdesarrollados. In: SALDAÑA, Juan José (Ed.). El perfil dela ciência em América. *Cuadernos de Quipu*, v.1, p. 9, 1986.

VILLALTA, Luiz Carlos. Os livreiros, os livros proibidos e as livrarias em Portugal sob o olhar do Antigo Regime (1753-1807). In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (Org). *Livros e impressos*: retratos do setecentos e do oitocentos. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009.

VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é o representante das idéias da ilustração que em diferentes épocas se manifestaram em nosso continente. *RIHGB,* Rio de Janeiro, t.1, n.2, 1839.

WEHLING, Arno. O fomentismo português no final do século XVIII: Doutrinas, mecanismos, exemplificações. *RIHGB,* Rio de Janeiro, v.316, jul./set. 1978.